



CÓD: SL-019JH-22
7908433223498

DIREITO CONSTITUCIONAL

PRATICANDO

600 Questões Gabaritadas



ÍNDICE

1. Teoria Da Constituição	05
2. Princípios Fundamentais Da República	13
3. Teoria Dos Direitos Fundamentais	19
4. Direitos Individuais	27
5. Direitos Sociais	35
6. Direitos Da Nacionalidade	43
7. Direitos Políticos	51
8. Partidos Políticos	59
9. Administração Pública – Disposições Gerais E Servidores Públicos	67
10. Organização Dos Poderes	75
11. Poder Legislativo	83
12. Poder Executivo	89
13. Poder Judiciário	97
14. Processo Legislativo	103
15. Funções Essenciais À Justiça	111
16. Controle De Constitucionalidade	119
17. Defesa Do Estado E Das Instituições Democráticas	127
18. Ordem Econômica E Financeira	135
19. Ordem Social	143
20. Organização Político-Administrativa do Estado	151

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1.(SELECON - GUARDA MUNICIPAL (PREF SÃO GONÇALO)/NÍVEL III/2022)

Ana Inova inicia seus estudos de interpretação da Constituição quando se depara com o conceito de Constituição dirigente, que estabelece os contornos da atividade do Estado. Segundo críticas que atualmente são feitas a essa perspectiva, a qual influi na interpretação das normas constitucionais, a Constituição dirigente gera o:

- (A) movimento de mudanças políticas ilimitadas
- (B) engessamento da ação política do Estado
- (C) distanciamento da ação política popular
- (D) colapso das instituições políticas

2.(AOCP - AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO (PREF BELÉM (PA))/2022)

Com relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não é a norma jurídica de grau mais elevado do ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é um conjunto de regras imutáveis, sistematizadas e organizadas em um texto único.
- (C) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi imposta, de modo unilateral, por um governante e instaurou a ditadura que perdura até hoje no Brasil.
- (D) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei de grau mais elevado no ordenamento jurídico brasileiro e pode ser compreendida como um sistema de normas que regula a forma do Estado, a forma de governo e os direitos e garantias fundamentais.
- (E) Para a alteração das normas constitucionais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não exige um processo legislativo distinto, mais solene e dificultoso do que o processo para a alteração das normas não constitucionais.

3.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS))

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

As constituições rígidas são aquelas que determinam uma forma solene de alteração, por meio de emenda constitucional.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS))

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

No sentido jurídico, Hans Kelsen conceitua a constituição como a soma dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade, da forma como ela é na prática.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS))

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

A constituição semirrígida é aquela que é uma mescla da rígida e da flexível, contendo matérias que podem ser alteradas pelo processo ordinário ou simples (flexíveis) e matérias que pressupõem um processo de modificação mais sofisticado e difícil.

- () CERTO
- () ERRADO

6.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Quanto à classificação das constituições e aos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue o item a seguir.

A Constituição da República Federativa do Brasil é a lei fundamental e suprema do Brasil, que serve como parâmetro de validade para todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

- CERTO
 ERRADO

7.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Quanto à classificação das constituições e aos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue o item a seguir.

Quanto à sua forma, quanto à sua origem, quanto à sua elaboração e quanto à sua estabilidade, é correto afirmar que a Constituição Federal brasileira de 1988 é, respectivamente, escrita, democrática, dogmática e rígida.

- CERTO
 ERRADO

8.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Quanto à classificação das constituições e aos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue o item a seguir.

A constituição dogmática é a que apresenta conteúdo extenso e que trata de temas estranhos ao funcionamento do Estado, trazendo minúcias que encontrariam maior adequação fora da Constituição, em normas infraconstitucionais.

- CERTO
 ERRADO

9.(IADES - DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)/2021)

No que concerne aos aspectos relacionados ao conceito de Constituição, ao controle de constitucionalidade, aos direitos fundamentais e às normas orçamentárias e de finanças públicas, julgue (C ou E) o item a seguir.

A Constituição pode ser compreendida como um corpo de normas jurídicas (regras e princípios), qualificado pelo seu conteúdo e por sua função, as quais, estando

ou não corporificadas em um documento (ou conjunto de documentos), assumem uma posição diferenciada e privilegiada em relação às demais normas jurídicas.

- CERTO
 ERRADO

10.(QUADRIX - ADMINISTRADOR (CRF AP)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A Constituição Cidadã, do ano de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante vinte meses. Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade. Durante cinco meses, cidadãos e entidades representativas encaminharam suas sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos nas agências dos Correios. 72.719 cidadãos de todo o País fizeram sugestões que foram coletadas, além de outras 12.000 sugestões dos constituintes e de entidades representativas.

Internet: <www.camara.leg.br> (com adaptações).

No que se refere aos conceitos e às classificações das constituições, julgue o item.

Sob o critério material, para se definir se uma norma tem caráter constitucional, é necessário avaliar seu conteúdo, pouco importando a forma por meio da qual foi essa norma introduzida no ordenamento jurídico.

- CERTO
 ERRADO

11.(QUADRIX - ADMINISTRADOR (CRF AP)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A Constituição Cidadã, do ano de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante vinte meses. Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade. Durante cinco meses, cidadãos e entidades representativas encaminharam suas sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos nas agências dos Correios. 72.719 cidadãos de todo o País fizeram sugestões que foram coletadas, além de outras 12.000 sugestões dos constituintes e de entidades representativas.

Internet: <www.camara.leg.br> (com adaptações).

No que se refere aos conceitos e às classificações das constituições, julgue o item.

Em uma classificação quanto à sua origem, define-se como outorgada a constituição fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo, para, em nome dele, atuar.

- () CERTO
() ERRADO

12.(QUADRIX - ADMINISTRADOR (CRF AP)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A Constituição Cidadã, do ano de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante vinte meses. Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade. Durante cinco meses, cidadãos e entidades representativas encaminharam suas sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos nas agências dos Correios. 72.719 cidadãos de todo o País fizeram sugestões que foram coletadas, além de outras 12.000 sugestões dos constituintes e de entidades representativas.

Internet: <www.camara.leg.br> (com adaptações).

No que se refere aos conceitos e às classificações das constituições, julgue o item.

Constituições flexíveis são aquelas que não possuem um processo legislativo de alteração mais dificultoso que o processo legislativo de alteração das normas infraconstitucionais.

- () CERTO
() ERRADO

13.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS/2021)

A Constituição Federal traz espécies de limitações ao poder de sua reforma, que são conhecidas, pela doutrina, como limitações expressas e limitações implícitas. A respeito das limitações expressas, essas se subdividem em

- (A) intransponíveis, temporárias e materiais.
(B) imateriais, formais e transitórias.
(C) imutáveis, concretas e abstratas.
(D) intangíveis, formais e informais.
(E) circunstanciais, materiais e formais.

14.(FUNDATEC - ANALISTA (PREF CANDELÁRIA)/PROCESSUAL/2021)

Compreender o fenômeno constitucional ao longo dos séculos e sociedades é um trabalho árduo e complexo, motivo pelo qual diversos estudiosos elaboraram teorias

sobre o tema. Dessa forma, tendo por referência os autores modernos e contemporâneos que colaboraram para as teorias das constituições, assinale a alternativa que traga uma informação INCORRETA de acordo com o autor específico.

(A) Niklas Luhmann, sociólogo alemão falecido em 1998, desenvolveu a chamada “Teoria Sistêmica da Sociedade”, em que afirma que a sociedade se estrutura a partir de diversos sistemas especializados, cada um com suas especificidades próprias, e que a Constituição é um produto do acoplamento social entre os sistemas do Direito e da Política.

(B) Peter Häberle, constitucionalista alemão, diz que mais do que um documento expresso, as constituições são “processos públicos”, cujos critérios de interpretação são tão abertos quanto mais pluralista for a sociedade, de acordo com os contextos que permeiam as especificidades da vida social.

(C) Konrad Heese afirma que a “abertura constitucional” se dá em uma sociedade onde a Constituição permite e cria mecanismos para que projetos e modos alternativos da vida coexistam, sem se fragmentarem uns nos outros, participando com igualdade no jogo democrático, considerando os princípios e regras diretoras estabelecidas pela ordem constitucional.

(D) Jürgen Habermas, que se dedicou ao estudo da democracia e do agir comunicativo, afirma que a Constituição, como centro nervoso do mundo jurídico, além de ser o guia normativo por meio de princípios da liberdade e igualdade, cria os limites para o sistema político, de modo a respeitar a legitimidade discursiva e a democracia participativa.

(E) José Joaquim Gomes Canotilho, um dos juristas mais importantes da língua portuguesa, ao construir o conceito de “Constituição Dirigente”, este que o próprio autor critica anos depois, afirma que este tipo de constituição se caracteriza por ser um conjunto de atos normativos consagradores de direitos fundamentais em uma dinâmica negativa de expectativas para com o Estado, sobretudo pela defesa ferrenha da necessidade de defesa constitucional das liberdades públicas fundamentais de primeira geração.

15.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/2021)

A Constituição é definida como decisão política do titular do poder constituinte por

- (A) Ferdinand Lassalle.
(B) Carl Schmitt.
(C) Hans Kelsen.
(D) Rudolf von Ihering.
(E) Karl Loewenstein.

16.(SELECON - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEDUC MT)/SOCIOLOGIA/2021)

Os direitos civis e sociais que fundamentam a cidadania no Brasil estão determinados pelo seguinte texto normativo:

- (A) Declaração de Princípios sobre a Tolerância
- (B) Declaração Universal dos Direitos do Homem
- (C) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- (D) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

17.(AOCP - ADVOGADO (SANESUL)/2021)

“A Constituição, segundo a conceituação de [...], seria, então, a somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade.”

Esse excerto exterioriza a ideia do conceito de Constituição no sentido

- (A) sociológico.
- (B) político.
- (C) jurídico.
- (D) culturalista.
- (E) simbólico.

18.(FCC - ANALISTA LEGISLATIVO (ALAP)/ATIVIDADE LEGISLATIVA/TÉCNICO LEGISLATIVO/2020)

Suponha que, como resultado dos trabalhos de uma Assembleia Nacional Constituinte convocada ao fim de um período e processo revolucionários, entre em vigor em determinado país uma nova Constituição, que estabeleça que a alteração do texto constitucional se dê por deliberação do mesmo órgão responsável pela elaboração da legislação ordinária, embora mediante procedimento mais complexo e quórum mais elevado do que o previsto para essa. Nessa hipótese, tem-se, respectivamente quanto à origem e alterabilidade, uma Constituição

- (A) outorgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e flexível, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, a despeito da existência de procedimento diferenciado para reforma constitucional.
- (B) promulgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e rígida, em virtude da existência de procedimento próprio e mais dificultoso para alteração do texto constitucional, ainda que a cargo do órgão legislativo ordinário.
- (C) outorgada, por ser resultado de um processo revolucionário; e rígida, em virtude da existência de procedimento próprio e mais dificultoso para alteração do texto constitucional, ainda que a cargo do órgão legislativo ordinário.

(D) promulgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e flexível, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, a despeito da existência de procedimento diferenciado para reforma constitucional.

(E) promulgada, por ser resultado de um processo revolucionário; e semirrígida, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, estabelecendo um procedimento especial para reforma constitucional.

19.(VUNESP - PROCURADOR JURÍDICO (CM ORLÂNDIA)/2019)

Assinale a alternativa correta a respeito da classificação das constituições.

- (A) A Carta Magna inglesa de 1215 é um exemplo de Constituição denominada de pactuada.
- (B) As Constituições consuetudinárias são aquelas formadas por regras sistematizadas e estabelecidas em um único documento.
- (C) As dogmáticas são as Constituições resultantes de um lento e contínuo processo de formação, reunindo a história e as tradições de um povo.
- (D) A Constituição brasileira de 1988 é mista na sua alterabilidade, contendo uma parte plástica, outra parte rígida e um núcleo super-rígido.
- (E) Nas Constituições semânticas, a limitação do poder estatal se implementa na prática, havendo correspondência da sua pretensão com a realidade dos fatos.

20.(VUNESP - CONTROLADOR INTERNO (UNIFAI)/2019)

Com base na classificação das Constituições, é correto afirmar que

- (A) quanto à forma, a Constituição Federal de 1988 é consuetudinária, pois suas normas estão em variadas fontes normativas, como jurisprudência, acordos e convenções.
- (B) quanto ao conteúdo, a Constituição Federal de 1988 é considerada formal, pois foi concebida por meio de um documento solene redigido e estabelecido pelo poder constituinte originário.
- (C) quanto à elaboração, a Constituição Federal de 1988 é considerada histórica, pois foi escrita por um órgão constituído para esta finalidade em um determinado momento da história do país.
- (D) quanto à estabilidade, a Constituição Federal de 1988 é considerada permanente, pois possui um núcleo de cláusulas pétreas, sendo as demais normas alteráveis por emendas constitucionais.
- (E) todas as constituições brasileiras, quanto à origem, foram democráticas, com exceção à Carta Imperial de 1824, que foi outorgada pelo Imperador D. Pedro I.

21.(VUNESP - INSPETOR FISCAL DE RENDAS (PREF GRU)/2019)

A doutrina predominante considera, quanto ao conteúdo, que Constituição material é

(A) um instrumento que visa garantir as liberdades individuais e limitar o poder do Estado; nunca é escrita, sempre é baseada nos costumes e na oralidade.

(B) o conjunto de normas, escritas ou não escritas, que regulam a estrutura do Estado, a organização do poder e os direitos e garantias fundamentais, essencialmente constitucional.

(C) o conjunto de normas escritas reunidas num documento solenemente elaborado pelo poder constituinte, que digam ou não respeito às matérias tipicamente constitucionais.

(D) a elaborada por representantes do povo, os que formam o poder constituinte, e que faz com que o Estado passe a ser um Estado social, intervencionista.

(E) aquela cujas normas não estão fixadas num único texto, mas estão espalhadas pelas jurisprudências e pelos costumes da nação.

22.(IADES - ADVOGADO (CRN 3)/2019)

Assinale a alternativa que apresenta, de forma correta, a classificação da Constituição Federal de 1988 quanto à correspondência com a realidade, à origem e à dogmática, respectivamente.

(A) Nominalista, promulgada e ortodoxa.

(B) Nominalista, outorgada e eclética.

(C) Normativa, outorgada e formal.

(D) Normativa, promulgada e eclética.

(E) Semântica, promulgada e formal.

23.(IBADE - CONTADOR (JARU-PREVI)/2019)

“ é, juridicamente, a lei fundamental e suprema de um Estado, contendo as normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos”. O documento que completa corretamente a lacuna acima é:

(A) Constituição.

(B) Lei complementar.

(C) Lei ordinária.

(D) Resolução legislativa.

(E) Decreto presidencial.

24.(FGV - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ CE)/JUDICIÁRIA/2019)

Após um golpe de Estado, o líder do movimento armado vitorioso solicitou que uma comissão de apoiadores, sob sua orientação, elaborasse um projeto de Constituição, o qual foi submetido a plebiscito popular, sendo, ao final, aprovado e publicado com força

normativa. Essa Constituição dispôs que parte de suas normas exigiria a observância de um processo legislativo mais rigoroso para a sua alteração, com quórum qualificado para a iniciativa e a aprovação, enquanto a outra parte poderia ser alterada conforme o processo legislativo da lei ordinária.

Essa Constituição deve ser classificada como:

(A) outorgada e rígida;

(B) popular e dogmática;

(C) bonapartista e flexível;

(D) cesarista e semirrígida;

(E) promulgada e analítica.

25.(CONSULPLAN - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ MG)/PROVIMENTO/2019)

A Constituição, que concentra a fonte de validade de todo o ordenamento jurídico estatal, possui normas que podem ser entendidas em dois sentidos, o material e o formal. Quanto aos sentidos material e formal das normas constitucionais, é correto afirmar que:

(A) A norma que disciplina o prazo para julgamentos da justiça desportiva, prevista no parágrafo segundo do art. 217 da Constituição, é materialmente constitucional.

(B) A Constituição, em sentido formal, se limita às normas que tratam da organização do Estado, de seus órgãos, de suas competências e dos direitos individuais fundamentais.

(C) A exigência de um processo de aprovação mais solene, de quórum qualificado, de iniciativa reservada, são critérios para identificação de uma norma materialmente constitucional.

(D) Constituição em sentido material, de acordo com o pensamento kelseniano, corresponde à norma que regula a produção das demais normas, representando o mais alto nível do Direito positivo.

26.(CONSULPLAN - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ MG)/PROVIMENTO/2019)

Acerca da rigidez constitucional e do sistema de controle de constitucionalidade do nosso país, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da constitucionalidade que afeta e obriga todos os comportamentos públicos e privados havidos em determinado Estado enseja, paralelamente ao controle de constitucionalidade, a questão da rigidez constitucional.

II. A rigidez constitucional equivale à imutabilidade absoluta da Constituição e deriva da soberania constituinte originária e da supremacia das normas constitucionais.

III. A estabilidade e a mudança constitucionais são realidades necessárias e coexistentes no processo constitucional brasileiro não admitindo níveis de hierarquia interna das normas constitucionais.

IV. As modificações constitucionais podem ser classificadas como formais, denominadas doutrinariamente como reforma ou revisão, ou informais, também denominadas mutações constitucionais. A reforma constitucional faz-se por um processo formal, exercido pelo poder constituinte originário, observados os limites materiais e formais do texto constitucional.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (B) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- (C) As afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (D) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras.

27.(FCC - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (SJRP)/2019)

Determinado país da América do Sul decide elaborar uma nova constituição. Para tanto, uma Assembleia Constituinte é eleita pelo povo. Contudo, o então Presidente da República, em razão de divergências com o projeto de Constituição que estava sendo elaborado, dissolve arbitrariamente a referida Assembleia e apresenta uma nova Constituição em consonância com a sua vontade, informada por uma só ideologia, e estabelecendo processo de alteração de suas normas que não difere daquele relativo às normas infraconstitucionais. Nesse caso hipotético, a Constituição apresentada pelo Presidente da República, quanto à sua origem, ideologia e alterabilidade, deverá ser classificada, respectivamente, como

- (A) outorgada, eclética e rígida.
- (B) promulgada, eclética e semiflexível.
- (C) outorgada, ortodoxa e rígida.
- (D) promulgada, ortodoxa e flexível.
- (E) outorgada, ortodoxa e flexível.

28.(VUNESP - PROCURADOR (PREF F.CO MORATO)/2019)

Para a doutrina, a Constituição Ideal é

- (A) não escrita, buscando normatizar, juridicizar as forças sociais, e, a partir daí, integrá-las a um plano superior de ação do Estado e da própria sociedade.
- (B) não escrita, desde que seja prioridade o tratamento constitucional das normas e princípios de organização e funcionamento do Estado.
- (C) escrita, contendo o somatório de forças religiosas, políticas, econômicas, militares e culturais atuantes em determinada sociedade.

(D) escrita, abrangendo determinados valores, determinados princípios políticos, ideológicos ou institucionais.

(E) escrita, contemplando e especificando o princípio da divisão de poderes e consagrando um regime de garantias de liberdade e direitos individuais.

29.(IADES - AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL (DGAP GO)/2019)

Acerca do conceito, das classificações e dos princípios fundamentais da Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) Quanto à forma, as constituições podem ser materiais ou formais.
- (B) Constituições outorgadas são as que derivam do trabalho de uma assembleia nacional constituinte composta por representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração.
- (C) Quanto à modificação de seu texto, constituição flexível é aquela que pode ser alterada por meio de processo legislativo mais dificultoso e específico do que o existente para as demais espécies normativas.
- (D) Constituição não escrita é o conjunto de regras não aglutinado em um texto solene, mas fundamentado em leis esparsas, costumes, jurisprudência e convenções.
- (E) Sintética é a constituição que regulamenta todos os assuntos que entendam relevantes à formação, à destinação e ao funcionamento do Estado.

30.(SELECON - TÉCNICO DO TRABALHO DE NÍVEL II (SMATED CUIABÁ)/BACHAREL EM DIREITO/2019)

Kirk é deputado estadual e planeja organizar, através do Poder Legislativo local, nova estrutura normativa. Após amplos estudos, verifica que existem normas inseridas nas Constituições do Estado e Federal que limitam a sua intervenção. Consoante a doutrina de Direito Constitucional, a denominada rigidez constitucional é fixada a partir da noção de que a Constituição é uma lei:

- (A) superior
- (B) adequada
- (C) previsora
- (D) coordenada

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA

1.(FUNDATEC - ANALISTA DE GESTÃO EM SAÚDE (IPE SAÚDE)/ADMINISTRAÇÃO/2022 (E MAIS 13 CONCURSOS)

A República Federativa do Brasil, conforme consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, em relação às suas relações internacionais, deve reger-se por alguns princípios.

Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses princípios.

- (A) Independência nacional.
- (B) Autodeterminação dos povos.
- (C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) Solução pacífica dos conflitos.
- (E) Igualdade entre os Estados.

2.(AOC - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

Em relação aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Social.
- (B) São Poderes da União, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (C) A igualdade entre os Estados e o repúdio ao terrorismo e ao racismo são princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (E) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América, visando à formação de uma comunidade americana de nações.

3.(FCC - EDUCADOR SOCIAL (PREF RECIFE)/2022)

A Constituição brasileira é a Constituição de um país de economia de mercado; de um país capitalista, se se preferir. O sistema econômico capitalista é fundado na desigualdade e dela depende: para que o capitalismo funcione, é preciso que haja o capitalista e o empregado, por exemplo, que sempre estarão em condições desi-

guais. O Direito pode regular as relações de trabalho de modo a proteger quem é mais vulnerável nessa relação. Isso só faz sentido se o Direito não tiver por fim eliminar a relação desigual, mas regulá-la, protegendo a parte mais fraca. Assim, a Constituição não é refratária à desigualdade econômica em si.

(Adaptado de: FOLLONI, A.; FLORIANI NETO, A. B. "Desigualdade econômica na Constituição...". Novos Estudos Jurídicos, v. 23, n. 2, maio/ago. 2018, p. 593)

Considerando as informações presentes no texto e o próprio documento da Carta Magna brasileira, entende-se que a Constituição Federal de 1988 regula as relações presentes na sociedade brasileira quando afirma a

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização, em seu artigo 4º.
- (B) redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3º.
- (C) solução pacífica dos conflitos, em seu artigo 4º.
- (D) plena liberdade de associação para fins lícitos, em seu artigo 5º.
- (E) livre expressão da atividade intelectual, em seu artigo 5º.

4.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

O pluralismo político é um princípio fundamental que garante a inclusão dos diferentes grupos sociais no processo político nacional, outorgando aos cidadãos a liberdade de convicção filosófica e política.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(FUNDATEC - FISCAL DE TRIBUTOS (PREF TRAMANDAÍ)/2021)

Segundo Art. 2º da Constituição Federal, são poderes da União, EXCETO o Poder:

- (A) Moderador.
- (B) Executivo.
- (C) Legislativo.
- (D) Judiciário.

6.(QUADRIX - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (CREF 21)/2021)

Quanto aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A soberania e a cidadania não constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são Poderes da União e o Poder Legislativo é subordinado ao Poder Executivo.
- (C) Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se por diversos princípios, entre os quais destaca-se o da proibição de concessão de asilo político e de intervenção.
- (D) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (E) A garantia do desenvolvimento nacional não compõe o rol dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

7.(FUNDATEC - MOTORISTA (PREF AMETISTA DO SUL)/2021 (E MAIS 3 CONCURSOS)

NÃO é um objetivo fundamental da república, segundo a Constituição Federal de 1988:

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) Promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

8.(QUADRIX - ANALISTA CONTÁBIL (CORE PR)/JÚNIOR/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Constituição Federal, estabelecem a forma, a estrutura e os fundamentos do Estado brasileiro, a divisão dos poderes, os objetivos primordiais a serem perseguidos e as diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais.

Sob a ótica constitucional brasileira, julgue o item.

É característica da república o caráter representativo dos governantes, a alternância no poder e a responsabilização política, civil e penal de seus detentores.

- () CERTO
- () ERRADO

9.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA/2021)

São consideradas finalidades básicas do princípio da indissolubilidade do Estado Federativo a

- (A) capacidade de auto-organização e a soberania relativa.
- (B) soberania mitigada e a repartição territorial.
- (C) unidade nacional e a necessidade descentralizada.
- (D) não secessão e a necessidade de coexistência harmoniosa.
- (E) normatização interna própria e a autonomia relativa.

10.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA/2021)

Dentre os princípios das relações internacionais há aquele que surgiu como consequência natural do processo de descolonização, ganhando impulso nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial e que garante o livre desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso País. Trata-se do princípio

- (A) do fortalecimento da autonomia interna.
- (B) da prevalência dos direitos humanos.
- (C) da autodeterminação dos povos.
- (D) da não intervenção estrangeira.
- (E) da igualdade e independência entre os povos.

11.(SELECON - CONTADOR (CM CUIABÁ)/2021 (E MAIS 1 CONCURSO)

O Estado Federado Brasileiro compreende a União, com soberania, e as seguintes entidades estatais, com autonomia política, administrativa e financeira:

- (A) os Estados
- (B) os Estados e os Municípios
- (C) os Estados e o Distrito Federal
- (D) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

12.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/2021)

A solução pacífica dos conflitos constitui

- (A) fundamento da República e do Estado Democrático de Direito.
- (B) objetivo fundamental da República.
- (C) princípio das relações internacionais.
- (D) objetivo sindical.
- (E) objetivo dos partidos políticos.

13.(IBADE - PROCURADOR (CM VILA VELHA)/2021)
De acordo com a Constituição Federal, é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) a independência nacional.
- (B) a autodeterminação dos povos.
- (C) a defesa da paz.
- (D) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (E) a solução pacífica dos conflitos.

14.(IADES - PROFISSIONAL DE SUPORTE TÉCNICO (CAU MS)/2021)

Em conformidade com o texto constitucional de 1988, assinale a alternativa que corresponde a objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil.

- (A) Erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) Assegurar a prevalência dos direitos humanos.
- (C) Primar pela autodeterminação dos povos.
- (D) Garantir a igualdade entre os Estados soberanos.
- (E) Promover o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

15.(IADES - PROFISSIONAL DE SUPORTE TÉCNICO (CAU MS)/2021)

Segundo previsão expressa no texto constitucional de 1988, é (são) princípio(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil a (o)

- (A) igualdade entre homens e mulheres.
- (B) pluralismo político e a autodeterminação dos povos.
- (C) soberania e a cidadania.
- (D) garantia do desenvolvimento nacional.
- (E) defesa nacional e a manutenção da paz.

16.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2021)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, são princípios fundamentais, EXCETO:

- (A) Autodeterminação dos povos.
- (B) Garantia do desenvolvimento nacional.
- (C) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) Soberania popular.

17.(FUMARC - MÉDICO LEGISTA (PC MG)/2021)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, entre os objetivos fundamentais encontram-se, EXCETO:

- (A) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) a defesa da paz.
- (C) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

18.(FCC - ANALISTA PREVIDENCIÁRIO (MANAUSPREV)/ADMINISTRATIVA/2021 (E MAIS 4 CONCURSOS)

Sobre as normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, considere:

I. A cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios que regem a República em suas relações internacionais.

II. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República.

III. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação, é objetivo fundamental da República.

IV. A defesa da paz e a não intervenção são fundamentos da República.

À luz da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.

19.(FCC - TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO (MANAUSPREV)/ADMINISTRATIVA/2021)

São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República:

- (A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
- (B) o pluralismo político e a independência nacional.
- (C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.
- (D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.

20.(FGV - GUARDA PATRIMONIAL (PREF PAULÍNIA)/2021)

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- (A) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (B) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.
- (C) o Legal, o Executivo e o Judiciário.
- (D) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.
- (E) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

21.(FGV - GUARDA PATRIMONIAL (PREF PAULÍNIA)/2021)

De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listadas, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) Expandir o território por meio de tratados e alianças.
- (E) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

22.(IBADE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL (ISE AC)/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a:

- (A) Defesa da paz.
- (B) Igualdade entre os Estados.
- (C) Concessão de asilo político.
- (D) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

23.(IBADE - ASSISTENTE SOCIAL (ISE AC)/2021 (E MAIS 1 CONCURSO)

A República Federativa do Brasil (RFB) é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito. Segundo a Constituição Federal de 1988, a RFB tem como um de seus fundamentos, o(a):

- (A) Dignidade da pessoa humana.
- (B) Erradicação da pobreza.
- (C) Promoção do bem de todos.
- (D) Desenvolvimento nacional.
- (E) Independência nacional.

24.(QUADRIX - AGENTE FISCAL (CREFONO 1)/2020)

Quanto aos princípios regentes das relações internacionais da República Federativa do Brasil, julgue o item.

A integração entre os países da América do Sul é valorizada com precedência em relação à integração com os demais países.

- () CERTO
- () ERRADO

25.(IBADE - AGENTE MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (PREF VILA VELHA)/2020 (E MAIS 7 CONCURSOS)

O Estado Democrático tem como direitos e garantias fundamentais, dentre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, não deixando nunca de zelar o servidor público principalmente do que está no parágrafo único da CF de 1988, no seu artigo primeiro:

- (A) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;
- (B) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina;
- (C) todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
- (D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

26.(IBADE - TÉCNICO (PREF LINHARES)/AGRÍCOLA/2020 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A República Federativa do Brasil é composta por três Poderes, independentes e harmônicos entre si, a saber:

- (A) Legislativo, Moderador e Judiciário.
- (B) Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (C) Executivo, Moderador e Militar.
- (D) Executivo, Constituinte e Militar.
- (E) Unidirecional, Constituinte e Centrífugo.

27.(IBAM - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CAMPO LIMPO PTA)/2020)

Conforme o constitucionalmente disposto, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) garantir o desenvolvimento nacional.
- (B) independência nacional.
- (C) dignidade da pessoa humana.
- (D) defesa da paz.

28.(FCC - ASSISTENTE DE GESTÃO PÚBLICA (PREF RECIFE)/2019)

Segundo o artigo 4º da Constituição Federal brasileira, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por diversos princípios, NÃO sendo um desses princípios a

- (A) garantia do desenvolvimento nacional.
- (B) independência nacional.
- (C) autodeterminação dos povos.
- (D) não intervenção.
- (E) concessão de asilo político.

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1.(VUNESP - PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE RJ)/2022/XXXVI)

Assinale a alternativa que diz respeito à modalidade de eficácia de princípio que propõe se possa exigir do Judiciário a invalidade da revogação de normas que, regulamentando o princípio, concedam ou ampliem direitos fundamentais, sem que a revogação em questão seja acompanhada de uma política substitutiva ou equivalente.

- (A) Simétrica.
- (B) Diferida.
- (C) Interpretativa.
- (D) Preceptiva.
- (E) Vedativa do retrocesso.

2.(FGV - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/2021/XXVII)

No âmbito da ADPF 635 se questionam a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, os índices injustificáveis de letalidade promovida pelas intervenções policiais nas favelas e o uso desproporcional da força por parte dos agentes de segurança contra a população negra e pobre.

Diante de dados que comprovam que os efeitos de determinadas políticas públicas violam desproporcionalmente os direitos fundamentais de grupos vulneráveis identificáveis, é correto afirmar que tais políticas podem ser questionadas com fundamento no(a):

- (A) princípio da moralidade administrativa;
- (B) princípio da igualdade formal;
- (C) teoria da discriminação indireta;
- (D) princípio da legalidade;
- (E) princípio da impessoalidade.

3.(QUADRIX - ASSISTENTE (CRBM 4 (PA RO))/GESTÃO/2021 (E MAIS 1 CONCURSO)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Segundo Alexandre de Moraes, o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e ao exercício de todos os demais.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA/2021)

O princípio do não retrocesso social se identifica com a ideia de

- (A) inconstitucionalidade formal de medidas provisórias que visem à redução de direitos sociais.
- (B) redução do Estado Capitalista e crescimento do Estado Social.
- (C) concretização da dimensão positiva aos direitos sociais.
- (D) um direito constitucional de resistência.
- (E) uma desarrazoabilidade legislativa em seu sentido formal.

5.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA/2021)

Considerando o aspecto plurissignificativo da expressão “acesso à justiça” e o estudo realizado pelo Projeto Florentino de Acesso à Justiça, publicado em 1979, com especial atenção às ondas renovatórias relatadas por Cappelletti e Garth, a preocupação com a facilitação e simplificação dos procedimentos dispostos aos jurisdicionados e também com a criação de vias alternativas de Justiça identificam

- (A) a primeira onda, garantindo o acesso à justiça ou outro modelo de efetivação de direitos, inclusive, pelas pessoas economicamente hipossuficientes.
- (B) a segunda onda, que propõe abordagem diferenciada, eficiente e alternativa do ponto de vista da efetivação do direito.
- (C) as segunda e terceira ondas, haja vista a identificação de objeto e finalidade, buscando-se abordagem diferenciada e acessível à resolução da situação concreta de determinado indivíduo.

(D) as primeira e segunda ondas, haja vista a identificação de objeto e finalidade, buscando-se o acesso sem necessidade de enfrentar-se pagamento de custas judiciais, com a criação de juizados de pequenas causas. (E) a terceira onda, já que o simples acesso à Justiça não é suficiente à garantia dos direitos e, ainda, não se deve promover toda solução de conflito por meio do Poder Judiciário.

6.(FGV - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (TCE-PI)/ENGENHARIA/2021)

João e Maria travaram intenso debate a respeito das teorias afetas às restrições aos direitos fundamentais. João defendia que no direito brasileiro é preponderante o entendimento de que esses direitos ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que implica adesão à denominada teoria interna. Maria, por sua vez, refutava esse argumento, afirmando que o entendimento preponderante é o de que os direitos apresentam contornos *prima facie*, se afeiçoando à teoria externa.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que o(s) entendimento(s) de:

- (A) Maria está certo, já que direito e restrição formam individualidades distintas;
- (B) Maria está parcialmente certo, pois o conteúdo *prima facie*, por ser avesso à segurança jurídica, é incompatível com esses direitos;
- (C) João está certo, já que o nível de proteção oferecido por um direito fundamental é incontestável;
- (D) João está parcialmente certo, pois as posições jurídicas definitivas são incompatíveis com a natureza principiológica desses direitos;
- (E) Maria e João estão parcialmente certos, já que suas explicações se ajustam, respectivamente, às teorias interna e externa.

7.(QUADRIX - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (CRP 14 (MS))/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item.

O status passivo dos direitos fundamentais coloca o sujeito com margem mínima de proteção posta a salvo da ingerência estatal.

- () CERTO
- () ERRADO

8.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2021/XXXIII EXAME)

O parlamentar José, em apresentação na Câmara dos Deputados, afirmou que os direitos à informação e à liberdade jornalística possuem normatividade absoluta

e, por esta razão, não podem ceder quando em colisão com os direitos à privacidade e à intimidade, já que estes últimos apenas tutelam interesses meramente individuais.

Preocupado com o que reputou “um discurso radical”, o deputado Pedro recorreu a um advogado constitucionalista, a fim de que este lhe esclarecesse sobre quais direitos devem prevalecer quando os direitos à intimidade e à privacidade colidem com os direitos à liberdade jornalística e à informação.

O advogado afirmou que, segundo o sistema jurídico constitucional brasileiro, o parlamentar José

- (A) está correto, pois, em razão do patamar atingido pelo Estado Democrático de Direito contemporâneo, os direitos à liberdade jornalística e à informação possuem valor absoluto em confronto com qualquer outro direito fundamental.
- (B) está equivocado, pois os tribunais entendem que os direitos à intimidade e à privacidade têm prevalência apriorística sobre os direitos à liberdade jornalística e à informação.
- (C) está equivocado, pois, tratando-se de uma colisão entre direitos fundamentais, se deve buscar a conciliação entre eles, aplicando-se cada um em extensão variável, conforme a relevância que apresentem no caso concreto específico.
- (D) está correto, pois a questão envolve tão somente um conflito aparente de normas, que poderá ser adequadamente solucionado se corretamente utilizados os critérios da hierarquia, da temporalidade e da especialidade.

9.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS/2021)

Os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, encontrando seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pelo texto constitucional. Tal afirmação corresponde ao princípio da

- (A) razoabilidade dos direitos fundamentais.
- (B) convivência das liberdades públicas.
- (C) restrição constitucional.
- (D) proteção social.
- (E) comunicação dos direitos fundamentais.

10.(QUADRIX - AGENTE (GRESS 23 (RO))/ADMINISTRATIVO/2021)

A cidadania é uma espécie de igualdade humana básica, associada com o conceito de participação integral na comunidade, o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade. Em outras palavras, a

desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável, desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida.

T. H. Marshall. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 62.

Segundo T. H. Marshall, na obra citada, a expansão da cidadania levaria à diminuição das desigualdades econômicas geradas pelo capitalismo. Ainda que não se obtivesse a igualdade absoluta, seria possível remover as desigualdades tidas como injustas, chegando-se, em certas situações, a anulá-las. No que se refere a esse tema, julgue os itens subsequentes.

I São direitos que fazem parte do conceito de cidadania os direitos civis (liberdades individuais, de movimento, de imprensa, de pensamento e de fé e o direito à propriedade, à consecução de contratos válidos e ao acesso individual à justiça).

II São direitos que fazem parte do conceito de cidadania os direitos políticos (direito ao voto e direito de participação nas estruturas de poder).

III São direitos que fazem parte do conceito de cidadania os direitos sociais (um mínimo de bem-estar econômico e a possibilidade de levar a vida de acordo com os padrões reconhecidos pela sociedade, notadamente assegurando-se o direito de acesso à educação e à saúde).

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas o item III está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

11.(FUNDATEC - ADVOGADO (PREF CANDELÁRIA)/CREAS/2021)

O Princípio da Reserva do Possível é alvo de discussões e incertezas no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo quando se fala de direitos sociais. Considerando as divergências e interpretações acerca do tema, assinale a alternativa abaixo que apresente informação INCORRETA sobre o Princípio da Reserva do Possível no contexto dos direitos fundamentais sociais.

- (A) Vista como uma limitação fática decorrente da real escassez econômica, a Reserva do Possível tornar-se-á um limite imanente, pois é um choque entre a realidade concreta e o mando normativo.
- (B) No contexto brasileiro, a jurisprudência utilizou o Princípio da Reserva do Possível exclusivamente para refutar a aplicabilidade dos direitos sociais.

(C) Considera-se a Reserva do Possível como situação em que a limitação de recursos acaba sendo causada por uma consequência alocativa destes por uma decisão disjuntiva do órgão ou agente competente.

(D) Esse princípio teve sua natureza modificada desde sua origem na Alemanha, como o que é razoavelmente concebido como prestação social devida, para sua variante brasileira, como a realização de direitos fundamentais sociais baseada na escassez de recursos.

(E) A Reserva do Possível por limitação jurídica, como restrição de direito fundamental social, é passível de controle de constitucionalidade, sobretudo no que tange à consideração dos chamados “limites dos limites”.

12.(FGV - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ SC)/REMOÇÃO/2021)

André e Felipe travaram intenso debate a respeito da relevância do alicerce teórico dos direitos fundamentais em um Estado Democrático de Direito, de modo a identificar o surgimento de possíveis situações de conflito entre eles.

André defendia que a teoria externa alicerçava os direitos fundamentais. A partir deles seriam obtidas posições definitivas e teriam natureza principiológica.

Felipe, por sua vez, entendia que esses direitos estavam alicerçados na teoria interna. Dariam origem a posições *prima facie* e teriam a natureza de regras.

À luz da forma como os direitos fundamentais têm sido compreendidos na realidade brasileira, é correto afirmar que:

- (A) André está completamente certo;
- (B) Felipe está completamente certo;
- (C) André está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais dão origem a posições *prima facie*;
- (D) Felipe está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais têm a natureza de princípios;
- (E) Felipe está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais estão alicerçados na teoria interna.

13.(IADES - PROFISSIONAL DE SUPORTE TÉCNICO (CAU MS)/2021)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, as normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais

- (A) necessitam de lei para produzir efeitos, em todos os casos.
- (B) têm aplicação imediata.
- (C) têm aplicação diferida.
- (D) têm aplicação mediata em todos os casos.
- (E) são de eficácia limitada em todos os casos.

14.(QUADRIX - PROFESSOR SUBSTITUTO TEMPORÁRIO (SEDF)/DIREITO/2021)

De acordo com a Constituição Federal, julgue o item acerca dos direitos sociais.

Os direitos sociais possuem aplicação imediata e admitem controle sobre a omissão em sua implementação, por exemplo, pela via do mandado de injunção.

- () CERTO
() ERRADO

15.(FGV - PROCURADOR JUDICIAL (CM ARACAJU)/2021)

João, político bem conhecido em sua região, ajuizou ação de reparação de danos em face de Pedro, que fizera declarações críticas à sua atuação pública, as quais foram consideradas atentatórias à honra daquele agente. Na sentença, foi afirmado que não ocorrera qualquer afronta ao direito à honra, já que as circunstâncias fáticas subjacentes ao caso concreto acarretavam a expansão do direito à liberdade de expressão e a compressão do direito à honra, de modo que àquele deve ser reconhecida preeminência no caso concreto, sendo possível que a conclusão seja outra em situação diversa.

O que foi afirmado na sentença evidencia o reconhecimento:

- (A) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, que estão sujeitos a uma máxima de cedência recíproca, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da aplicação;
- (B) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, cuja compatibilidade é sempre aferida em abstrato, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da aplicação;
- (C) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, que estão sujeitos a uma máxima de cedência recíproca, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da validade;
- (D) de que os direitos fundamentais têm a natureza de regras, de modo que os seus conflitos são resolvidos na dimensão da aplicação;
- (E) de que os direitos fundamentais têm a natureza de regras, de modo que os seus conflitos são resolvidos na dimensão da validade.

16.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2020/XXXI EXAME)

Preocupado com o grande número de ações judiciais referentes a possíveis omissões inconstitucionais sobre direitos sociais e, em especial, sobre o direito à saúde, o Procurador-Geral do Estado Beta (PGE) procurou traçar sua estratégia hermenêutica de defesa a partir de dois grandes argumentos jurídicos: em primeiro lugar,

destacou que a efetividade dos direitos prestacionais de segunda dimensão, promovida pelo Poder Judiciário, deve levar em consideração a disponibilidade financeira estatal; um segundo argumento é o relativo à falta de legitimidade democrática de juízes e tribunais para fixar políticas públicas no lugar do legislador eleito pelo povo.

Diante de tal situação, assinale a opção que apresenta os conceitos jurídicos que correspondem aos argumentos usados pelo PGE do Estado Beta.

- (A) Dificuldade contraparlamentar e reserva do impossível.
- (B) Reserva do possível fática e separação dos Poderes.
- (C) Reserva do possível jurídica e reserva de jurisdição do Poder Judiciário.
- (D) Reserva do possível fática e reserva de plenário.

17.(QUADRIX - FISCAL I (CRO DF)/2020)

O Estado não é apenas garantidor e promotor dos direitos fundamentais, mas também, em certa medida, titular desses direitos.

- () CERTO
() ERRADO

18.(VUNESP - ANALISTA JURÍDICO (CM BOITUVA)/2020)

A doutrina, ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, assinala que

- (A) os direitos fundamentais não podem ser considerados na interpretação e aplicação, pelo administrador público, de cláusulas gerais e de conceitos jurídicos indeterminados.
- (B) os direitos fundamentais são normas matrizes de outras normas, e não normas diretamente reguladoras de relações jurídicas.
- (C) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, no que se refere exclusivamente aos direitos individuais.
- (D) o fato de os direitos fundamentais estarem previstos na Constituição torna-os parâmetros de organização e de limitação dos poderes constituídos.
- (E) os atos normativos do Poder Legislativo sujeitam-se aos direitos fundamentais, mas outros atos desse Poder, com eficácia externa, escapam a essa sujeição.

19.(FCC - ANALISTA DE FOMENTO (AFAP)/ADVOGADO/2019)

Considere o seguinte excerto da obra doutrinária ao final identificada:

“Outra característica associada aos direitos fundamentais diz com o fato de estarem consagrados em preceitos da ordem jurídica. Essa característica serve de traço divisor entre as expressões direitos fundamentais e direitos humanos.

A expressão direitos humanos, ou direitos do homem, é reservada para aquelas reivindicações de perene respeito a certas posições essenciais ao homem. São direitos postulados em bases jusnaturalistas, contam índole filosófica e não possuem como característica básica a positivação numa ordem jurídica particular.

A expressão direitos humanos, ainda, e até por conta da sua vocação universalista, supranacional, é empregada para designar pretensões de respeito à pessoa humana, inseridas em documentos de direito internacional.

Já a locução direitos fundamentais é reservada aos direitos relacionados com posições básicas das pessoas, inscritos em diplomas normativos de cada Estado. São direitos que vigem numa ordem jurídica concreta, sendo, por isso, garantidos e limitados no espaço e no tempo, pois são assegurados na medida em que cada Estado os consagra.”

(MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, 13.ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 147)

Com base no texto transcrito,

(A) não há como distinguir doutrinariamente as expressões direitos fundamentais e direitos humanos, dada a vocação universalista da proteção da pessoa humana, reconhecida nos documentos do direito internacional.

(B) a expressão direitos humanos possui natureza universalista, oriunda de uma concepção filosófica derivada do Direito Natural.

(C) a expressão direitos humanos diz respeito ao direito positivado por cada Estado soberano e, por essa razão, se afasta das concepções jusnaturalistas.

(D) a expressão direitos humanos, dado o caráter nacional da positivação jurídica, não constitui objeto do Direito Internacional Público.

(E) por se tratar de concepção filosófica jusnaturalista, não limitada ao tempo e ao espaço, os direitos fundamentais não possuem conteúdo jurídico.

20.(QUADRIX - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (CREF20 SE)/2019)

A respeito dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988, julgue o item.

A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais corresponde à sua característica ambivalente de um dever de tolerância e de abstenção, mas, também, de atuação positiva por parte do Estado.

() CERTO

() ERRADO

21.(VUNESP - INSPETOR FISCAL DE RENDAS (PREF GRU)/2019)

Nos termos da Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, e, ainda, os

(A) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em sessão conjunta do Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(B) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(C) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(D) direitos e as garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

(E) direitos e as garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil venha a tomar parte.

22.(VUNESP - CHEFE DE DIVISÃO PESSOAL (PREF ARUJÁ)/2019/EDITAL Nº 3542)

Embora a Constituição Federal tenha mencionado a terminologia “Direitos e Garantias Fundamentais”, não distinguiu uma da outra. Numa mesma norma constitucional, contudo, garantias podem vir disciplinadas junto com direitos.

Assinale a alternativa que contempla, correta e respectivamente, um exemplo que disciplina um direito e uma garantia fundamental na mesma norma constitucional.

- (A) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal.
- (B) É inviolável a liberdade de consciência e crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e às suas liturgias.
- (C) Não haverá juízo ou tribunal de exceção.
- (D) A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (E) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei.

23.(FEPESE - AGENTE PENITENCIÁRIO (SAP SC)/2019)

Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais, nos termos disciplinados na Constituição da República Federativa do Brasil.

- (A) Os direitos e garantias fundamentais, em razão de concretizarem a dignidade humana, não podem ser relativizados pela atuação do Estado para suspender ou restringir as suas eficácias.
- (B) Os direitos e garantias fundamentais são apenas os previstos, expressamente, no texto constitucional.
- (C) A adoção, pelo Brasil, de normas internacionais sobre direitos humanos obriga que essas sejam previamente internalizadas através de emenda constitucional.
- (D) Os direitos e garantias fundamentais, desde que por emenda constitucional, podem ser suprimidos do texto da Constituição da República Federativa do Brasil.
- (E) Enquanto os direitos fundamentais são as disposições que reconhecem e declaram propriamente os direitos inerentes à dignidade de todo ser humano, as garantias são disposições assecuratórias do exercício dos direitos.

24.(FCC - ANALISTA JURÍDICO DE DEFENSORIA (DPE AM)/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2019)

Segundo a doutrina, a noção da privacidade pode ser dividida, para estudo, em três espécies: privada, íntima e secreta. Na primeira estão contidas as duas seguintes, entendendo-se que quanto mais interno o comportamento, mais intensa será a proteção jurídica. Essa teoria que estuda o direito à privacidade é conhecida como teoria

- (A) intermediária, de origem inglesa.
- (B) concêntrica, de origem inglesa.
- (C) da tripartição da privacidade, de origem americana.
- (D) das esferas, de origem alemã.
- (E) da intensidade, de origem alemã.

25.(QUADRIX - ADMINISTRADOR (CRF SE)/2019 (E MAIS 1 CONCURSO)

Quanto aos direitos fundamentais, julgue o item.

Em certo sentido, os direitos fundamentais ostentam natureza declaratória e bens jurídicos titularizados por seus sujeitos, enquanto as garantias possuem finalidade assecuratória, instrumental.

- () CERTO
- () ERRADO

26.(VUNESP - PROCURADOR JURÍDICO (CM SÃO ROQUE)/2019)

Nos termos da doutrina, Direitos Sociais de defesa

- (A) consistem no conjunto de ações processuais destinadas a proteger os direitos essenciais dos indivíduos.
- (B) podem ser utilizados para definir uma forma de organização do Estado ou da sociedade, desde que sua existência seja indispensável para assegurar determinado direito social.
- (C) são aqueles em que o Estado deve se abster de interferir de modo indevido em determinado direito social.
- (D) são também considerados como sinônimos de direitos de primeira geração, pois representam os direitos clássicos do indivíduo em face do Estado.
- (E) são de aplicação imediata, afetam o interesse de um indivíduo, e não esbarram na reserva do possível.

27.(FUNDATEC - ANALISTA TÉCNICO (DPE SC)/2018)

Segundo a doutrina majoritária, NÃO deve ser reconhecido(a.) como uma característica dos direitos fundamentais:

- (A) Historicidade.
- (B) Inalienabilidade.
- (C) Imprescritibilidade.
- (D) Irrenunciabilidade.
- (E) Ser absoluto.

28.(VUNESP - PROCURADOR (IPSM SJC)/2018)

Tendo em vista a importância dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a universalidade, historicidade, inalienabilidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade e ilimitabilidade são características dos direitos fundamentais.
- (B) a dimensão objetiva diz respeito à relevância que os direitos fundamentais empregam à compreensão do ordenamento jurídico, não produzindo, tal dimensão, efeitos sobre as interpretações para a aplicação de direitos fundamentais individuais.
- (C) a expressão eficácia diagonal tem sido utilizada para designar a aplicação de direitos fundamentais às relações contratuais entre particulares onde há desequilíbrio fático.
- (D) o direito à moradia, em sua dimensão positiva, protege a moradia contra intervenções indevidas do Estado e de outros indivíduos.
- (E) a inelegibilidade em razão do parentesco é de natureza subjetiva, podendo ser afastada quando concretamente comprovada a ausência de vínculo entre os indivíduos.

29.(VUNESP - JUIZ ESTADUAL (TJ RS)/2018)

Assinale a alternativa que corretamente contempla um exemplo de aplicação do conceito de dimensão objetiva dos direitos fundamentais.

- (A) Decisão do Supremo Tribunal Federal em que foi firmado o entendimento de que a revista íntima em mulheres em fábrica de lingerie, ou seja, empresa privada, constitui constrangimento ilegal.
- (B) Habeas Corpus que se fundamenta no argumento de que a liberdade de um indivíduo suspeito da prática de infração penal somente pode sofrer restrições se houver decisão judicial devidamente fundamentada.
- (C) A previsão da Constituição Federal que afirma que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.
- (D) Propositura de ação, com pedido de tutela de urgência, por indivíduo que pleiteia que o Poder Público forneça medicamentos dos quais necessita e não possui condições de adquirir.
- (E) Mandado de injunção em que é questionada omissão normativa que inviabiliza o exercício de prerrogativas inerentes à nacionalidade, pleiteando-se decisão judicial que afaste as consequências da inércia do legislador.

30.(FGV - ADVOGADO (ALERO)/2018)

O juiz de direito, ao fundamentar uma decisão, afirmou que os direitos fundamentais, além de criarem situações jurídicas favoráveis a pessoas em particular, também estabelecem diretrizes para a atuação das estruturas estatais de poder.

O aspecto dos direitos fundamentais suscitado pelo juiz de direito é expressão

- (A) da concepção subjetiva dos direitos fundamentais.
- (B) da perspectiva objetiva dos direitos fundamentais.
- (C) da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- (D) dos direitos de primeira dimensão.
- (E) do formalismo constitucional.

GABARITO

1	E
2	C
3	CERTO
4	D
5	E
6	A
7	ERRADO
8	C
9	B
10	E
11	B
12	C
13	B
14	CERTO
15	A
16	B
17	CERTO
18	D
19	B
20	CERTO
21	D
22	B
23	E
24	D
25	CERTO
26	C
27	E
28	C
29	A
30	B

DIREITOS INDIVIDUAIS

DIREITOS INDIVIDUAIS

1.(VUNESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (CMSJC)/2022)

Suponha que João cometeu um crime e após o trâmite regular do processo foi considerado culpado e, conseqüentemente, condenado a cumprir pena. De acordo com o disposto no art. 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que a pena imputada a João poderá ser de

- (A) morte, caso ele tenha cometido crime hediondo.
- (B) caráter perpétuo, caso ele tenha cometido crime de racismo.
- (C) trabalhos forçados .
- (D) interdição de direitos.
- (E) banimento.

2.(FGV - INSPETOR DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- (A) coisa julgada;
- (B) direito adquirido;
- (C) ato jurídico perfeito;
- (D) expectativa legítima;
- (E) legalidade imanente.

3.(FGV - INSPETOR DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitada:

- (A) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;
- (B) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado;
- (C) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional;
- (D) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;
- (E) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

4.(FGV - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/2022/XVIII)

Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

- (A) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza;
- (B) pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação;
- (C) não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados;
- (D) pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.

5.(FGV - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/2022/XVIII)

Ernesto, motorista profissional, em fatídico evento, praticou homicídio culposo na direção do caminhão que conduzia. Ao fim do processo penal, veio a ser condenado, com base na legislação vigente, à pena alternativa de pagamento de prestação pecuniária e à proibição de dirigir veículo automotor por dois anos.

Considerando que Ernesto possui família a sustentar, é correto afirmar, à luz da sistemática constitucional, que:

- (A) o direito ao exercício da profissão de motorista profissional se enquadra na perspectiva da dignidade humana, logo, não poderia ser restringido;
- (B) a proibição de dirigir veículo automotor é legítima, considerando o objetivo de proteger bens jurídicos relevantes de terceiros, como vida e integridade física;
- (C) a aplicação da penalidade de proibição de dirigir veículo automotor afronta o princípio da individualização da pena, por não ter considerado a condição pessoal de Ernesto;
- (D) a ponderação de interesses não pode gerar a ineficácia de um dos princípios envolvidos, sendo ilícita a proibição imposta a Ernesto ao eliminar o conteúdo essencial do direito.

6.(FGV - JUIZ ESTADUAL (TJ AP)/2022)

Joana e sua família contrataram com a companhia aérea ZZ o serviço de transporte aéreo internacional do Brasil para a Espanha, com passagens de ida e volta. Ao desembarcarem no destino, juntamente com os demais passageiros, constataram que sua bagagem tinha se extraviado.

Assim que retornaram ao Brasil, Joana e sua família ajuizaram ação de reparação de danos em face da companhia aérea ZZ, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Em sua defesa, a companhia argumentou com a existência de convenção internacional (CI), devidamente ratificada pelo Estado brasileiro antes da promulgação da Constituição da República de 1988, cuja aplicação resultaria na fixação de indenização em patamares sensivelmente inferiores. Acresça-se que a sede da multinacional está situada em país que igualmente ratificou a convenção.

À luz da sistemática constitucional, o juiz de direito, ao julgar a causa, deve aplicar, nas circunstâncias indicadas:

- (A) o CDC, que somente não prevaleceria sobre a CI caso fosse mais favorável ao consumidor, o que não é o caso;

(B) a CI, que, por expressa previsão constitucional, sempre prevalece sobre as normas infraconstitucionais afetas à temática;

(C) o CDC, que tem a natureza de lei ordinária e foi editado em momento posterior à CI, afastando a sua eficácia no território brasileiro;

(D) o CDC, pois a proteção do consumidor consubstancia direito fundamental, insuscetível de ser restringido por CI;

(E) a CI, desde que a sua recepção pela Constituição da República de 1988 tenha sido reconhecida em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto de três quintos dos seus membros.

7.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

João foi condenado, em sentença penal transitada em julgado, pela prática de crime, (1) à pena privativa de liberdade; (2) à pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços em um abrigo de idosos; (3) a reparar o dano causado à vítima; e (4) a perder os bens adquiridos ilícitamente. Poucos dias depois, João faleceu.

Nesse caso, à luz da ordem constitucional, uma vez preenchidos os requisitos legais e observados os limites estabelecidos, podem ser transmitidas aos herdeiros de João as consequências descritas:

- (A) somente em 1 e 2;
- (B) somente em 1 e 3;
- (C) somente em 3 e 4;
- (D) somente em 2, 3 e 4;
- (E) em 1, 2, 3 e 4.

8.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

Maria, no exercício do direito de petição, compareceu à Secretaria Municipal de Obras para solicitar que fossem adotadas as providências necessárias ao recapamento asfáltico das ruas do seu bairro. Afinal, a falta de manutenção contribuiu para o aumento dos buracos e os acidentes se multiplicaram. O servidor responsável pelo protocolo solicitou de Maria o comprovante de recolhimento da “taxa de expediente”, o que seria necessário para que o seu pleito fosse apreciado.

À luz da sistemática constitucional, a taxa mencionada pelo servidor:

- (A) não pode ser exigida;
- (B) pode ser exigida, desde que prevista na lei orgânica;
- (C) pode ser exigida, desde que prevista em lei ordinária;

- (D) pode ser exigida, desde que fixada em patamares módicos;
 (E) pode ser exigida e será reembolsada se o pleito for acolhido.

9.(FGV - 2º TENENTE BOMBEIRO MILITAR (CBM AM)/2022)

João, Diretor da Unidade Prisional XX, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de ser prestada assistência religiosa aos presos da referida unidade, o que, a seu ver, seria muito relevante para o bem-estar dos presos.

A assessoria respondeu corretamente que essa assistência

- (A) deve ser assegurada nos termos da lei.
 (B) não pode ser disponibilizada, pois afronta a liberdade religiosa do preso.
 (C) somente pode ser prestada em termos educativos, sem proselitismo religioso.
 (D) não pode ser disponibilizada, pois afronta a proibição de que o Estado apoie uma religião.
 (E) somente pode ser assegurada se houver deliberação nesse sentido dos presos, por maioria simples.

10.(AOC - ANALISTA EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/ANALISTA DE SISTEMAS/2022 (E MAIS 3 CONCURSOS))

Assinale a alternativa correta no que tange aos direitos e às garantias fundamentais.

- (A) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, asseguradas: a soberania dos veredictos e a publicidade das votações.
 (B) São gratuitas as ações de “habeas-corpus” e “habeas-data”, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
 (C) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata.
 (D) É vedada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
 (E) É opcional a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

11.(SELECON - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2022)

Acerca do direito à vida, previsto na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) há vedação absoluta à pena de morte em nosso ordenamento jurídico
 (B) os crimes culposos contra a vida são julgados perante o tribunal do júri
 (C) a criança e o adolescente têm absoluta prioridade ao direito à vida
 (D) a interrupção do processo gestacional de fetos anencéfalos foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal

12.(SELECON - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2022)

A propriedade é direito fundamental e permite o uso, o gozo e a fruição da coisa pelo seu titular. Entretanto, existem hipóteses de limitação. Dentre as assertivas abaixo, aquela que tem amparo constitucional é:

- (A) O direito de propriedade se sobrepõe aos demais direitos constitucionais em observância à sua função social.
 (B) A requisição de bem particular não é ato autoexecutável da autoridade administrativa competente.
 (C) As glebas em que há cultura de plantas psicotrópicas podem ser expropriadas sem direito à indenização.
 (D) A desapropriação pressupõe indenização posterior.

13.(AOC - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

Assinale a alternativa correta acerca dos direitos e das garantias fundamentais.

- (A) A lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.
 (B) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
 (C) São direitos sociais, entre outros, o trabalho, a educação, a moradia, a liberdade e a vida.
 (D) Somente a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
 (E) Nas organizações sindicais, o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado.

14.(FGV - AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO (TCU)/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022)

XX, renomado escritor, decidiu elaborar uma ampla pesquisa a respeito da vida pessoal e profissional de conhecido político, o qual, além de estar vivo, concluíra há pouco o seu último mandato eletivo e resolvera se reti-

rar da vida pública. Preocupado com as repercussões do livro que pretendia escrever, solicitou orientação de um advogado a respeito da necessidade, ou não, de obter a autorização do político ou, eventualmente, de seus familiares, caso ele viesse a falecer durante a elaboração da obra.

O advogado respondeu, corretamente, à luz da sistemática constitucional, que:

- (A) a autorização não é exigível, caso a publicação venha a ter caráter exclusivamente imparcial, sem críticas à pessoa e à obra do político;
- (B) não dependerá de autorização do político ou mesmo de seus familiares, já que a liberdade de informação deve preponderar;
- (C) somente dependerá de autorização caso o político esteja vivo quando da publicação, já que a intimidade é um direito personalíssimo;
- (D) sempre dependerá de autorização, pois, como o político retirou-se da vida pública, a sua intimidade prepondera sobre o direito à informação;
- (E) a autorização será exigida, ou não, conforme as características da obra, devendo ser sopesados os direitos à informação e à honra, observados os circunstancialismos do caso concreto.

15.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022)

Julgue os itens a seguir, acerca dos direitos e das garantias fundamentais.

I. É livre a manifestação do pensamento, inclusive anonimamente.

II. A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis, e eventual atentado a esses direitos permite que se busque a indenização pelo dano moral ou material decorrente da violação.

III. Todos têm direito a receber informações de seu interesse particular dos órgãos públicos, bem como informações de interesse coletivo ou geral. Os pedidos de acesso à informação devem ser atendidos no prazo fixado, sob pena de responsabilidade do agente público. A exceção à regra geral de transparência são as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

IV. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, salvo se a matéria trazida à apreciação estiver pacificada na jurisprudência dos tribunais superiores — como, por exemplo, em súmula vinculante, repercussão geral ou recurso repetitivo.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

16.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO AMBIENTAL (ICMBIO)/2022)

Com pertinência à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), ao Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

Constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, de animais silvestres, de minerais preciosos, de madeiras nobres e de material genético, o terrorismo e o bioterrorismo, os crimes hediondos, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, a prática do racismo, do especismo e do ecocídio.

- () CERTO
- () ERRADO

17.(FGV - AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/2022 (E MAIS 3 CONCURSOS))

Maria foi convocada, pelo poder público, para desempenhar determinada atividade de interesse coletivo prevista em lei, uma única vez, em determinado dia da semana. De posse do instrumento de convocação, compareceu à repartição e comunicou que não iria participar da referida atividade, que considerava injustificável à luz da razão humana, afrontando, com isso, a filosofia racionalista da qual era prosélita.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria agiu de maneira:

- (A) lícita, mas deve cumprir prestação alternativa prevista em lei, sob pena de ter os direitos políticos suspensos em caso de recusa;
- (B) lícita, mas somente se a lei prever uma prestação alternativa passível de ser cumprida, caso contrário, deve sofrer as sanções previstas em lei;
- (C) ilícita, pois a objeção de consciência deve estar lastreada em crença religiosa, não em convicção filosófica, estando sujeita às sanções cominadas em lei;

(D) lícita, desde que a lei que instituiu a obrigação preveja expressamente a faculdade de não ser cumprida, daí decorrendo a incidência das sanções cominadas;

(E) ilícita, pois a recusa em cumprir obrigação legal a todos imposta, em qualquer caso, afronta a isonomia, devendo ser privada de sua cidadania nas acepções ativa e passiva.

18.(FGV - ESTAGIÁRIO (MPE BA)/DIREITO/2022)

João, policial militar, recebeu comunicação da corporação, pelo rádio, no sentido de que deveria comparecer à casa de Antônio e ali cumprir uma diligência.

À luz da sistemática constitucional, João:

(A) somente pode ingressar na casa de Antônio com o seu consentimento, inexistindo exceção constitucional para a inviolabilidade do domicílio;

(B) por ser policial, pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, desde que durante o dia, vedada qualquer atividade noturna;

(C) pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, entre outras situações, no caso de desastre ou, durante o dia, por determinação judicial;

(D) pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, durante o dia ou à noite, mediante determinação judicial;

(E) somente pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, mediante determinação judicial e desde que durante o dia.

19.(VUNESP - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ SP)/REMOÇÃO/2022)

Segundo o art. 5o, inciso XXXIV, da Constituição Federal, denomina-se o direito para que se possa reclamar diretamente junto aos Poderes Públicos, em defesa de direitos contra a ilegalidade ou abuso de poder,

(A) de tutela jurisdicional.

(B) de petição.

(C) de mandado de segurança.

(D) de ação.

20.(VUNESP - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ SP)/REMOÇÃO/2022)

São direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5o da Constituição Federal,

(A) licença paternidade, salário família e direito à habeas data.

(B) gratuidade do registro de nascimento e óbito para aqueles reconhecidamente pobres, 13o salário e princípio da legalidade penal.

(C) proibição da pena de morte, seguro-desemprego e licença paternidade.

(D) liberdade de associação, liberdade de exercício do trabalho, liberdade de pensamento e proibição da pena de morte.

21.(VUNESP - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ SP)/PROVIMENTO/2022)

Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no 54, proposta perante o STF, postulou-se a possibilidade de antecipação terapêutica do parto de feto anencefálico. Neste julgado, prevaleceu a tese de que

(A) o aborto é moralmente defensável, frente à dignidade da mulher, devendo, inclusive, estender-se a outras hipóteses.

(B) a antecipação terapêutica do parto é a medida adequada, tendo em vista as dificuldades que um feto anencefálico terá, em todas as dimensões da vida, quando for adulto.

(C) a antecipação terapêutica do parto não se confunde com as hipóteses tipificadas no Código Penal referentes ao aborto, na medida em que o feto anencefálico, tecnicamente, não se equipara à vida viável.

(D) o aborto é prática tipificada no Código Penal, mas, neste caso, em virtude do presumido sofrimento da mãe, poderia ser relativizado pela jurisprudência.

22.(CEBRASPE (CESPE) - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ/2022)

Com base na jurisprudência majoritária e atual do Supremo Tribunal Federal relativa à dosimetria da pena na esfera criminal e no previsto na Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais da carta constitucional, assinale a opção correta a respeito do reconhecimento dos maus antecedentes e da reincidência.

(A) Só as condenações penais transitadas em julgado que não configurem reincidência são consideradas como maus antecedentes, não se aplicando, portanto, aos maus antecedentes a limitação do prazo quinquenal contado do término do cumprimento da pena.

(B) Embora, decorrido o prazo de cinco anos do término do cumprimento da pena, o indivíduo não retorne ao status de réu primário, para efeitos de dosimetria da pena, ele deixa de ser considerado réu de maus antecedentes.

(C) As condenações penais, transitadas em julgado ou não, podem ser consideradas como maus antecedentes, desde que não atingidas pelo prazo quinquenal contado do término do cumprimento da pena.

(D) As sentenças condenatórias transitadas em julgado são consideradas para a reincidência, enquanto as sentenças não transitadas em julgado podem ser consideradas somente para efeito de maus antecedentes, observado o prazo quinquenal.

(E) No período entre o trânsito em julgado da condenação criminal e o término do cumprimento da respectiva pena, tal sentença condenatória pode ser considerada para efeitos de maus antecedentes, mas não de reincidência.

23.(FUNDATEC - SOLDADO (BM RS)/NÍVEL III/2022)

Sobre os direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, nos dois últimos casos, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

(B) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.

(C) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública.

(D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora, salvo para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

(E) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

24.(FUNDATEC - SOLDADO (BM RS)/NÍVEL III/2022)

Os tratados internalizados no ordenamento jurídico brasileiro, em observância ao rito fixado pelo Art. 5º, § 3º, da CF, são equiparados às Emendas Constitucionais. Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, possui status de emenda constitucional.

(B) Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência possui status de emenda constitucional.

(C) Protocolo Facultativo à Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência possui status de emenda constitucional.

(D) O Pacto de San José da Costa Rica possui status de emenda constitucional.

(E) O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos possui status de norma supralegal.

25.(VUNESP - ALUNO-OFFICIAL (PM SP)/2022)

A afirmativa que expressa conformidade com a Constituição Federal no que diz respeito aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos é:

(A) É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, sendo, porém, permitida livremente a realização de cultos e liturgias religiosas.

(B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

(C) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

(D) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, podendo, no entanto, a lei penal retroagir com o objetivo de punir o autor de crime hediondo.

(E) É vedado ao preso ter acesso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

26.(CEBRASPE (CESPE) - DELEGADO DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

O caput do art. 5º, iniciando o Título II da Constituição Federal de 1988, referente aos direitos e garantias fundamentais, estabelece, de forma expressa, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil determinados direitos. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

(A) Embora o ordenamento jurídico estabeleça que as pessoas jurídicas são detentoras de personalidade jurídica, o texto constitucional garante a plenitude de direitos apenas às pessoas físicas. Sendo assim, as pessoas jurídicas têm seus direitos garantidos apenas com base na legislação infraconstitucional.

(B) O texto constitucional é claro ao prever que apenas os estrangeiros residentes no Brasil dispõem de todos os direitos garantidos aos brasileiros. Assim, os estrangeiros não residentes no Brasil estarão submetidos apenas ao ordenamento jurídico de seu país de origem.

(C) Os direitos e garantias fundamentais destinam-se à proteção do ser humano em sua totalidade. Assim, uma interpretação teleológica e lógico-sistemática permite afirmar que os direitos e garantias fundamentais têm como destinatários não apenas os brasileiros, mas também os estrangeiros, residentes ou não no Brasil, e apátridas, caso se encontrem dentro do território nacional.

(D) Decisão recente do Supremo Tribunal Federal reconhece como beneficiários dos direitos e garantias fundamentais acolhidos pela Constituição Federal de 1988 não somente os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, mas também os estrangeiros de passagem pelo território brasileiro, desde que haja, nesse caso, tratado internacional entre o Brasil e o país de origem do estrangeiro, para que ele tenha preservados seus direitos.

(E) Uma análise sistematizada do texto constitucional permite afirmar que os estrangeiros não residentes no Brasil são detentores de direitos, limitados, no entanto, àqueles que dizem respeito à vida e à integridade física, em razão do que dispõe o inciso III do art. 1.º da Carta Política, ao tratar da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

27.(CEBRASPE (CESPE) - DELEGADO DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

A respeito da figura denominada Estado de coisas inconstitucional, é correto afirmar que

(A) não se trata de medida reconhecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que apenas admite o controle judicial de políticas públicas por meio de ações individuais ou coletivas, mas não controle por controle concentrado de constitucionalidade.

(B) encontra fundamento nos casos de inadimplemento reiterado de direitos fundamentais pelos poderes do Estado, sem que haja possibilidade de remédio para vias tradicionais, ocasião em que o tribunal assume o papel de coordenador de políticas públicas por meio da denominada tutela estruturante.

(C) é um dos mecanismos do sistema constitucional de crises, figurando ao lado do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, que somente pode ser instaurado após a convocação do Conselho da República, e permite a suspensão de certos direitos fundamentais, como o da liberdade de locomoção.

(D) é medida importada do Tribunal Constitucional da Colômbia, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal declara a existência de uma violação massiva a direitos fundamentais, mas que se restringe a papel exclusivamente simbólico.

(E) a declaração do Estado de coisas inconstitucional é inviável em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tendo-se em vista que, nesse modelo, somente se aprecia o conteúdo da lei em tese em face do parâmetro constitucional.

28.(CEBRASPE (CESPE) - DELEGADO DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Em operação conjunta das polícias civil e militar, Xisto foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico de entorpecentes. A prisão foi noticiada nos maiores jornais do país, além de haver repercutido nas redes sociais. Após o transcurso do processo criminal, Xisto foi absolvido por ausência de provas. Em sequência, Xisto ajuizou ação objetivando (i) retirar dos provedores de busca os resultados que levassem a matérias divulgadas pelos jornais, (ii) retirar as próprias matérias divulgadas, indicando, para isso, as empresas jornalísticas. Considerando essa situação, assinale a opção correta acerca do que foi solicitado por Xisto.

(A) Os pedidos devem ser julgados improcedentes, apenas porque, nesse caso, a sentença absolutória fundamentou-se na ausência de provas. Se, contudo, a sentença tivesse sido fundada na negativa de autoria, haveria o direito ao esquecimento do fato em questão.

(B) Os pedidos devem ser julgados integralmente procedentes, tendo-se em vista que o direito constitucional à imagem e à privacidade garante a qualquer indivíduo o direito subjetivo de não ser ligado a crime do qual foi posteriormente absolvido.

(C) Deve ser julgado procedente apenas o pedido referente aos provedores de busca, na medida em que amplificam desproporcionalmente o fato pretérito, mas deve ser julgado improcedente a solicitação relativa às empresas jornalísticas, que estão cobertas pela liberdade de imprensa.

(D) Os pedidos devem ser julgados improcedentes, tendo-se em vista que o direito constitucional brasileiro não consagra um “direito ao esquecimento”, desde que os fatos tenham sido noticiados sem excessos e não haja dolo.

(E) O pedido deve ser julgado procedente em face das empresas jornalísticas, visto que foram responsáveis diretas pela divulgação dos fatos, mas improcedente em face dos provedores de busca, que não respondem pela informação meramente indexada.

29.(CEBRASPE (CESPE) - DELEGADO DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Em relação aos direitos e garantias fundamentais da defesa técnica do investigado e do preso em flagrante, assinale a opção correta.

(A) O advogado do investigado pode sempre acessar todos os depoimentos prestados por testemunhas desde que documentados nos autos, mesmo sem a devida procuração nos autos.

(B) O advogado do investigado não pode sempre acessar todos os depoimentos prestados por testemunhas, mesmo que documentados nos autos, mas apenas as provas que digam respeito do seu assistido.

(C) O advogado do investigado pode sempre acessar todos os depoimentos prestados por testemunhas, desde que documentados nos autos e munido da devida procuração.

(D) O advogado do investigado não pode acessar os depoimentos prestados por testemunhas, mesmo que documentados nos autos, porque a súmula vinculante 14 é mitigada na fase pré-processual da investigação.

(E) O advogado do investigado não pode acessar os depoimentos prestados por testemunhas, mesmo que documentados nos autos, porque o sigilo do inquérito do art. 20 do CPP é oponível a ele.

30.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

João, brasileiro com vinte anos de idade e que jamais solicitara o seu alistamento eleitoral, requereu, à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado Alfa, informações a respeito de auditoria realizada pelo órgão competente de controle interno nas contratações realizadas pelo órgão. Acresça-se que, no bojo desse requerimento, João não indicou a finalidade em que essas informações seriam utilizadas.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o requerimento de João deve ser

(A) indeferido, pois as informações solicitadas são exclusivas para o uso interno.

(B) indeferido, pois somente o cidadão pode ter acesso às informações almejadas.

(C) indeferido, já que não foi declinada em que finalidade as informações seriam utilizadas.

(D) deferido, sendo irrelevante o fato de João não ser cidadão e de não indicar a finalidade das informações.

(E) deferido, desde que João, após a devida provocação, indique em que finalidade as informações serão utilizadas.

GABARITO

1	D
2	B
3	B
4	D
5	B
6	B
7	C
8	A
9	A
10	B
11	C
12	C
13	B
14	B
15	C
16	ERRADO
17	A
18	C
19	B
20	D
21	C
22	A
23	E
24	D
25	C
26	C
27	B
28	D
29	B
30	D

DIREITOS SOCIAIS

DIREITOS SOCIAIS

1.(FGV - JUIZ ESTADUAL (TJ AP)/2022)

Maria, servidora ocupante de cargo em comissão no Município Delta, adotou João Pedro, de 11 anos de idade. Ato contínuo, consultou o regime jurídico único dos servidores públicos municipais e constatou que a licença parental básica, reconhecida aos servidores adotantes, era de noventa dias, período reduzido para trinta dias quando o adotado tivesse mais de 10 anos de idade, isso sem qualquer consideração em relação a possíveis períodos de prorrogação. No entanto, somente faziam jus a essa licença os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, não aqueles livremente demissíveis pela autoridade competente.

À luz da sistemática constitucional, o regime jurídico único dos servidores públicos do Município Delta:

(A) é inconstitucional na parte que restringe a fruição da licença aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e estabelece períodos de fruição inferiores ao da licença gestante;

(B) é inconstitucional apenas na parte em que estabelece o período de fruição de trinta dias quando o adotado tiver mais de 10 anos de idade;

(C) não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade em relação aos servidores que podem fruir a licença e aos respectivos períodos de fruição; é inconstitucional apenas na parte que restringe a fruição da licença aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;

(D) é inconstitucional apenas na parte em que estabelece períodos de fruição inferiores ao da licença gestante.

2.(FUNDATEC - TÉCNICO DE GESTÃO EM SAÚDE (IPE SAÚDE)/2022)

Previstos na Constituição Federal de 1988, o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), o repouso semanal remunerado, as férias anuais remuneradas e a licença à gestante são alguns dos direitos dos trabalhadores:

(A) Urbanos.

(B) Rurais.

(C) Urbanos e rurais.

(D) Informais.

(E) Urbanos, rurais e informais.

3.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNPESP-EXE)/JURÍDICA/2022)

Com base no texto da Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

O pagamento, pelo empregador, do seguro de acidente de trabalho exclui a sua responsabilidade civil em face de eventual indenização a que o empregado faça jus em razão de acidente laboral.

() CERTO

() ERRADO

4.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNPESP-EXE)/JURÍDICA/2022)

Com base na jurisprudência majoritária e atual do Supremo Tribunal Federal, julgue o item que se segue.

É inconstitucional a assinatura de acordo coletivo de trabalho para permitir que empregadas grávidas trabalhem expostas a condições insalubres, ainda que essas empregadas consentam em permanecer atuando em atividades que as exponham a tais condições.

() CERTO

() ERRADO

5.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/JURÍDICA/2022)

Os direitos sociais são uma garantia constante da Constituição Federal de 1988, entre os quais se encontra previsto o

(A) direito à moradia.

(B) direito das presidiárias de permanecer com seus filhos durante o período da amamentação.

(C) direito à propriedade.

(D) direito à gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.

(E) direito à assistência jurídica integral e gratuita.

6.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA/2022)

Acerca dos direitos sociais, assinale a opção correta.

- (A) Não constitui objeto de delegação a legislação sobre direitos individuais e sociais.
- (B) Conforme a CF, não pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir direitos e garantias individuais e sociais.
- (C) O direito de reunião, embora seja um direito pessoal, está previsto na CF, no Capítulo que trata dos direitos sociais.
- (D) Segundo expressa previsão constitucional, a proteção em face da automação é um direito social do trabalhador que se aplica também aos servidores ocupantes de cargo público.
- (E) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a CF e, especialmente, contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

7.(VUNESP - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (OSASCO)/2022)

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, entre outros, no termo seguinte: é livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.
- (C) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa temporário de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados por decretos e regulamentos do Poder Executivo.
- (D) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, entre outros, no termo seguinte: é plena a liberdade de associação para fins lícitos, autorizando-se a de caráter paramilitar.

(E) Todo brasileiro, estando ou não em situação de vulnerabilidade social, terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei.

8.(FCC - ANALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (PREF RECIFE)/ASSISTENTE SOCIAL/2022)

A Constituição Federal de 1988 imprime novos direitos sociais que

- (A) possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social.
- (B) correspondem ao direito à vida, liberdade de pensamento e fé, o direito de ir e vir, à liberdade de imprensa e à igualdade perante a lei.
- (C) só podem ser concretizados a partir da definição de um estatuto legal que tenha correspondência com a posição dos Jusnaturalistas e que tenha consonância com o campo dos direitos civis.
- (D) dependem de uma mudança radical na sociedade emanada da lógica econômica vinculada ao fim do capitalismo. Sem essa transição, não se conquistam os direitos sociais.
- (E) estão vinculados aos acordos expressos no arcabouço legal, uma vez que nem sempre a ampliação dos direitos sociais dependeu de disputas entre projetos políticos diferentes.

9.(FCC - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE PE)/2022)

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais,

- (A) é juridicamente possível a realização de exame de DNA contra a vontade do réu em ação de investigação de paternidade, não constituindo violação à dignidade humana, nessas circunstâncias, a obtenção de fios de cabelo ou extração de poucas gotas de sangue do investigado.
- (B) para a caracterização do trabalho escravo faz-se necessário o cerceamento de liberdade física e de locomoção, adicionados ao fato de que o trabalhador deva ser tratado como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos.
- (C) a garantia de salário mínimo prevista na Constituição não se aplica à remuneração do trabalho dos presos.
- (D) é constitucional a proibição de doação de sangue por homens que tiveram relações sexuais com outros homens nos 12 meses anteriores à doação.

(E) é constitucional a previsão legal de reserva aos negros de um percentual de vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração pública federal, excluídas as Forças Armadas.

10.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO (PGE RJ)/PROCESSUAL/2022)

Julgue o item que se segue, pertinente à organização político-administrativa do Estado e aos direitos e garantias constitucionais.

O lazer é um direito social garantido expressamente na CF.

- () CERTO
() ERRADO

11.(FCC - ANALISTA PROCURATORIAL (PGE AM)/2022)

Lei ordinária federal autoriza que o trabalho do preso seja remunerado com observância de um patamar mínimo de três quartos do salário mínimo, impondo paralelamente ao Estado deveres de prestação material em relação ao interno, a fim de garantir o atendimento de todas as suas carências básicas, e concedendo ao preso o benefício da remição da pena, na proporção de um dia de redução da sanção criminal para cada três dias de trabalho. À luz da disciplina constitucional pertinente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida previsão legal é

- (A) incompatível com a Constituição Federal, sob o aspecto formal, ao dispor sobre matéria sujeita à lei complementar, embora não haja inconstitucionalidade sob o ponto de vista material no tratamento diferenciado entre a remuneração do trabalho do preso e a dos trabalhadores urbanos e rurais em geral.
(B) incompatível com a Constituição Federal, sob o aspecto material, por violar o princípio da igualdade, ao estabelecer tratamento diferenciado entre a remuneração do trabalho do preso e a dos trabalhadores urbanos e rurais em geral.
(C) incompatível com a Constituição Federal, sob o aspecto material, uma vez que viola a norma que assegura a todos os trabalhadores salário mínimo fixado em lei, bem como a que veda expressamente a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
(D) compatível com a Constituição Federal, sob os aspectos formal e material.
(E) incompatível com a Constituição Federal, sob o aspecto formal, ao invadir a competência suplementar dos Estados-membros em matéria de

competência legislativa concorrente, embora não haja inconstitucionalidade sob o ponto de vista material no tratamento diferenciado entre a remuneração do trabalho do preso e a dos trabalhadores urbanos e rurais em geral.

12.(FCC - TÉCNICO EM GESTÃO PROCURATORIAL (PGE AM)/CONTROLE INTERNO/2022)

A Constituição Federal assegura tanto a trabalhadores urbanos e rurais como a trabalhadores domésticos e servidores ocupantes de cargos públicos os direitos a

- (A) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
(B) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
(C) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, ou entre os profissionais respectivos, e assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
(D) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei, e remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
(E) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

13.(VUNESP-TÉCNICO LEGISLATIVO (ALESP)/"SEM ÁREA"/2022)

Quanto aos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) cabe à legislação infraconstitucional, observadas as regras de competência, a disciplina da extensão aos servidores públicos civis dos direitos sociais estabelecidos no art. 7º do Texto Constitucional.
(B) a Constituição não prevê o direito ao seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, mas apenas a legislação infraconstitucional.
(C) é constitucional lei que vincule o valor do salário mínimo nacional à variação do preço da gasolina nos postos de combustíveis.
(D) o rol de garantias do art. 7º da Constituição exaure a proteção jurídica aos direitos sociais.
(E) viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

14.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO (TCE-RJ)/CONTROLE EXTERNO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2021 (E MAIS 3 CONCURSOS)

Com relação aos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

A segurança pública é um direito fundamental social.
 CERTO
 ERRADO

15.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (TC-DF)/2021)

A respeito de mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue o item.

De acordo com o STF, é lícito ao Poder Judiciário, em situações excepcionais, determinar que a administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais.

CERTO
 ERRADO

16.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO EM SEGURANÇA DE BARRAGENS (ANM)/2021)

No que diz respeito aos direitos e às garantias fundamentais, bem como aos direitos do servidor público, assegurados na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Os direitos sociais assegurados aos trabalhadores incluem a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, a participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

CERTO
 ERRADO

17.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

O gozo de férias anuais remuneradas, com, no máximo, um terço a mais que o salário normal, é um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais elencados na Constituição Federal de 1988.

CERTO
 ERRADO

18.(QUADRIX - ASSISTENTE (CRBM 4 (PA RO))/GESTÃO/2021 (E MAIS 1 CONCURSO)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal reconhece o salário mínimo como um direito social, dada a sua importância para a manutenção de uma vida com dignidade, sendo irredutível em qualquer hipótese.

CERTO
 ERRADO

19.(SELECON - ANALISTA DE PROJETOS NAVAIS (EMGEPRON)/MÉDICO DO TRABALHO/2021)

A Constituição Federal, no seu artigo 7º, inciso IX, considera o horário noturno, nas atividades urbanas, o trabalho realizado entre as:

- (A) 20:00 horas de um dia e as 5:00 horas do dia seguinte
 (B) 21:00 horas de um dia e as 5:00 horas do dia seguinte
 (C) 22:00 horas de um dia e as 5:00 horas do dia seguinte
 (D) 23:00 horas de um dia e as 5:00 horas do dia seguinte

20.(QUADRIX - AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (CREF 21)/2021)

Com relação aos direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O seguro-desemprego será assegurado, independentemente de o desemprego ser voluntário ou involuntário.
 (B) A irredutibilidade do salário, prevista na Constituição, impede, sob quaisquer hipóteses, a redução salarial.
 (C) A garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável é um direito dos trabalhadores.
 (D) O salário-família será pago, em razão de dependentes, a todos os trabalhadores, independentemente da renda, nos termos da lei.
 (E) O aviso prévio a ser pago não se vincula ao tempo de serviço, sendo, no máximo, de trinta dias.

21.(QUADRIX - ANALISTA (CREFITO 4)/CONTÁBIL/2021 (E MAIS 3 CONCURSOS))

Nos termos do art. 6.o da Constituição Federal, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Considerando essa informação, julgue o item acerca dos direitos sociais.

Os direitos sociais são compreendidos como direitos de segunda dimensão ou geração e apresentam-se como prestações positivas a serem implementadas pelo Estado.

- () CERTO
() ERRADO

22.(CEBRASPE (CESPE) - OFICIAL (CBM AL)/2021)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e no entendimento doutrinário acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

A garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável configura direito social do trabalhador, porém essa garantia não se aplica às praças prestadoras de serviço militar obrigatório.

- () CERTO
() ERRADO

23.(CEBRASPE (CESPE) - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC AL)/2021)

Acerca dos direitos sociais, da nacionalidade e dos direitos políticos, julgue o item seguinte.

A segurança é um direito social assegurado expressamente na CF.

- () CERTO
() ERRADO

24.(VUNESP - PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL (GUARUJÁ)/2021)

Considere a seguinte situação hipotética:

Atena, 22 anos de idade, é auxiliar de limpeza, empregada de uma empresa privada, mas presta serviço, no horário noturno, em uma repartição pública municipal, recebendo remuneração maior do que Narciso, 17 anos de idade, que também exerce as mesmas funções na referida empresa, mas que presta serviços em um supermercado no horário diurno. Pelo serviço extraordinário por eles prestado, ambos

recebem remuneração superior em quarenta por cento à do normal. Narciso pretende ser transferido para o período noturno para receber a mesma remuneração de Atena. E esta pretende equiparação de salário com outro funcionário, servidor público, que exerce função semelhante no mesmo órgão em que ela presta serviços.

Segundo as disposições constitucionais acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, é correto afirmar que

(A) Atena está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário e tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso não tem direito a obter transferência para o período noturno e está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

(B) Atena não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário, não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso não tem direito a obter transferência para o período noturno e também não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

(C) Atena está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário, e não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso tem direito a obter transferência para o período noturno e está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

(D) Atena não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário e não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso tem direito a obter transferência para o período noturno e não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

(E) Atena e Narciso recebem a remuneração correta pelo serviço extraordinário, sendo que Narciso tem direito à transferência para o horário noturno e Atena tem direito à equiparação salarial pretendida

25.(CEBRASPE (CESPE) - PROFESSOR (SEED PR)/LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS/ARTE/2021 (E MAIS 29 CONCURSOS))

O inciso XXII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988 estabelece que é direito dos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Quanto a esse tema, assinale a opção correta.

(A) Os riscos são intrínsecos aos processos produtivos, portanto é dever dos empregadores, e direito dos trabalhadores, reduzi-los por intermédio de uma normatização sanitária que contemple higiene e segurança.

(B) Os riscos ocupacionais decorrentes dos processos produtivos devem ser suportados por todos da sociedade, cabendo ao empregador cumprir as normas regulamentadoras e pagar os adicionais de insalubridade e periculosidade.

(C) Os riscos são extrínsecos aos processos produtivos, então cabe aos trabalhadores reduzi-los por intermédio de condutas que contemplem aspectos sanitários, de higiene e de segurança.

(D) Os riscos são vinculados aos processos produtivos, motivo pelo qual empregadores e trabalhadores devem reduzi-los por intermédio de uma normatização trabalhista que contemple aspectos sanitários, de higiene e de segurança.

(E) Os riscos são adstritos aos processos produtivos, tendo os empregadores a obrigação de eliminá-los por intermédio de uma normatização tripartite, via norma regulamentadora que contemple aspectos sanitários.

26.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO ESTADO (PGE PB)/2021)

A Constituição Federal garante expressamente aos servidores públicos ocupantes de cargo público o direito social a(o)

(A) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

(B) salário mínimo, permitida sua vinculação para qualquer finalidade.

(C) licença gestante com duração de noventa dias.

(D) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

(E) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

27.(QUADRIX - PROFISSIONAL ANALISTA SUPERIOR (CRECI 14)/ADVOGADO/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS))

O Título II da Constituição Federal de 1988 trata dos direitos e das garantias fundamentais, abrangendo os direitos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos de nacionalidade, os direitos políticos e os direitos dos partidos políticos. Com base nas previsões constitucionais relativas aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

A educação, a saúde, a moradia e a proteção à maternidade e à infância são direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal.

() CERTO

() ERRADO

28.(VUNESP - ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ SP)"/CAPITAL E INTERIOR"/2021)

É um dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais:

(A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária com ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.

(B) participação nos lucros, ou resultados, vinculada à última remuneração do trabalhador.

(C) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

(D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

(E) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

29.(IBAM - PROCURADOR JURÍDICO (PREF CABO FRIO)/2021)

Alguns Estados através de normativa própria divulgam, no início de cada ano, o novo salário mínimo estadual. Entretanto, o art. 7º IV da Constituição da República Federativa do Brasil prevê o salário mínimo nacionalmente unificado. (In verbis: art. 7º, IV, da CRFB/88 - "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim").

Diante de tal consideração, é correta a seguinte afirmativa:

(A) os Estados podem fixar salário mínimo estadual com base na legislação infraconstitucional

(B) a fixação pelos Estados é de piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, sendo um erro jurídico chamar de salário mínimo estadual

(C) o salário mínimo é nacionalmente unificado, mas pode ser fixado por qualquer ente do Executivo de acordo com a necessidade do seu Estado, podendo ser este valor até mesmo inferior ao fixado pelo Presidente da República

(D) a fixação do salário mínimo se dá pelos empregadores, estando ultrapassada a visão no mínimo constitucional

30.(IBAM - PROCURADOR JURÍDICO (PREF CABO FRIO)/2021)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, após a Emenda Constitucional nº 72, de 2013, buscou estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Entretanto, fazendo uma análise do texto legal, observa-se que ainda não há uma igualdade, mas que, sem dúvida, se conquistou uma sensível redução da assimetria entre os direitos dos domésticos e dos trabalhadores urbanos e rurais.

Considerando as conquistas alcançadas pelos trabalhadores domésticos, a alternativa que apresenta uma afirmativa verdadeira é a seguinte:

- (A) os empregados domésticos, após a EC 72/2013, passaram a ter limite de jornada, entretanto, aqueles que já se encontravam trabalhando com carteira assinada, antes da publicação da Emenda Constitucional, não puderam se valer de tal proteção
- (B) ainda não é possível contemplar nenhum trabalhador doméstico com a limitação de trabalho garantida na Constituição, pois o empregador doméstico não tem como fazer controle de frequência ou de jornada
- (C) o trabalhador doméstico pode dormir no emprego, razão pela qual é inviável conceder-lhe o direito à limitação de horas de trabalho
- (D) todos os empregados domésticos conquistaram o direito à limitação da duração do trabalho, bem como ao cômputo de horas extras e noturnas após a entrada em vigor da Emenda Constitucional 72/2013

GABARITO	
-----------------	--

1	A
2	C
3	ERRADO
4	CERTO
5	A
6	E
7	A
8	A
9	C
10	CERTO
11	D
12	B
13	A
14	CERTO
15	CERTO
16	CERTO
17	ERRADO
18	ERRADO
19	C
20	C
21	CERTO
22	CERTO
23	CERTO
24	B
25	A
26	E
27	CERTO
28	C
29	B
30	D

ANOTAÇÕES

DIREITOS DA NACIONALIDADE

DIREITOS DA NACIONALIDADE

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

A Constituição Federal de 1988 dispõe que não deve haver distinção legal entre brasileiros natos e naturalizados, com exceção dos casos previstos no próprio texto constitucional. Conforme as disposições da Constituição Federal de 1988, são privativos de brasileiros natos os cargos de

- (A) ministro do Superior Tribunal de Justiça e oficial das Forças Armadas.
- (B) carreira diplomática e ministro da justiça.
- (C) presidente da República e presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) presidente do Senado Federal e vice-presidente da República.
- (E) ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro da Casa Civil.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-PB - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Suponha que João nasça no Brasil e seja filho de pai e mãe argentinos que estejam em território brasileiro a serviço do Uruguai. Suponha, ainda, que Sandro nasça na Itália e seja filho de pai brasileiro que resida há algum tempo no exterior, por interesse pessoal de estudo. Suponha, também, que Jaqueline nasça na Espanha e seja filha de mãe brasileira, a serviço da República Federativa do Brasil naquele país. Nessa situação, no momento do nascimento, é(são) brasileiro(s) nato(s)

- (A) João, Sandro e Jaqueline.
- (B) João e Jaqueline, somente.
- (C) Jaqueline, somente.
- (D) Sandro e Jaqueline, somente.
- (E) João, somente.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

A CF exige que determinados cargos eletivos sejam ocupados por brasileiro nato. Nesse contexto, um brasileiro naturalizado ou português equiparado poderá

- (A) candidatar-se a presidente ou vice-presidente da República, desde que um desses cargos seja ocupado por brasileiro nato.

(B) candidatar-se a vice-presidente da República, desde que o candidato a presidente seja brasileiro nato.

(C) candidatar-se a vice-governador, desde que o candidato a governador seja brasileiro nato.

(D) concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidência nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

(E) concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - SEFAZ-RR - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS)

Acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer hora do dia ou da noite, por determinação judicial.

(B) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida apenas prévia autorização da autoridade competente.

(C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo proibida a execução, contra herdeiros não participantes do delito, da obrigação de reparar o dano.

(D) Mesmo em caso de iminente perigo público, a autoridade competente só poderá usar de propriedade particular se houver prévia autorização do respectivo proprietário, assegurada a ele indenização ulterior, se houver dano.

(E) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

5. (CESGRANRIO - 2010 - BR DISTRIBUIDORA - ADVOGADO)

A Constituição Federal reconhece a condição de brasileiro naturalizado aos originários de países de língua portuguesa que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigindo, nesse caso, apenas

- (A) residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (B) residência há mais de quinze anos ininterruptos e ausência de condenação penal.
- (C) residência permanente no País e reciprocidade de tratamento em favor de brasileiros no país de origem.
- (D) residência na República Federativa do Brasil e opção expressa, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (E) prestação de serviço à República Federativa do Brasil e maioridade legal.

6. (CESGRANRIO - 2008 - BR DISTRIBUIDORA - ADVOGADO)

Maria é brasileira, funcionária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e casada com João, também brasileiro. Foi enviada grávida à Itália, juntamente com sua equipe de trabalho, para tratar de assuntos profissionais do interesse da Petrobras. Ao chegar a Roma, Maria teve complicações na gravidez e deu à luz prematuramente a seu filho Mário, que sobreviveu. De acordo com as disposições constitucionais relativas a direitos da nacionalidade, esse filho de João e Maria será

- (A) apátrida.
- (B) estrangeiro.
- (C) brasileiro nato.
- (D) brasileiro naturalizado.
- (E) italiano, podendo optar pela nacionalidade brasileira após a maioridade.

7. (ESAF - 2012 - MF - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Quanto à atribuição de nacionalidade, marque a opção incorreta.

- (A) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residente na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (B) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (C) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.

(D) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

(E) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

8. (ESAF - 2012 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1 - GABARITO 1)

Assinale a única opção correta.

- (A) O cargo de Ministro da Fazenda é privativo de brasileiro nato.
- (B) O cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho é privativo de brasileiro nato.
- (C) O brasileiro nato poderá ser extraditado no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (D) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (E) No sistema jurídico-constitucional pátrio, é cabível a aquisição da nacionalidade brasileira como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

9. (ESAF - 2012 - MI - NÍVEL SUPERIOR - CONHECIMENTOS GERAIS)

Acerca da configuração fundamental da cidadania brasileira na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incorreto afirmar que

- (A) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe brasileiro (nato ou naturalizado) que ali se encontrasse a serviço oficial da República Federativa do Brasil.
- (B) podem ser brasileiros naturalizados os estrangeiros que, provenientes de países que tenham o português como língua nativa, residam no país há mais de um ano e não tenham pendente contra si qualquer desabono grave jurídico ou moral.
- (C) é privativo de brasileiro nato o posto de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) o brasileiro nato não pode perder a cidadania brasileira.
- (E) aos portugueses com residência permanente no país são assegurados os mesmos direitos constitucionalmente assegurados aos brasileiros naturalizados, desde que haja, em Portugal, reciprocidade em favor dos brasileiros ali residentes permanentemente.

10. (ESAF - 2010 - SMF-RJ - FISCAL DE RENDAS - PROVA 2)

Acerca da configuração fundamental da cidadania brasileira na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incorreto afirmar que:

- (A) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe brasileiro (nato ou naturalizado) que ali se encontrasse a serviço oficial da República Federativa do Brasil.
- (B) podem ser brasileiros naturalizados os estrangeiros que, provenientes de países que tenham o português como língua nativa, residam no país, no mínimo, há um ano ininterrupto e não tenham pendente contra si qualquer desabono grave jurídico ou moral.
- (C) é privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) aos portugueses com residência permanente no país são assegurados os mesmos direitos constitucionalmente assegurados aos brasileiros naturalizados, desde que haja, em Portugal, reciprocidade em favor dos brasileiros ali residentes permanentemente.
- (E) o brasileiro nato não pode perder a cidadania brasileira.

11. (FCC - 2021 - DPE-AM - DEFENSOR PÚBLICO)

Segundo as regras vigentes na Constituição Federal sobre nacionalidade,

- (A) é considerado brasileiro nato, se nascido no Brasil, o filho de pai e mãe estrangeiros ainda que não domiciliados ou residentes no país.
- (B) se o pai ou a mãe for brasileiro nato, a criança nascida no exterior é considerada brasileira nata sempre que o país estrangeiro de nascimento não lhe conferir nacionalidade.
- (C) pode adquirir a nacionalidade brasileira o estrangeiro que resida ininterruptamente no Brasil há dez anos ou mais e assim requeira às autoridades competentes.
- (D) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, serão considerados brasileiros natos desde que venham a residir no Brasil e optem, antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (E) tem direito à naturalização brasileira o estrangeiro que viva no país há mais de três anos e tenha filho brasileiro ou seja casado formalmente com brasileiro nato ou naturalizado.

12. (FCC - 2019 - SPPREV - TÉCNICO EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA)

Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre nacionalidade,

- (A) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (B) a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos em lei complementar.
- (C) é privativo de brasileiro nato o cargo de membro da Câmara dos Deputados.
- (D) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por decisão administrativa, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- (E) é fator impeditivo de aquisição da nacionalidade brasileira a condenação, por improbidade administrativa, de cidadão estrangeiro residente no Brasil por período superior a quinze anos ininterruptos.

13. (FCC - 2019 - SPPREV - TÉCNICO EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA)

Diante do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:

- (A) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado após a naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (B) É livre, exclusivamente aos brasileiros natos e naturalizados, a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- (C) Admite-se a prática de tortura em caso de guerra declarada.
- (D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei e trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- (E) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

14. (FCC - 2019 - SPPREV - ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA)

Considere as seguintes situações hipotéticas:

I. Simon, nascido na Inglaterra, de mãe irlandesa, durante período em que seu pai estava naquele país como embaixador da República Federativa do Brasil, reside no território brasileiro há um ano.

II. Fritz, nascido na Alemanha, naturalizado brasileiro há dezessete anos, reside e exerce legalmente a advocacia no Brasil há quinze anos ininterruptos.

III. Brigitte, nascida na França e naturalizada brasileira há dois anos, é processada e condenada no exterior pela prática de tráfico internacional de entorpecentes ocorrido há seis anos.

À luz da Constituição Federal, considerados apenas os elementos fornecidos,

(A) Fritz poderá ser nomeado embaixador, mas não poderá ser nomeado Ministro das Relações Exteriores, ao passo que Simon é considerado brasileiro naturalizado.

(B) Brigitte não poderá ser extraditada em razão de ter se naturalizado brasileira, ao passo que Fritz poderá ocupar qualquer cargo da carreira diplomática.

(C) Simon é considerado estrangeiro, ao passo que Brigitte poderá ser extraditada.

(D) Simon é considerado brasileiro nato, ao passo que Fritz não poderá ocupar qualquer cargo da carreira diplomática.

(E) Brigitte não poderá ser extraditada, ao passo que Fritz poderá ser nomeado tanto embaixador como Ministro das Relações Exteriores.

15. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR)

João, nascido no território do País Alfa enquanto seu pai ali atuava como Embaixador da República Federativa do Brasil, jamais tinha ingressado no território brasileiro. No entanto, ao completar 20 (vinte) anos de idade, foi acusado e condenado pela prática, no território do País Alfa, do crime de homicídio doloso. Para evitar ser preso, fugiu para o território brasileiro.

Caso seja formulado, pelo País Alfa, o pedido de extradição de João, a República Federativa do Brasil deve, estando presentes os demais requisitos exigidos

(A) deferi-lo, pois João é nacional do País Alfa.

(B) indeferi-lo, pois é vedada a extradição do brasileiro nato.

(C) deferi-lo, em razão da gravidade do crime praticado, apesar de João ser brasileiro nato.

(D) deferi-lo, desde que o País Alfa assegure a reciprocidade em favor da República Federativa do Brasil.

(E) indeferi-lo, pois a extradição somente seria cabível em se tratando de tráfico ilícito de entorpecentes.

16. (FGV - 2022 - PC-RJ - INVESTIGADOR POLICIAL DE 3ª CLASSE)

Maria, de nacionalidade brasileira nata, e João, de nacionalidade alemã nata, mas que estava residindo no território brasileiro, travaram intenso debate a respeito dos direitos de cada qual perante a Constituição da República de 1988.

Ao final, concluíram, corretamente, que:

(A) somente Maria é cidadã, requisito para a fruição dos direitos fundamentais;

(B) somente Maria possui direitos fundamentais e pode ter direitos políticos;

(C) João tem direitos idênticos aos de Maria, desde que haja reciprocidade na Alemanha;

(D) somente Maria pode ter direitos políticos, embora ela e João possuam direitos fundamentais;

(E) Maria e João possuem direitos idênticos sob o prisma constitucional, mas a lei pode restringir os direitos de João.

17. (FGV - 2022 - MPE-GO - PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO)

Johan nasceu em território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui se encontravam com visto de turistas. Após o nascimento, foi levado para a Alemanha, onde era legalmente reconhecida sua nacionalidade alemã nata pelo critério do jus sanguinis. Ao completar 25 anos de idade, foi acusado de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes na Alemanha, tendo retornado pela primeira vez ao Brasil, o que ocorreu na condição de fugitivo.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Johan:

(A) apenas tem a nacionalidade alemã, sendo possível o acolhimento do pedido de extradição eventualmente formulado pelo governo da Alemanha;

(B) além de ter a nacionalidade alemã, é brasileiro nato, não sendo passível de ser acolhido eventual pedido de extradição formulado pelo governo da Alemanha;

(C) em razão do princípio da unicidade, teve a nacionalidade brasileira, de caráter nato, cancelada, assim que reconhecida a alemã, sendo cabível, portanto, eventual extradição;

(D) apesar de ter a nacionalidade alemã, pode requerer a brasileira, por ter atingido a maioria, assim que ingressar no território nacional, o que obstará eventual extradição;

(E) apesar de ter a nacionalidade alemã, pode requerer a brasileira, por ter atingido a maioria, assim que ingressar no território nacional, o que não obstará eventual extradição.

18. (FGV - 2021 - TJ-RO - ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA)

Ingrid nasceu no território da Bélgica à época em que seu pai, brasileiro, ali atuava em uma indústria privada de conectores eletrônicos. Sua mãe era belga. Considerando que Ingrid foi registrada apenas perante o órgão competente belga, não perante uma repartição brasileira, ela é considerada:

- (A) estrangeira, somente lhe restando a opção de se naturalizar brasileira, na forma da lei;
- (B) brasileira nata, já que seu pai era brasileiro e se encontrava em território belga a trabalho;
- (C) brasileira nata, pois a ordem constitucional brasileira adota, em caráter conjunto, os modelos do jus soli e do jus sanguinis;
- (D) estrangeira, mas, caso venha a residir no território brasileiro e opte, a qualquer tempo, após atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira, adquiri-la-á em caráter nato;
- (E) estrangeira, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira, em caráter nato, caso o requeira, em território belga, perante repartição consular brasileira, no ano seguinte à maioridade.

19. (INSTITUTO AOCP - 2021 - CÂMARA DE TERE-SINA - PI - ASSESSOR JURÍDICO LEGISLATIVO)

Quanto à nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.
- (B) É privativo de brasileiro nato o cargo de Vice-Presidente do Senado Federal.
- (C) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- (D) Brasileiros natos não podem perder a nacionalidade.
- (E) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, ainda que por imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território.

20. (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL)

Acerca da nacionalidade tratada na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.
- (B) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por dois anos ininterruptos e idoneidade moral.
- (C) Dentre outros, são privativos de brasileiro nato os cargos de carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.

- (D) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade em razão de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- (E) Aos portugueses com residência transitória ou permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

21. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - INVESTIGADOR)

João, brasileiro nato, após devido processo legal, transitado em julgado, perdeu a nacionalidade brasileira em razão de ter optado voluntariamente por nacionalidade estrangeira. Anos depois, João retornou ao Brasil e adquiriu a nacionalidade brasileira por meio da naturalização. De acordo com a Constituição Federal, assinale qual dos cargos a seguir poderá ser ocupado por João.

- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Oficial das forças armadas.
- (C) Embaixador.
- (D) Senador.
- (E) Ministro de Estado de Defesa.

22. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO-LEGAL)

As normas constitucionais determinam alguns cargos que são privativos de brasileiro nato. Dentre eles, está o cargo de

- (A) Ministro de Estado da Defesa.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Governador de Estado.
- (D) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- (E) Advogado-Geral da União.

23. (IBFC - 2021 - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN - AUDITOR FISCAL DO TESOIRO MUNICIPAL)

A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição Federal. Assinale a alternativa que apresenta cargo privativo de brasileiro nato, conforme as disposições constitucionais:

- (A) Vereador
- (B) Prefeito
- (C) Oficial das Forças Armadas
- (D) Governador

24. (IBFC - 2018 - PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS - MG - PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

No que diz respeito à nacionalidade, assinale a alternativa correta:

- (A) são brasileiros naturalizados os nascidos em país estrangeiro, filho de mãe brasileira, uma vez registrados no respectivo consulado brasileiro
- (B) são considerados brasileiros natos os que nascem em território nacional, a menos que, tratando-se de filhos de pais estrangeiros, estejam estes no Brasil, a serviço de seu país
- (C) consideram-se brasileiros naturalizados os estrangeiros que prestem serviço por mais de 15 (quinze) anos a entidade brasileira da administração pública direta
- (D) são considerados brasileiros natos aqueles que tenham nascido no estrangeiro, desde que descendentes de brasileiros

25. (IBFC - 2018 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARAQUARA - SP - ANALISTA DE CONTROLE INTERNO)

A Constituição Federal do Brasil diferencia a nacionalidade brasileira, dividindo-as como brasileiros natos, brasileiros naturalizados, ou quase nacionalidade. Desta forma, analise as afirmativas abaixo, e assinale a alternativa correta:

I. Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, são brasileiros natos;

II. São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

III. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

IV. São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

- (A) Está correta apenas a afirmativa I
- (B) Esta correta apenas a afirmativa II
- (C) Está incorreta apenas a afirmativa III
- (D) Esta incorreta apenas a afirmativa IV
- (E) I, II, III e IV estão corretas

26. (IBFC - 2017 - POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - AUXILIAR DE NECROPSIA E AUXILIAR DE PERÍCIA)

Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que eles não estejam a serviço de seu país.

- (A) São brasileiros naturalizados
- (B) São estrangeiros
- (C) São estrangeiros naturalizados
- (D) São estrangeiros natos
- (E) São brasileiros natos

27. (VUNESP - 2022 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP - TÉCNICO LEGISLATIVO)

Suponha que Josh e Mary, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Mary deu à luz prematuramente ao seu filho Brad. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Brad

- (A) é brasileiro naturalizado e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- (B) no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- (C) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- (D) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- (E) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

28. (VUNESP - 2021 - TJ-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO)

É um cargo público privativo de brasileiro nato:

- (A) de Procurador Geral da República.
- (B) de Ministro do Tribunal de Contas da União.
- (C) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- (D) de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) de Senador da República.

29. (VUNESP - 2021 - TJ-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO)

Considerando as hipóteses possíveis de naturalização brasileira, assinale a alternativa que descreve uma situação de naturalização compatível com a Constituição Federal.

- (A) Cidadão originário de país de língua portuguesa, idôneo moralmente, residente há um ano ininterrupto no Brasil, e, que, na forma da lei, adquirir a nacionalidade brasileira.

(B) O nascido no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

(C) O nascido na República Federativa do Brasil, com pais estrangeiros que não estejam a serviço de seu país.

(D) O nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, registrado em repartição brasileira ou que venha a residir no Brasil e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

(E) O estrangeiro de qualquer nacionalidade, residente na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal.

30. (VUNESP - 2019 - PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE GUARATINGUETÁ - AUXILIAR JURÍDICO)

A Constituição Federal, ao tratar da “Nacionalidade”, dispõe que

(A) a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.

(B) são privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente da República e todos os de Ministro de Estado.

(C) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de imigração.

(D) são brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

(E) são brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

GABARITO

1	D
2	B
3	E
4	E
5	A
6	C
7	D
8	D
9	D
10	E
11	A
12	A
13	E
14	D
15	B
16	D
17	B
18	D
19	C
20	C
21	D
22	A
23	C
24	B
25	D
26	E
27	B
28	C
29	A
30	A

ANOTAÇÕES

DIREITOS POLÍTICOS

DIREITOS POLÍTICOS

1.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

Maria, de nacionalidade brasileira nata, e João, de nacionalidade alemã nata, mas que estava residindo no território brasileiro, travaram intenso debate a respeito dos direitos de cada qual perante a Constituição da República de 1988.

Ao final, concluíram, corretamente, que:

- (A) somente Maria é cidadã, requisito para a fruição dos direitos fundamentais;
- (B) somente Maria possui direitos fundamentais e pode ter direitos políticos;
- (C) João tem direitos idênticos aos de Maria, desde que haja reciprocidade na Alemanha;
- (D) somente Maria pode ter direitos políticos, embora ela e João possuam direitos fundamentais;
- (E) Maria e João possuem direitos idênticos sob o prisma constitucional, mas a lei pode restringir os direitos de João.

2.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

O Partido Político Alfa, pela primeira vez em sua história, teve filiados eleitos para cargos eletivos do Congresso Nacional.

Para que esse partido faça jus aos recursos do fundo partidário, preenchidos os demais requisitos exigidos, é necessário que, nas eleições para:

- (A) o Senado Federal, tenha elegido pelo menos três senadores;
- (B) a Câmara dos Deputados, tenha elegido pelo menos quinze deputados federais;
- (C) o Congresso Nacional, considerado em sua inteireza, tenha elegido pelo menos quinze parlamentares;
- (D) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos três parlamentares em cada Casa;
- (E) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos cinco parlamentares em cada Casa.

3.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2022/XXXIV EXAME)

Faltando um ano e meio para a eleição dos cargos políticos federais e estaduais, é promulgada pelo Presidente da República uma lei que estabelece diversas alterações no processo eleitoral. Alguns partidos políticos se insurgem, alegando ser inconstitucional que essa lei produza efeitos já na próxima eleição. Afirmam que uma nova lei eleitoral não pode ser aplicada na eleição imediata, pois isso contrariaria o princípio da anterioridade.

No que tange à discussão referida, a possibilidade de a referida lei produzir efeitos já nas próximas eleições é

- (A) constitucional, já que o lapso temporal, entre a data de entrada em vigor da lei e a data da realização da próxima eleição, não afronta a regra temporal imposta pela Constituição Federal.
- (B) inconstitucional, por violação expressa ao princípio da anterioridade da legislação eleitoral, nos limites que a Constituição Federal de 1988 a ele concedeu.
- (C) inconstitucional, porque qualquer alteração do processo eleitoral somente poderia vir a ocorrer por via do poder constituinte derivado reformador.
- (D) constitucional, pois a Constituição Federal não impõe ao legislador qualquer limite temporal para a realização de alteração no processo eleitoral.

4.(FADESP - CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS (PM PA)/ADMINISTRAÇÃO /"SEM ESPECIALIDADE"/2022/QOAPM (E MAIS 2 CONCURSOS)

Sobre os direitos políticos na Constituição Federal do Brasil de 1988 é certo afirmar que

- (A) o alistamento militar não é condição de elegibilidade.
- (B) o alistamento eleitoral não é condição de elegibilidade.
- (C) o alistamento eleitoral é obrigatório aos maiores de dezesseis anos.
- (D) os conscritos podem alistar-se como eleitores.

5.(SELECON - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2022)

João, brasileiro, 66 anos de idade, analfabeto, aposentado, e seu neto, Rodrigo, brasileiro, 17 anos de idade, aluno do ensino médio, estudam sobre pré-candidatos aos cargos de Senador da República e Deputado Federal. André, brasileiro, 43 anos, engenheiro, pretende se candidatar ao cargo de Senador e Bernardo, espanhol, 22 anos, advogado, para o de Deputado Federal. Diante disso, no tocante à capacidade eleitoral ativa e passiva, é correto afirmar que:

- (A) o voto para João é obrigatório
- (B) Bernardo não pode se candidatar ao cargo de Deputado Federal
- (C) Rodrigo tem idade obrigatória para votar
- (D) André não tem condições de se candidatar ao cargo de Senador

6.(AOCP - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

Analise o seguinte caso hipotético:

Determinado empresário, com grande influência política em âmbito nacional, deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República nas eleições do ano de 2022. À luz das disposições constitucionais, é condição de elegibilidade, para o cargo de Presidente da República, a idade mínima de

- (A) 18 (dezoito) anos.
- (B) 21 (vinte e um) anos.
- (C) 24 (vinte e quatro) anos.
- (D) 30 (trinta) anos.
- (E) 35 (trinta e cinco) anos.

7.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (TCE-SC)/ADMINISTRAÇÃO/2022)

Julgue o próximo item, a respeito das práticas na administração pública brasileira.

Ação popular, plebiscito e audiência pública são exemplos de formas de controle legislativo na administração pública.

- () CERTO
- () ERRADO

8.(IBFC - ALUNO SOLDADO COMBATENTE (CBM AC)/2022)

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Assinale a alternativa que apresenta uma forma de exercício de soberania popular, além das formas supracitadas.

- (A) Direito de reunião
- (B) Emenda constitucional
- (C) Iniciativa popular
- (D) Mandado de segurança individual

9.(FGV - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Joaquim, policial civil, pretende concorrer ao cargo eletivo de Prefeito nas próximas eleições municipais, mas tem dúvidas a respeito das consequências de sua eleição em relação ao cargo de provimento efetivo que já ocupava.

Ao consultar um profissional da área, foi-lhe informado corretamente que, caso eleito, Joaquim

- (A) será demitido.
- (B) será aposentado.
- (C) passará para a reserva remunerada.
- (D) ficará afastado do seu cargo durante o mandato eletivo.
- (E) continuará no cargo caso haja compatibilidade de horários.

10.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022)

Acerca de noções de cidadania, julgue o item que se segue.

A Constituição Federal de 1988 garantiu a ampliação da cidadania ao instituir o voto obrigatório para todos os cidadãos e cidadãs, sem qualquer restrição.

- () CERTO
- () ERRADO

11.(FGV - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL (SEFAZ AM)/2022 (E MAIS 4 CONCURSOS))

Maria, de nacionalidade portuguesa, tem residência permanente no Brasil há pouco mais de duas décadas. Como pretende concorrer a um cargo eletivo, procurou um(a) advogado(a) e solicitou informações a respeito dessa possibilidade.

O(A) advogado(a) respondeu corretamente que Maria, à luz da ordem constitucional, com observância das condicionantes que sejam estabelecidas em tratado internacional,

(A) pode se alistar como eleitora, mas não concorrer a cargo eletivo.

(B) pode concorrer a qualquer cargo eletivo, em igualdade de condições com o brasileiro nato.

(C) pode concorrer a cargo eletivo se requerer sua naturalização de modo concomitante com o alistamento eleitoral.

(D) não pode concorrer a cargo eletivo, pois é, peremptoriamente, vedado a qualquer estrangeiro o registro de candidatura.

(E) pode concorrer a cargo eletivo, salvo nos casos previstos na Constituição de 1988, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

12.(FGV - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DA FAZENDA ESTADUAL (SEFAZ AM)/2022)

Ivan, brasileiro nato, durante o período de serviço militar obrigatório para o qual fora convocado, decidiu concorrer ao cargo eletivo de vereador nas eleições que se realizariam em pouco menos de um ano.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Ivan

(A) pode se alistar como eleitor, mas, por ser conscripto, não pode concorrer a qualquer cargo eletivo.

(B) não pode se alistar como eleitor, por ser conscripto, o que o impede de concorrer a um cargo eletivo.

(C) não pode se alistar como eleitor, vedação que alcança todos os militares, o que o impede de concorrer a um cargo eletivo.

(D) pode se alistar como eleitor, mas, a exemplo de todos os militares, não pode concorrer a um cargo eletivo.

(E) pode se alistar como eleitor, por ser brasileiro nato e maior de dezoito anos, e pode se candidatar a um cargo eletivo.

13.(CEBRASPE (CESPE) - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS/2022)

A emenda à Constituição é compreendida pelo processo legislativo e integra o conjunto de espécies normativas presentes no ordenamento jurídico. Entretanto, a própria Constituição Federal de 1988 limita as temáticas que podem ser objeto de emenda constitucional. Nesse sentido, pode ser tema de proposta de emenda constitucional

(A) a impossibilidade de indenização pelo Estado a quem permaneceu preso além do tempo fixado na sentença.

(B) a centralização de todo o conjunto de atribuições estatais na União.

(C) o estabelecimento do voto facultativo para todos os eleitores.

(D) a fixação de valores de pagamento de taxas para obtenção de certidões em órgãos públicos, para fins de defesa de direitos.

(E) a criação de tribunal de exceção com o objetivo de apreciar demandas referentes a determinada circunstância.

14.(FCC - ASSISTENTE PROCURATORIAL (PGE AM)/2022)

Antônio é servidor público ocupante de cargo da Administração direta estadual e Bruno é servidor público ocupante de cargo da Administração autárquica estadual. Ambos exercerão mandato eletivo estadual. De acordo com a Constituição Federal, durante o exercício do mandato,

(A) nenhum dos dois será afastado de seu cargo, se houver compatibilidade de horários, sem prejuízo de remuneração do mandato eletivo.

(B) apenas Antônio ficará afastado de seu cargo.

(C) apenas Bruno ficará afastado de seu cargo.

(D) nenhum dos dois ficará afastado de seu cargo, tendo em vista que ambos são servidores públicos estaduais e exercerão mandato eletivo estadual.

(E) Antônio e Bruno ficarão afastados de seus respectivos cargos.

15.(INSTITUTO AOCP - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEAD GO)/ARQUITETURA/2022 (E MAIS 8 CONCURSOS))

Considerando o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

(A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.

(B) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

(C) Para os cargos de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e Deputado Federal, a idade mínima para a elegibilidade é de trinta e um anos.

(D) O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade e, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

(E) Lei ordinária estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para

exercício de mandato, considerada a vida progressiva do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

16.(VUNESP - ADVOGADO (DOCAS PB)/2022)

Segundo a Constituição Federal, o servidor público ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sem que possa optar pela remuneração, na hipótese de

- (A) ser investido no mandato de Prefeito.
- (B) ser investido no mandato de Vereador.
- (C) assumir mandato eletivo federal, estadual ou distrital.
- (D) ser investido no mandato de Prefeito ou Vereador.
- (E) assumir qualquer mandato eletivo nas três esferas da Federação.

17.(FCC - PROCURADOR DE UNIVERSIDADE ASSISTENTE (UNICAMP)/2022)

Professor de Universidade pública estadual, brasileiro naturalizado, casado com a Vice-Prefeita da capital do Estado, pretende concorrer pela primeira vez a um mandato eletivo, especificamente de Deputado Estadual, nas eleições deste ano. Considerados esses elementos, à luz da Constituição Federal, referido professor

- (A) será inelegível para o mandato pretendido, caso sua esposa substitua o Prefeito, dentro dos seis meses anteriores ao pleito.
- (B) é elegível para o mandato pretendido, inexistindo óbice à sua candidatura em virtude de sua esposa exercer mandato de Vice-Prefeita, e, se eleito, ficará afastado do cargo, durante o exercício do mandato eletivo.
- (C) é elegível para o mandato pretendido, inexistindo óbice à sua candidatura em virtude de sua esposa exercer mandato de Vice-Prefeita, e, se eleito, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.
- (D) deverá afastar-se do cargo para concorrer ao mandato pretendido, até seis meses antes do pleito, mantendo-se o afastamento, se eleito, durante o exercício do mandato, caso em que seu tempo de serviço contará para todos os efeitos legais, exceto promoção por merecimento.
- (E) será elegível para o mandato pretendido, ainda que sua esposa substitua o Prefeito, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, e, se eleito, estará impedido apenas de ocupar a Presidência da Casa legislativa, em virtude de sua nacionalidade.

18.(CEBRASPE (CESPE) - ASSISTENTE (FUB)/ADMINISTRAÇÃO/2022 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Julgue o seguinte item, acerca dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal (CF).

O direito de votar e de ser votado sintetiza uma das características dos direitos fundamentais como a universalidade, ou seja, deve abranger todos os indivíduos, indiferentemente de nacionalidade, sexo, raça, credo, ou convicção político-filosófica.

- () CERTO
- () ERRADO

19.(VUNESP - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO/2ª CLASSE/2022/1)

De acordo com a Constituição Federal, são inelegíveis:

- (A) os analfabetos e os militares alistáveis.
- (B) os estrangeiros e os conscritos, durante o serviço militar obrigatório.
- (C) os estrangeiros naturalizados e os condenados por sentença judicial.
- (D) os militares alistáveis e o cônjuge do Presidente da República.
- (E) o cônjuge e os parentes consanguíneos e afins, de Governadores e Prefeitos, no território nacional.

20.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC-DF/2021)

Acerca de direitos e garantias fundamentais e mandado de segurança no âmbito do Poder Legislativo, julgue o item a seguir, considerando o entendimento do STF.

Situação hipotética: Joaquim foi eleito prefeito de seu município, porém, sete meses depois da eleição, a justiça eleitoral local cassou o mandato em razão da constatação da prática de abuso do poder econômico e, assim, marcou novas eleições. A esposa do prefeito casado, então, habilitou-se para a nova disputa eleitoral. Assertiva: Nessa situação, a esposa do prefeito cassado é elegível para disputar o novo pleito, pois não há inelegibilidade em eleições suplementares.

- () CERTO
- () ERRADO

21.(CEBRASPE (CESPE) - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/2021)

Acerca de direitos fundamentais, garantias e remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 não garante o direito à escusa de consciência sobre o dever de votar para os maiores de 18 anos de idade e para os menores de 70 anos de idade.

- () CERTO
() ERRADO

22.(VUNESP - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO/2ª CLASSE/2022/1)

Sobre os direitos políticos, com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) o conjunto dos inalistáveis é igual ao conjunto dos inelegíveis.
(B) os analfabetos são inalistáveis.
(C) a idade mínima para elegibilidade ao cargo de Governador de Estado é de 30 (trinta) anos.
(D) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
(E) podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, desde que vivam no país por, no mínimo, 4 (quatro) anos sem interrupção.

23.(INSTITUTO AOCP - ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE RS)/DIREITO CLASSE A/2021)

João, que não é titular de nenhum mandato eletivo e é neto do prefeito de uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo, decidiu candidatar-se, nas próximas eleições, para o cargo ocupado pelo avô, que é reelegível e se afastou do cargo, definitivamente, seis meses antes do pleito. Com base na situação hipotética apresentada, considerando as informações nela fornecidas, assinale a alternativa correta.

- (A) João é inelegível para o cargo de Prefeito da cidade e elegível para o cargo de Vereador em razão do que dispõe o §7º, art. 14, da Constituição Federal.
(B) João é elegível para os cargos de Prefeito e Vereador da cidade segundo entendimento firmado no julgamento de Recurso Extraordinário pelo STF e pela Súmula 6 do TSE.
(C) João é inelegível para os cargos de Prefeito e Vereador da cidade em face do que dispõe o art. 14, §7º, da Constituição Federal.
(D) João é elegível para o cargo de Prefeito da cidade segundo entendimento firmado no julgamento de Recurso Extraordinário pelo STF e pela Súmula 6 do TSE e inelegível para o cargo de Vereador em razão do que dispõe o art. 14, §7º, da Constituição Federal.

(E) João é inelegível para o cargo de Prefeito da cidade por não ser titular de nenhum mandato eletivo e elegível ao cargo de vereador.

24.(QUADRIX - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (CRT 4)/EDIFICAÇÕES/CONSTRUÇÃO CIVIL/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Quanto aos direitos políticos, julgue o item a seguir.

A Constituição brasileira não admite o voto indireto.
() CERTO
() ERRADO

25.(FGV - AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO (TCE-AM)/MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS/2021)

Pedro foi intimado do trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, que o considerou culpado pela prática de crime contra a fé pública, condenando-o à pena privativa de liberdade, que foi substituída por pena restritiva de direitos. Considerando a sua aspiração de concorrer a um cargo eletivo, um amigo lhe informou que sua cidadania estava suspensa em suas acepções ativa e passiva.

A informação do amigo de Pedro está:

- (A) errada, pois tão somente a pena privativa de liberdade gera essa consequência, enquanto produzir efeitos;
(B) certa, pois a pena restritiva de direitos gera essa consequência, enquanto produzir efeitos;
(C) parcialmente certa, pois a cidadania de Pedro somente foi suspensa em sua acepção passiva;
(D) errada, pois a cidadania, como fator nuclear da democracia, não é suscetível de ser suspensa;
(E) parcialmente certa, pois a cidadania de Pedro somente foi suspensa em sua acepção ativa.

26.(VUNESP - PROCURADOR DO MUNICÍPIO (PREF JUNDIAÍ)/2021)

João, 23 anos de idade, é Prefeito Municipal, e Ana, 31 anos de idade, é Vereadora. Ambos pretendem candidatar-se a cargos públicos nas próximas eleições, sendo que João pensa em eleger-se para o cargo de Governador e Ana à Deputada Federal. Segundo as normas constitucionais que tratam dos direitos políticos, nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) João, para concorrer nas eleições, tem que renunciar ao seu cargo seis meses antes do pleito, mas em razão de sua idade não pode ser eleito para o cargo de Governador, enquanto Ana, que também precisa

renunciar ao seu mandato, poderá candidatar-se à Deputada Federal, uma vez que tem a idade mínima exigida.

(B) João precisa renunciar ao seu cargo, até seis meses antes do pleito, para concorrer nas próximas eleições, mas não tem a idade mínima exigida para o cargo de Governador, enquanto Ana não precisa renunciar ao cargo para concorrer à Deputada Federal e possui a idade mínima exigida para o mandato eletivo.

(C) João não precisa renunciar o seu cargo, para concorrer nas próximas eleições, e tem a idade mínima exigida para o cargo de Governador, enquanto Ana precisa renunciar ao cargo para concorrer ao mandato de Deputada Federal, mas não tem a idade mínima exigida para o mandato eletivo.

(D) João não precisa renunciar o seu cargo, para concorrer nas próximas eleições, e tem a idade mínima exigida para o cargo de Governador, enquanto Ana não precisa renunciar ao cargo para concorrer ao mandato de Deputada Federal, e tem a idade mínima exigida para o mandato eletivo.

(E) João, para concorrer nas eleições, tem que renunciar ao seu cargo até um ano antes do pleito, mas em razão de sua idade não pode ser eleito para o cargo de Governador, enquanto Ana, que não precisa renunciar ao seu mandato, poderá candidatar-se à Deputada Federal, uma vez que tem a idade mínima exigida.

27.(IDECAN - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL (CE)/2021)

O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:

- I. os analfabetos;
- II. os apenados;
- III. os maiores de setenta anos;
- IV. os residentes no estrangeiro;
- V. os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Analise os itens acima e assinale

- (A) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- (B) se apenas os itens III, IV e V estiverem corretos.
- (C) se apenas os itens I, III e V estiverem corretos.
- (D) se apenas os itens I, III e IV estiverem corretos.
- (E) se apenas os itens II, IV e V estiverem corretos.

28.(FGV - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM RJ)/2021)

João, policial militar há 20 anos no Estado Gama, é alistável e deseja concorrer nas próximas eleições ao cargo de Deputado Estadual, tendo como bandeira eleitoral a segurança pública. De acordo com a Constituição da República, o PM João é

(A) inelegível, pois seu cargo de policial militar o incompatibiliza para concorrer a qualquer cargo eletivo.

(B) inelegível, pois seu cargo de policial militar o incompatibiliza para concorrer a cargo eletivo em níveis estadual e federal.

(C) elegível e será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

(D) elegível e deverá afastar-se provisoriamente da atividade, tanto para concorrer, como, eventualmente, exercer o mandato eletivo, caso eleito.

(E) elegível e será agregado pela autoridade superior e, se eleito, terá que ser exonerado a pedido, caso queira ser diplomado para exercer o mandato eletivo.

29.(CEBRASPE (CESPE) - OFICIAL (CBM AL)/2021)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e no entendimento doutrinário acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Considere que um militar da ativa do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, há mais de 15 anos no exercício do cargo, pretenda se candidatar a prefeito do município. Nesse caso, ele poderá ser candidato às eleições desde que se afaste das atividades a tempo de cumprir a condição de elegibilidade da filiação partidária e, se eleito, passará, automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

() CERTO

() ERRADO

30.(CEBRASPE (CESPE) - SOLDADO POLICIAL MILITAR (PM AL)/2021)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Atendidos os requisitos constitucionais exigidos, é permitida a elegibilidade ao militar alistável.

() CERTO

() ERRADO

PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDOS POLÍTICOS

1. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - PROCURADOR DO ESTADO)

Com base no disposto na Constituição Federal, julgue os seguintes itens, relativos a direitos políticos e partidos políticos.

I Direito político passivo corresponde ao direito do eleitor de votar.

II O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado implica perda dos direitos políticos.

III Em se tratando de eleições proporcionais, o mandato pertence ao candidato eleito, e não ao partido político sob cuja legenda o candidato disputou o processo eleitoral.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

2. (CESPE - 2018 - TCE-MG - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é assegurada a todos os partidos políticos

- (A) a utilização de organização paramilitar.
- (B) a recepção de recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que declarados.
- (C) a obtenção de recursos do fundo partidário para custear o acesso a rádio e televisão.
- (D) a aquisição de personalidade jurídica na forma da lei civil.
- (E) a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

3. (CESPE - 2018 - PGM - JOÃO PESSOA - PB - PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

De acordo com a CF, os partidos políticos são

- (A) pessoas jurídicas de direito público às quais é vedado o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.

(B) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna e para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.

(C) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, desde que observada vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(D) pessoas jurídicas de direito privado às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(E) pessoas jurídicas de direito privado às quais é permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, nos termos da lei.

4. (CESPE - 2017 - TRE-TO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

Os partidos políticos

- (A) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) dependem de autorização do Congresso Nacional para estruturar seu funcionamento.
- (C) podem ministrar instrução militar ou paramilitar.
- (D) adquirem personalidade jurídica com o registro do estatuto social no TSE.
- (E) devem submeter sua estrutura interna para aprovação do TSE.

5. (ESAF - 2008 - PREFEITURA DE NATAL - RN - AUDITOR DO TESOIRO MUNICIPAL - PROVA 1)

Assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

- (A) O exercício dos direitos sociais como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, depende da existência de lei disciplinando cada um desses direitos.
- (B) É assegurada licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.

(C) É assegurada assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 24 anos de idade, em creches e, de acordo com a idade e a evolução pessoal, em estabelecimentos de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior.

(D) Proíbe-se trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

(E) Aos partidos políticos é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

6. (FCC - 2021 - DPE-BA - DEFENSOR (A) PÚBLICO (A))
Os partidos políticos brasileiros, conforme regulados na normativa vigente,

(A) poderão ter caráter nacional ou territorial, neste último caso desde que com representação em, ao menos, dez Estados da Federação.

(B) poderão receber recursos financeiros de entidades, nacionais ou estrangeiras, que tiverem como finalidade a defesa do regime democrático.

(C) deverão registrar seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral de sua sede principal, após adquirirem personalidade jurídica.

(D) poderão adotar o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(E) terão direito ao fundo partidário se obtiverem mínimo de 2% dos votos válidos nas eleições da Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um quinto das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.

7. (FCC - 2018 - ALESE - TÉCNICO LEGISLATIVO - TAQUIGRAFIA)

Consoante às disposições relativas aos partidos políticos, a Constituição Federal estabelece:

(A) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.

(B) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento, devendo, no entanto, seus estatutos estabelecer normas de disciplina partidária.

(C) É livre a criação de partidos políticos de caráter regional.

(D) É permitido aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, desde que prestem contas ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei.

(E) É permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

8. (FCC - 2017 - TRF - 5ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

Fernando, um dos fundadores do partido político “Força e Fé”, deseja fundi-lo ao partido político “Força e Crença”, cuja proposta programática é complementar à sua. Visa, ainda, buscar novas fontes de financiamento da atividade partidária, cogitando, para tanto, contar com o apoio de entidade ou governo estrangeiros. Em conformidade com a Constituição Federal, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana, a

(A) referida fusão é livre, sendo proibido, contudo, o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou a subordinação a estes.

(B) referida fusão é livre, sendo permitido, ainda, o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro, bem como a subordinação a este, desde que respeitada a legislação pátria.

(C) criação, a incorporação e a extinção de partidos políticos são livres, mas é proibida a referida fusão, sendo permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira, embora proibida a subordinação a esta.

(D) criação e a extinção de partidos políticos são livres, mas são proibidas a referida fusão ou a incorporação, sendo ainda proibido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou a subordinação a estes.

(E) referida fusão é livre, sendo permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro, mas proibido o de entidades estrangeiras, assim como a subordinação a estas.

9. (FCC - 2017 - TRT - 24ª REGIÃO (MS) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

A Constituição Federal assegura aos Partidos Políticos

(A) recursos do fundo partidário limitado a cinco vezes a participação do partido político no Congresso Nacional, bem como o acesso oneroso ao rádio e à televisão.

(B) autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações elei-

torais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(C) autonomia para criação de partidos políticos, sendo que após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.

(D) autonomia para criação de partidos políticos, sendo que após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Congresso Nacional.

(E) a livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, observados preceitos constitucionais, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

10. (FCC - 2017 - TRT - 11ª REGIÃO (AM E RR) - ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL)

Considere a seguinte situação hipotética: Hugo, Leonardo e Jaílma pretendem criar o partido político Y. Hugo propõe que seja contatada determinada entidade estrangeira com a finalidade de receber dela recursos financeiros para o novo partido; Leonardo sugere que seja criado o partido em caráter regional; Jaílma sugere a utilização, pelo novo partido, de organização paramilitar. Com relação a tais sugestões,

(A) todas são admissíveis porque os partidos políticos podem receber recursos financeiros de entidade estrangeira, além de ser possível o seu caráter regional, sendo permitida a utilização de organização paramilitar.

(B) são inadmissíveis as de Hugo e de Jaílma, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira, sendo vedada a utilização de organização paramilitar, mas é admissível a de Leonardo, pois os partidos políticos podem ter caráter regional.

(C) são inadmissíveis as de Hugo e de Leonardo, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira e devem ter caráter nacional, mas é admissível a de Jaílma, pois é permitida, pelos partidos políticos, a utilização de organização paramilitar.

(D) são inadmissíveis as de Leonardo e Jaílma, porque os partidos políticos devem ter caráter nacional, sendo vedada a utilização de organização paramilitar, mas é admissível a de Hugo, pois é permitido, aos partidos políticos, o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira.

(E) todas são inadmissíveis, porque os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade estrangeira e devem ter caráter nacional, sendo vedada a utilização de organização paramilitar.

11. (FGV - 2022 - PC-RJ - INVESTIGADOR POLICIAL DE 3ª CLASSE)

O Partido Político Alfa, pela primeira vez em sua história, teve filiados eleitos para cargos eletivos do Congresso Nacional.

Para que esse partido faça jus aos recursos do fundo partidário, preenchidos os demais requisitos exigidos, é necessário que, nas eleições para:

(A) o Senado Federal, tenha elegido pelo menos três senadores;

(B) a Câmara dos Deputados, tenha elegido pelo menos quinze deputados federais;

(C) o Congresso Nacional, considerado em sua inteireza, tenha elegido pelo menos quinze parlamentares;

(D) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos três parlamentares em cada Casa;

(E) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos cinco parlamentares em cada Casa.

12. (FGV - 2017 - ALERJ - ESPECIALISTA LEGISLATIVO - QUALQUER NÍVEL SUPERIOR)

Ednaldo tinha o sonho de seguir carreira na política e almejava criar um partido político. Para tanto, procurou seu amigo Augusto e perguntou quais as características de um ente dessa natureza. O seu amigo formulou diversas proposições, mas somente uma está em harmonia com a ordem constitucional.

A proposição correta é:

(A) pode ser regional;

(B) é inicialmente estadual;

(C) é necessariamente nacional;

(D) integra a administração pública direta;

(E) integra a administração pública indireta.

13. (FGV - 2013 - TJ-AM - JUIZ)

Com relação aos direitos políticos e aos partidos políticos, assinale a afirmativa incorreta.

(A) O prefeito municipal, eleito por duas vezes consecutivas em um determinado Município, pode candidatar-se, na eleição seguinte, ao cargo de Prefeito de outro Município, Governador do Estado ou à Presidência da República, desde que respeitado o prazo de desincompatibilização de seis meses.

(B) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no Art. 14, § 7º, da Constituição Federal de 1988.

(C) O princípio da anterioridade eleitoral, que veda a aplicação de lei que alterar o processo eleitoral que ocorra até um ano após a data da vigência, é considerado cláusula pétrea, aplicando-se inclusive às emendas constitucionais.

(D) Dentre as inovações da Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), está a inelegibilidade dos membros do Executivo e do Legislativo que renunciarem aos seus mandatos após o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição ou da Lei Orgânica (Distrital ou Municipal).

(E) No modelo adotado pela Constituição Federal de 1988, o voto se caracteriza por ser direto, igual para todos, periódico, livre e personalíssimo, sendo vedado aos menores de 16 anos e aos conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

14. (INSTITUTO AOCP - 2022 - IPE PREV - ANALISTA EM PREVIDÊNCIA - DIREITO - EDITAL Nº 002)

Considerando o tema partidos políticos e o seu regramento Constitucional, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Ao eleito por partido que não preencher os requisitos para ter direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

II. Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

III. Em virtude do fundamento Constitucional do pluralismo político, é permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III.

15. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO-LEGAL)

Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

(A) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

(B) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.

(C) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.

(D) É permitida, em algumas hipóteses previstas em lei especial, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

(E) Aos partidos políticos, é permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

16. (VUNESP - 2021 - PREFEITURA DE SANTOS - SP - PROCURADOR)

A respeito dos Partidos Políticos, a Constituição Federal assegura que

(A) é livre sua criação, fusão, incorporação e extinção, resguardados a soberania nacional, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observado o caráter regional.

(B) antes de adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

(C) estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro e de se subordinar a estes, devem prestar contas à Justiça Eleitoral e ter funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

(D) podem adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e nas proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(E) terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os que tiverem eleito pelo menos treze Deputados Federais distribuídos em pelo menos dois terços das unidades da Federação.

17. (VUNESP - 2020 - PREFEITURA DE MORRO AGUDO - SP - ANALISTA LEGISLATIVO)

É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o seguinte preceito:

- (A) caráter regional.
- (B) igualdade do número de candidaturas de homens e mulheres.
- (C) proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira.
- (D) prestação de contas à Justiça Criminal Federal ou Estadual.
- (E) atuação na defesa e promoção dos direitos humanos, na forma da lei.

18. (VUNESP - 2020 - PREFEITURA DE SÃO ROQUE - SP - ADVOGADO)

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que não podem perder o mandato por infidelidade partidária em razão da transferência voluntária de agremiação os ocupantes dos cargos de

- (A) Vereador e Deputado Federal.
- (B) Prefeito e Senador.
- (C) Deputado Estadual e Governador.
- (D) Presidente da República e Deputado Federal.
- (E) Senador e Deputado Estadual.

19. (VUNESP - 2019 - SERTPREV - SP - PROCURADOR JURÍDICO)

Ao tratar dos partidos políticos, a Constituição Federal

- (A) assegurou-lhes autonomia para definir sua estrutura interna, mas as regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos provisórios, sua organização e funcionamento obedecerão aos preceitos estabelecidos em lei ordinária.
- (B) concedeu-lhes autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- (C) estabeleceu que estes, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) condicionou o direito aos recursos do fundo partidário e o acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, aos partidos políticos que tiverem

elegido pelo menos doze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

(E) determinou que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, independentemente de qualquer outra condição, desde que resguardados os direitos fundamentais da pessoa humana e observado o caráter nacional.

20. (VUNESP - 2019 - CÂMARA DE SÃO MIGUEL ARCANJO - SP - PROCURADOR LEGISLATIVO)

Arquimedes, brasileiro, 20 anos de idade, é funcionário público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, filiado a um partido político há dois anos e pretende candidatar-se ao mandato de Vereador no Município de São Miguel Arcanjo, enquanto sua esposa, Afrodite, é Vereadora no mesmo Município. Considerando o disposto na Carta Magna a respeito da matéria, é correto afirmar que Arquimedes, que está no pleno gozo dos seus direitos políticos,

- (A) não poderá candidatar-se ao mandato de Vereador em razão de sua esposa já exercer a vereança no mesmo Município, ainda que o mandato dela termine ou ela renuncie, uma vez que a inelegibilidade de Arquimedes persiste por até dois anos após o fim do mandato ou da renúncia de Afrodite.
- (B) não poderá candidatar-se ao mandato de Vereador, em razão de não possuir a idade mínima para concorrer nas respectivas eleições, embora não haja previsão no texto constitucional de eventual inelegibilidade de Arquimedes pelo fato de Afrodite exercer a vereança no mesmo Município.
- (C) poderá candidatar-se ao mandato de Vereador, uma vez que possui a idade mínima para concorrer nas respectivas eleições, e o fato de Afrodite exercer a vereança no mesmo Município não se constitui em hipótese de inelegibilidade nesse caso.
- (D) poderá se candidatar ao mandato de Vereador, no caso, não havendo qualquer vedação ou impedimento nesse sentido previsto na Constituição, mas, como funcionário público, se eleito, deverá ser, obrigatoriamente, afastado do cargo, ainda que haja compatibilidade de horários do cargo com o mandato.
- (E) não poderá se candidatar ao mandato de Vereador, ainda que tenha a idade mínima para concorrer nas respectivas eleições e que não haja impedimento por ser marido de Afrodite, uma vez que ocupa cargo público de provimento efetivo, salvo se pedir exoneração do cargo.

21. (VUNESP - 2019 - PREFEITURA DE ARUJÁ - SP - ADVOGADO)

A respeito da disciplina constitucional para acesso dos partidos políticos ao fundo partidário no Brasil, a partir do quanto previsto em função das alterações promovidas pela Emenda Constitucional 97/2017, é certo afirmar que, para as eleições de 2030, terão acesso aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e televisão:

(A) todos os partidos políticos, uma vez que a Constituição expressamente assegura não apenas a criação, fusão, incorporação e extinção, mas também um tratamento isonômico entre eles.

(B) somente os partidos políticos que tenham lançado candidatos aos cargos de Presidente ou Vice-Presidente da República, bem como no mínimo cinco nomes aos cargos de deputados ou senadores.

(C) somente aqueles que, cumulativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas, e tiverem eleito pelo menos 15 senadores.

(D) somente aqueles que, alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas, ou tiverem eleito pelo menos quinze deputados federais distribuídos em pelo menos 9 Estados do país.

(E) todos os partidos políticos que, até 6 meses antes do pleito eleitoral, tenham registrado os respectivos Estatutos perante o Tribunal Superior Eleitoral.

22. (VUNESP - 2019 - CÂMARA DE SERRANA - SP - ANALISTA LEGISLATIVO)

Segundo o texto constitucional, os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no

(A) Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais.

(B) Juízo Federal de primeira instância.

(C) Tribunal Regional Eleitoral.

(D) Tribunal Superior Eleitoral.

(E) Supremo Tribunal Federal.

23. (VUNESP - 2018 - PREFEITURA DE BURITIZAL - SP - PROCURADOR JURÍDICO)

Os partidos políticos somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão se,

(A) alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

(B) cumulativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; e tiverem eleito pelo menos treze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

(C) alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 4% (quatro por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um quarto das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos doze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

(D) cumulativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um quinto das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; e tiverem eleito pelo menos dezesseis Deputados Federais distribuídos em pelo menos metade das unidades da Federação.

(E) alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 6% (seis por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos dezoito Deputados Federais distribuídos em pelo menos metade das unidades da Federação.

24. (VUNESP - 2018 - CÂMARA DE ORLÂNDIA - SP - PROCURADOR JURÍDICO)

Sobre os Partidos Políticos, a Constituição Federal estabelece:

(A) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, facultada a sua celebração nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

(B) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral e no Tribunal Regional Eleitoral respectivo. Uma vez registrado, é facultada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

(C) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 10% (dez por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 7% (sete por cento) dos votos válidos em cada uma delas.

(D) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos 17 Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

(E) Ao eleito por partido que não obteve, nas eleições para a Câmara dos Deputados, o mínimo de 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas ou não tiver eleito pelo menos 15 Deputados Federais distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da Federação é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

25. (VUNESP - 2018 - PREFEITURA DE PONTAL - SP - PROCURADOR)

É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios, sobre sua organização e funcionamento, para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias,

(A) vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(B) vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(C) permitida a sua celebração nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(D) permitida a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(E) permitida a sua celebração nas eleições proporcionais e a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

26. (VUNESP - 2018 - CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA - SP - PROCURADOR JURÍDICO)

Sobre a disciplina constitucional dos Partidos Políticos, e considerando as alterações empreendidas pela Emenda Constitucional no 97/2017, assinale a alternativa correta.

(A) A partir das eleições de 2020 será vedada a celebração de coligações nas eleições proporcionais, permanecendo, apenas, a possibilidade de coligação partidária para eleições majoritárias.

(B) Há obrigatoriedade de verticalização nas coligações, de modo que se uma coligação for formada em âmbito nacional, vinculará as eleições estaduais e municipais.

(C) É facultado aos partidos políticos receberem recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro.

(D) Terão direito a recursos do fundo partidário os partidos políticos que tenham eleito pelo menos trinta Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

(E) Os partidos políticos adquirirão personalidade jurídica após o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

27. (VUNESP - 2018 - PGE-SP - PROCURADOR DO ESTADO)

Acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

(A) A filiação partidária é condição de elegibilidade, cabendo aos partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica de direito público interno no cartório de registro civil do respectivo ente federativo ao qual é vinculado, promover o registro de seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral, ato conhecido como “notícia de criação de partido político”.

(B) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir o regime de suas coligações nas eleições proporcionais, uma vez que há o vínculo de obrigatoriedade entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(C) O direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, é garantido aos partidos políticos que tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

(D) Ao eleito por partido que não preencher os requisitos constitucionais que asseguram o direito ao fundo partidário é vetado filiar-se a outro partido que os tenha atingido, uma vez que a lei procura assegurar a igualdade na distribuição dos recursos e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

(E) Os partidos políticos não podem estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária, assim como são proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.

28. (VUNESP - 2017 - CÂMARA DE BARRETOS - SP - ADVOGADO)

Sob o prisma tutelado pela Constituição Federal acerca do funcionamento e caracteres dos partidos políticos, é correto afirmar:

(A) é defeso aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governos estrangeiros, ou subordinação a estes.

(B) após adquirirem personalidade jurídica, na forma da legislação civil, os partidos políticos deverão registrar seus Estatutos perante o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que sua sede estiver estabelecida.

(C) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, mas há obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, para garantir unidade nacional.

(D) os partidos políticos podem ter caráter parcialmente internacional, desde que a diretoria seja composta exclusivamente por brasileiros.

(E) os partidos possuem direito aos recursos destinados ao fundo partidário, mas o acesso à televisão e ao rádio é oneroso.

29. (VUNESP - 2017 - CÂMARA DE VALINHOS - SP - ANALISTA TÉCNICO LEGISLATIVO)

Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica

(A) após a elaboração do programa e do estatuto partidários e a realização da eleição dos dirigentes nacionais provisórios.

(B) com a realização da fundação do partido por, no mínimo, 101 (cento e um) eleitores, com domicílio eleitoral em, pelo menos, um terço dos Estados.

(C) com a lavratura de ata de reunião de fundação do partido, publicada em jornal de grande circulação nacional e no Diário Oficial da União.

(D) mediante registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, após o que deverão ser inscritos no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal.

(E) na forma da lei civil, após o que deverão registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

30. (VUNESP - 2011 - TJ-SP - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - CRITÉRIO REMOÇÃO)

Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos

(A) no Registro Público competente.

(B) na Junta Eleitoral da Circunscrição Nacional.

(C) no Tribunal Superior Eleitoral.

(D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

GABARITO

1	B
2	D
3	D
4	A
5	D
6	D
7	B
8	A
9	E
10	E
11	B
12	C
13	A
14	B
15	A
16	C
17	C
18	B
19	B
20	C
21	D
22	D
23	A
24	E
25	B
26	A
27	C
28	A
29	E
30	C

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS E SERVIDORES PÚBLICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS E SERVIDORES PÚBLICOS

1.(FGV - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE GO)/2022/61º CONCURSO)

Débora foi aprovada em concurso público de provas e títulos, mas não logrou êxito, ao ver da Administração Pública, em comprovar o período de exercício da atividade profissional exigido na lei e no edital. A decisão administrativa, apesar de estar bem fundamentada e de apresentar total coerência interna, veio a ser desconstituída em sede judicial, sendo determinada a posse de Débora no respectivo cargo de provimento efetivo. A posse ocorreu três anos após a de cinco candidatos com colocação imediatamente posterior à de Débora, os quais já tinham ascendido à classe imediatamente superior da respectiva carreira.

À luz dessa narrativa, Débora:

- (A) terá direito à indenização e às promoções ou progressões que a alcançariam caso tivesse sido nomeada em momento anterior, antes dos cinco candidatos referidos;
- (B) fará jus apenas à indenização, ainda que não tenha sido reconhecida qualquer arbitrariedade da Administração Pública, por não ter sido investida em momento anterior;
- (C) não fará jus à indenização e não terá direito às promoções ou progressões que a alcançariam caso tivesse sido nomeada em momento anterior, antes dos cinco candidatos referidos;
- (D) terá direito apenas às promoções ou progressões que a alcançariam caso tivesse sido nomeada no momento devido, o que deveria ter ocorrido antes dos cinco candidatos referidos;
- (E) deve ser indenizada, beneficiada pelas promoções ou progressões que a alcançariam caso tivesse sido nomeada em momento anterior, além de ocupar a classificação original.

2.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

O prefeito do Município Beta, sensível com a situação de Joana, pessoa extremamente competente e confiável, com elevado poder de liderança e que se encontrava desempregada, decidiu aproveitá-la em sua gestão.

Para tanto, solicitou que sua assessoria lhe indicasse como isso poderia ser feito, sendo-lhe respondido, corretamente, que Joana poderia ser nomeada:

- (A) para cargo de provimento efetivo, cargo em comissão ou função de confiança;
- (B) apenas para cargo em comissão ou função de confiança;
- (C) tão somente após a aprovação em concurso público;
- (D) apenas para uma função de confiança;
- (E) apenas para cargo em comissão.

3.(FGV - 2º TENENTE BOMBEIRO MILITAR (CBM AM)/2022)

Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado Alfa, logrou êxito em ser eleito Deputado Estadual. Por tal razão, procurou um advogado e perguntou se, após tomar posse no cargo eletivo, iria continuar a exercer as funções afetas ao cargo público que ocupa.

O advogado respondeu corretamente que Pedro

- (A) deve exercer simultaneamente as funções afetas ao cargo que ocupa e ao mandato eletivo, mas terá que optar pela remuneração de um deles.
- (B) deve exercer simultaneamente as funções afetas ao cargo que ocupa e ao mandato eletivo, recebendo a remuneração de ambos.
- (C) pode optar pelo exercício simultâneo, recebendo a remuneração afeta ao cargo que ocupa e ao mandato eletivo.
- (D) deve ser afastado do cargo que ocupa enquanto estiver no exercício do mandato de Deputado Estadual.
- (E) somente será afastado do cargo que ocupa caso o seu superior hierárquico assim decida.

4.(FUNDATEC - ANALISTA DE GESTÃO EM SAÚDE (IPE SAÚDE)/ADMINISTRAÇÃO/2022 (E MAIS 13 CONCURSOS))

Conforme previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, o servidor _____ para cargo de provimento _____ em virtude de concurso público adquire estabilidade após _____ anos de efetivo serviço. Ainda, para a aquisição da estabilidade, tem-se a _____ de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- (A) indicado – provisório – dois – obrigatoriedade
- (B) nomeado – provisório – três – possibilidade
- (C) indicado – efetivo – dois – possibilidade
- (D) nomeado – efetivo – três – obrigatoriedade
- (E) nomeado – efetivo – dois – obrigatoriedade

5.(AOC - ANALISTA EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/ANALISTA DE SISTEMAS/2022 (E MAIS 3 CONCURSOS))

Segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B) A proibição da acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações, mas não inclui as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (C) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (D) A ordem social tem como base o bem-estar e como objetivos o primado do trabalho e a justiça sociais.
- (E) A sociedade exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação do Estado nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

6.(AOC - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Constituição Federal.

- (A) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- (B) É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, ainda que quando decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição.
- (C) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de mandato eletivo, o Regime Próprio de Previdência Social.
- (D) Os membros de Poder e os detentores de mandato eletivo serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, admitidos os acréscimos de gratificações e abonos, na forma da lei.
- (E) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para o ingresso na carreira.

7.(SELECON - ANALISTA (PREF SÃO GONÇALO)/PROCESSUAL/2022)

Amanda Ota é secretária municipal de Administração do município CB. Verifica a necessidade de contratação de pessoal para atender emergência criada pela destruição de várias construções públicas e estradas locais por enchentes provocadas por excesso de chuvas, consideradas imprevisíveis. Nos termos da Constituição, a Administração Pública poderá, nos termos da lei, estabelecer casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional:

- (A) urgência temporal
- (B) indicação política
- (C) interesse público
- (D) perigo iminente

8.(FGV - AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO (TCU)/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022)

O Tribunal de Contas da União instaurou processos administrativos para apurar a licitude da percepção de valores superiores àquele correspondente ao teto remuneratório constitucional pelos dirigentes:

(I) da sociedade de economia mista A, que não recebia quaisquer recursos da União;

(II) da sociedade de economia mista B, que recebia recursos da União para fazer face às despesas de capital;

(III) da empresa pública C, que recebia recursos da União para pagamento das despesas de pessoal; e

(IV) da subsidiária integral da empresa pública C, que recebia recursos da União para as despesas de custeio em geral, exceto de pessoal.

À luz da sistemática constitucional, estão sujeitos ao teto remuneratório constitucional os dirigentes do(s) ente(s) referido(s) em:

- (A) I, II, III e IV;
- (B) somente II, III e IV;
- (C) somente III e IV;
- (D) somente I e II;
- (E) somente I.

9.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/OFICIAL DE DILIGÊNCIA/2022)

Assinale a opção que apresenta o princípio constitucional que obriga a administração pública a manter ou ampliar a qualidade dos serviços prestados à população, evitando desperdícios e buscando sempre a máxima excelência na prestação de seus serviços.

- (A) princípio da publicidade dos atos da administração pública
- (B) princípio da legalidade
- (C) princípio da impessoalidade
- (D) princípio da moralidade
- (E) princípio da eficiência

10.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/OFICIAL DE DILIGÊNCIA/2022)

Nos termos da CF, a contratação por tempo determinado na administração pública é

- (A) inadmissível.
- (B) admitida em épocas eleitorais, haja vista a proibição de nomeação, contratação ou admissão do servidor público nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos.
- (C) admitida para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (D) admitida em qualquer circunstância, uma vez que não há vedação constitucional.
- (E) admitida somente nos casos estabelecidos em lei complementar.

11.(FGV - AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/2022 (E MAIS 3 CONCURSOS))

Após o terceiro ano consecutivo sem a edição de lei dispondo sobre a revisão geral anual referida na ordem constitucional, a Associação ZZ, que congrega servidores do Poder Judiciário do Estado Alfa, consultou sua assessoria a respeito da autoridade ou órgão que detém o poder de iniciativa legislativa e quais são as consequências dessa omissão.

O advogado respondeu, corretamente, que o poder de iniciativa é do:

- (A) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- (B) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- (C) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- (D) Tribunal de Justiça, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle;
- (E) governador do Estado, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle.

12.(FGV - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (SSP AM)/2022)

O Governador do Estado Alfa informou a sua assessoria que tencionava criar uma autarquia para a execução de atividades típicas de Administração Pública e desejava saber a forma a ser observada.

A assessoria respondeu corretamente que o referido ente deve

- (A) ser criado por lei ordinária específica.
- (B) ser criado por lei complementar específica.
- (C) ser criado por ato do Poder Executivo, a partir de autorização concedida em lei ordinária.
- (D) ser criado por ato do Poder Executivo, a partir de autorização concedida em lei complementar.
- (E) ter sua atividade regulamentada em lei complementar e sua criação autorizada em lei ordinária e efetivada por decreto.

13.(FGV - ESTAGIÁRIO (MPE BA)/DIREITO/2022)

Joana, servidora pública do Município Alfa, ao manusear uma politriz portátil, com o objetivo de dar polimento em um monumento situado em praça pública, terminou por danificar o veículo de Pedro, que estava estacionado próximo ao local. Acresça-se que Joana não seguiu as orientações de segurança estabelecidas pelo Município.

À luz da sistemática constitucional:

- (A) somente Joana será responsabilizada pelos danos causados a Pedro, mesmo que não seja demonstrada sua culpa;
- (B) o Município Alfa será responsabilizado pelos danos causados a Pedro, mas apenas se for demonstrada a culpa de Joana;
- (C) o Município Alfa será responsabilizado pelos danos causados a Pedro, ainda que não seja demonstrada a culpa de Joana;
- (D) é necessário que o Município Alfa e Joana sejam simultaneamente responsabilizados, desde que provada a culpa desta última;
- (E) Joana e o Município Alfa não serão responsabilizados pelo dano causado a Pedro, pois o interesse público prepondera sobre o individual.

14.(VUNESP - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ SP)/REMOÇÃO/2022)

A Constituição Federal, no seu art. 37, § 6º, estabelece o regime de responsabilidade civil da Administração Pública. No que diz respeito ao dever de indenizar,

- (A) no caso de conduta concorrente entre vítima e servidor, não haverá dever de indenizar por parte da Administração.
- (B) a Administração Pública é sempre obrigada a indenizar o administrado, em decorrência do regime de risco, independentemente de causalidade.
- (C) a consideração da culpa dependerá de demonstração dos requisitos previstos em lei.
- (D) são necessários, exclusivamente, a demonstração da existência de dano ao administrado, a conduta do agente ou servidor e o nexo de causalidade.

15.(FGV - TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/2022)

Antônio almejava seguir carreira pública e se informou com um profissional da área a respeito da possibilidade de ocupar mais de um cargo ou emprego em entes da Administração Pública direta ou indireta.

Foi informado a Antônio que (1) a acumulação somente é permitida nas hipóteses indicadas na ordem constitucional; (2) a restrição de acumulação não alcança as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade econômica em sentido estrito, havendo paridade de tratamento com as empresas privadas; (3) a restrição de acumulação somente alcança os cargos de provimento efetivo; e (4) deve existir compatibilidade de horários.

À luz da sistemática constitucional, está(ão) correta(s):

- (A) apenas as informações 1 e 4;
- (B) apenas as informações 2 e 3;
- (C) apenas as informações 1, 2 e 3;
- (D) apenas as informações 2, 3 e 4;
- (E) as informações 1, 2, 3 e 4.

16.(FGV - ALUNO OFICIAL (PM AM)/2022)

Assim que foi empossado, o Prefeito do Município Beta foi informado do quantitativo de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e de funções de confiança que careciam de preenchimento. Ato contínuo, questionou sua assessoria a respeito de quais deles somente estavam ao alcance dos servidores que já ocupavam cargos de provimento efetivo.

Foi-lhe corretamente respondido que tal somente ocorria em relação

- (A) às funções de confiança.
- (B) aos cargos em comissão.
- (C) aos cargos em comissão e às funções de confiança.
- (D) aos cargos em comissão destinados às funções de direção, chefia e assessoramento.
- (E) aos cargos de provimento efetivo destinados à ascensão interna e aos cargos em comissão.

17.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (TCE-SC)/DIREITO/2022)

Julgue o item a seguir, considerando as disposições constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do direito administrativo.

Apenas por lei se pode sujeitar o candidato a exame psicotécnico para habilitação em cargo público.

- () CERTO
- () ERRADO

18.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (TCE-SC)/DIREITO/2022)

Considerando os termos da CF e a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

Órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação de políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma de lei complementar.

- () CERTO
- () ERRADO

19.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, João ingressou no serviço público, passando a ocupar um cargo de provimento efetivo de nível médio. A razão de ser da escolha do cargo decorreu do regime jurídico que o regia e da remuneração paga.

Para sua surpresa, poucos anos depois, foi aprovada a Lei nº XX, que:

- I. suprimiu algumas garantias do cargo;
- II. permitiu que João ascendesse a um cargo de provimento efetivo de nível superior, caso alcançasse esse nível de instrução e tivesse boas avaliações;
- III. suprimiu algumas gratificações recebidas por João, acrescentando-as à sua remuneração, o que, embora não tenha acarretado redução estipendial, impediu que fossem auferidos maiores ganhos no futuro.

À luz da sistemática constitucional, são medidas constitucionais:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

20.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Determinado legitimado deflagrou o controle concentrado de constitucionalidade da lei estadual WW perante o Supremo Tribunal Federal.

Argumentava-se com a inconstitucionalidade dessa lei, que dispunha sobre os cargos em comissão no âmbito do Estado, com os argumentos de que

- I. os cargos em comissão não podem ser utilizados para satisfazer necessidades temporárias da Administração Pública, decorrentes da vacância de cargos de provimento efetivo;
- II. os cargos em comissão não se prestam ao desempenho de atividades puramente técnicas, situadas na base da pirâmide hierárquica;
- III. o número de cargos comissionados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo;
- IV. no mínimo 50% do quantitativo de cargos em comissão, por imposição constitucional, devem ser destinados aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

À luz da sistemática constitucional, estão corretos os argumentos

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

21.(IBFC - ALUNO SOLDADO COMBATENTE (CBM AC)/2022)

A Constituição de 1988 faz menção expressa a alguns princípios a que se submete a Administração Pública Direta e Indireta, conforme dispõe o artigo 37, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente corretamente um dos princípios enunciados expressamente no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

- (A) Solidariedade
- (B) Sigilo da fonte
- (C) Eficiência
- (D) Função social da propriedade

22.(CEBRASPE (CESPE) - ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ADVOGADO/2022)

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte, à luz do entendimento dos tribunais superiores.

É constitucional a lei estadual que proíba a administração pública de contratar empresa em cujo quadro funcional conste empregado condenado por prática de injúria racial.

- () CERTO
- () ERRADO

23.(FGV - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

João tencionava ingressar na sociedade de economia mista federal WW e tinha dúvidas em relação à sua sujeição, ou não, ao teto remuneratório constitucional. Afinal, receava que uma remuneração elevada pudesse ser simplesmente “cortada” na parte que ultrapassasse o teto, reduzindo drasticamente o que iria receber.

Ao procurar um advogado, foi-lhe informado corretamente que o teto remuneratório constitucional

- (A) incide na integralidade da Administração Pública direta e indireta, incluindo a sociedade de economia mista WW.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
DISPOSIÇÕES GERAIS E SERVIDORES PÚBLICOS

(B) não incide, em hipótese alguma, nas sociedades de economia mista, desenvolvam, ou não, atividade econômica em sentido estrito.

(C) somente incide nas sociedades de economia mista que recebam recursos da União para pagamento de despesas de capital.

(D) somente incide nas sociedades de economia mista que recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

(E) somente incide nas sociedades de economia mista que recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal, de capital ou de custeio em geral.

24.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022)

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito da organização dos poderes e da organização do Estado.

Em que pese a estabilidade dos servidores e servidoras em efetivo exercício três anos após a nomeação para cargo de provimento efetivo em virtude da aprovação em concurso público, estes poderão perder o cargo em razão de sentença judicial transitada em julgado e mediante processo administrativo que observe a ampla defesa.

- () CERTO
() ERRADO

25.(INSTITUTO MAIS - ANALISTA PREVIDENCIÁRIO (IPREV SANTOS)/PERFIL DE INVESTIMENTOS/2022)

Assinale a alternativa que apresenta o princípio explícito básico da atividade da Administração Pública no regime democrático, que está previsto na Constituição Federal e justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos poderes a execução de suas despesas.

- (A) Legalidade.
(B) Transparência.
(C) Publicidade.
(D) Ampla defesa.

26.(AOCP - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (PREF BELÉM (PA))/2022)

São princípios que norteiam a Administração Pública, expressamente previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988:

(A) legalidade, devido processo legal, moralidade, publicidade e eficiência.

(B) legalidade, isonomia, moralidade, participação e eficiência.

(C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(D) legalidade, segurança jurídica, isonomia, razoabilidade e eficiência.

(E) legalidade, impessoalidade, moralidade, participação e razoabilidade.

27.(INSTITUTO AOCP - AUDITOR DO ESTADO (CGE MS)/CORREGEDORIA E CORREIÇÃO/2022)

O Governador do Estado, após regular processo legislativo, sancionou e promulgou lei estadual que concede revisão geral anual aos servidores públicos estaduais, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Considerando que a referida lei nada dispõe sobre a sua vigência, é correto afirmar que ela começa a vigorar

- (A) a partir da data de promulgação.
(B) a partir da data de publicação.
(C) em 15 dias depois da promulgação.
(D) em 30 dias depois da publicação.
(E) em 45 dias depois da publicação.

28.(FCC - PROCURADOR DO ESTADO DO AMAZONAS/2022)

Com base em hipótese estabelecida em lei estadual, certo agente de saúde foi contratado, mediante processo seletivo simplificado, para prestar serviços em postos de atendimento da rede estadual, por seis meses, visando a atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Não obstante o término da situação que ensejou a contratação, referido contrato sofreu sucessivas prorrogações, vindo o agente a permanecer por um total de cinco anos no serviço público. O servidor pretende obter a percepção de décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, não recebidas durante a vigência do contrato. Considerados esses elementos à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a contratação temporária, em sua origem, deu-se de forma

- (A) legítima, mas o contrato foi sucessiva e ilegitimamente prorrogado, fazendo o servidor jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, independentemente de previsão legal ou contratual a esse respeito.
(B) ilegítima, em razão da forma simplificada de seleção, ademais de o contrato ter sido sucessiva e ilegitimamente prorrogado, fazendo o servidor, no entan-

to, jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, independentemente de previsão legal ou contratual a esse respeito.

(C) legítima, mas o contrato foi sucessiva e ilegitimamente prorrogado, embora o servidor só faça jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional se houver previsão legal ou contratual a esse respeito.

(D) legítima, sendo igualmente legítimas as prorrogações contratuais, desde que efetuadas em conformidade com o estabelecido na lei estadual, não fazendo o servidor jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, no entanto, pois as contratações temporárias para prestação de serviços de excepcional interesse público não geram vínculo do contratado com o poder público segundo as normas trabalhistas.

(E) ilegítima, em razão da forma simplificada de seleção, ademais de o contrato ter sido sucessiva e ilegitimamente prorrogado, não fazendo o servidor jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, sob pena de burla à regra do concurso público e vínculo estatutário com a Administração.

29.(VUNESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (ALESP)"/-SEM ÁREA"/2022)

A respeito do modo de ingresso em cargo ou emprego público no Brasil, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que

(A) o ingresso em cargo público exige prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, exigência não aplicável aos empregos públicos.

(B) os empregados públicos, por não gozarem de estabilidade como os servidores públicos, são demissíveis ad nutum, não sendo necessária a motivação da sua demissão.

(C) o prazo de validade do concurso público será de, no máximo, um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

(D) os cargo em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração apenas podem ser preenchidos por servidores públicos efetivos, ao contrário das chamadas “funções de confiança”.

(E) aquele aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira, desde que durante o prazo improrrogável previsto no edital do concurso.

30.(COM. EXAM. (MPE SP) - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE SP)/2022/94º)

Assinale a alternativa correta.

(A) A edição de decreto pelo chefe do Poder Executivo dispendo sobre requisitos ou critérios subjetivos para nomeação a cargos comissionados ou políticos, como experiência profissional específica e formação compatível com o cargo, afasta a caracterização do nepotismo.

(B) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

(C) Os cargos em comissão apenas se prestam ao exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, assim como daquelas atividades burocráticas, técnicas ou operacionais que requeiram confiança.

(D) A vedação ao nepotismo prevista na súmula de efeito vinculante no 13, do Supremo Tribunal Federal, deve ser observada pelos órgãos do Poder Judiciário e pela Administração Pública, Direta e Indireta, da União, Estados, DF e Municípios, em todos os atos de nomeação.

(E) O STF reconhece direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas do edital, computando-se o número de vagas em cadastro de reserva e a quantidade de cargos em vacância.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
DISPOSIÇÕES GERAIS E SERVIDORES PÚBLICOS

GABARITO

1	C
2	E
3	D
4	D
5	A
6	A
7	C
8	C
9	E
10	C
11	C
12	A
13	C
14	D
15	A
16	A
17	CERTO
18	ERRADO
19	C
20	E
21	C
22	ERRADO
23	D
24	CERTO
25	C
26	C
27	E
28	A
29	C
30	B

ANOTAÇÕES

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA)

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 2.º, adota a tradicional separação de Poderes. Assim, o legislador constituinte garantiu relativa independência a cada um dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como mecanismo apto a assegurar os fundamentos do Estado democrático de direito. Considerando que as constituições escritas foram concebidas com o objetivo precípuo de fixar instrumentos normativos de limitação do poder estatal, assinale a opção correta.

(A) A separação de Poderes está fundamentada no princípio da interdependência funcional: apesar da especialização dos Poderes, existe uma subordinação das funções executiva e jurisdicional ao Poder Legislativo, em razão do que dispõe o art. 1.º da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito.

(B) A especialização funcional confere a cada um dos Poderes do Estado uma função precípua, que a doutrina denomina de função harmônica. Assim, embora o Poder Executivo disponha da função executiva, poderá exercer funções típicas dos Poderes Legislativo e Judiciário, caso haja autorização do Senado Federal, conforme previsto no art. 52 da Constituição Federal de 1988.

(C) Em razão da necessária harmonia entre os Poderes, o Poder Judiciário exerce sua função típica voltada para a atividade jurisdicional, solucionando as lides que lhes são apresentadas, mas também poderá exercer a função atípica de legislar, contanto que observe as regras do processo legislativo previstas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.

(D) Em razão da independência orgânica, os membros do Poder Legislativo gozam das denominadas imunidades parlamentares, com um conjunto de prerrogativas que lhes permitem atuar com independência no exercício da fiscalização do Poder Executivo.

(E) Em razão do disposto no art. 2.º da Constituição Federal de 1988, tanto a independência orgânica quanto a especialização funcional, típicas da divisão dos Poderes, devem ser exercidas de forma absoluta, afastando-se a possibilidade do exercício das funções chamadas atípicas por qualquer dos Três Poderes.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO)

No que se refere a controle judicial dos atos administrativos, mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens seguintes.

I Ato do Poder Judiciário que examine atos do Poder Legislativo, sob o aspecto da legalidade e da moralidade, não fere o princípio de independência dos poderes.

II Caberá mandado de segurança contra decisão de juízo de primeiro grau que indefira petição inicial em uma ação de rito comum.

III A ação popular constitui-se de um instrumento processual apropriado para anular desvios de recursos públicos praticados por gestores de autarquias e empresas públicas estaduais no exercício dessa função.

IV Qualquer pessoa física capaz tem legitimidade para propor ação civil pública, com o objetivo de proteger o patrimônio público, o meio ambiente e o patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas os itens I e II estão certos.

(B) Apenas os itens I e III estão certos.

(C) Apenas os itens I, II e III estão certos.

(D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2019 - MPC-PA - ANALISTA MINISTERIAL - COMUNICAÇÃO SOCIAL)

Tendo em vista a doutrina dos freios e contrapesos e o princípio constitucional de que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, é correto afirmar que interferências de um Poder sobre outro são

(A) totalmente vedadas pela Constituição Federal de 1988, que dispõe que cada Poder deve exercer funções exclusivas: o Executivo administra; o Legislativo legisla; e o Judiciário julga.

(B) autorizadas pela Constituição Federal de 1988 quando legítimas, como, por exemplo, a possibilidade de veto do Poder Executivo a projetos de lei do Poder Legislativo.

(C) previstas exclusivamente em legislação ordinária, como, por exemplo, a possibilidade de controle judicial sobre atos administrativos do Poder Executivo.

(D) amplamente autorizadas pela Constituição Federal de 1988, sobretudo quando ocorre abuso de um dos Poderes, caso em que os demais Poderes podem adotar as formas de controle cabíveis, entre as previstas em lei.

(E) permitidas pela Constituição Federal de 1988 quando legítimas, como, por exemplo, o controle judicial de ofício sobre projetos de lei do Poder Legislativo.

4. (CESPE - 2019 - CGE - CE - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL) Acerca da repartição de poderes, assinale a opção correta.

(A) No Estado democrático, a existência de instância acima dos Poderes e incumbida de impedir a prevalência de um sobre os demais é condição necessária para assegurar a efetiva separação e independência dos Poderes.

(B) A independência dos Poderes é pressuposto próprio do federalismo enquanto forma de organização do Estado.

(C) A existência de mecanismos de promoção de equilíbrio entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário favorece a estabilidade política no Estado democrático.

(D) A separação dos Poderes tem como objetivo fundamental assegurar a independência do Legislativo e do Judiciário e protegê-los da hipertrofia e incontestável influência do Executivo.

(E) A doutrina da separação dos Poderes rompeu com a noção de unicidade e indivisibilidade do poder do Estado, enfraquecendo-o enquanto forma de organização política e jurídica.

5. (ESAF - 2016 - FUNAI - CONHECIMENTOS GERAIS)

O sistema de freios e contrapesos consagra o princípio do controle no Estado. Em relação ao controle sobre os atos da administração pública existentes na gestão pública contemporânea no Brasil, é incorreto apontar:

(A) Controle parlamentar, a partir da fiscalização do Poder Legislativo sobre os atos do Poder Executivo.

(B) Controle judiciário, com mecanismos de auditoria operacional via tribunais de contas.

(C) Controle procedimental clássico, com a averiguação da legalidade dos atos governamentais, realizado interna ou externamente.

(D) Controle pela lógica dos resultados, com avaliação a partir de metas estabelecidas previamente, realizado interno ou externamente.

(E) Controle social, a partir de instrumentos de transparência e espaços para participação social que permitam o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.

6. (ESAF - 2015 - ESAF - ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - CONHECIMENTOS GERAIS)

No tocante à organização do Estado Brasileiro, é incorreto afirmar que:

(A) o Brasil adota princípio de separação de Poderes que pode ser caracterizado como flexível.

(B) a Constituição Federal criou mecanismos de freios e contrapesos, que permitem a materialização da harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como, por exemplo, a possibilidade do veto às leis pelo chefe do Poder Executivo.

(C) diferentemente do Parlamentarismo, no Presidencialismo o chefe do Poder Executivo acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, além de cumprir mandato fixo, sem precisar depender da confiança do Poder Legislativo para sua investidura ou para o exercício de seu cargo.

(D) no modelo de Estado federativo previsto na Constituição Federal, os Estados-Membros possuem soberania e autonomia financeira, administrativa e política.

(E) a eletividade e a temporalidade do mandato do chefe do Poder Executivo, bem como seu dever de prestar contas de seus atos, são características da forma de governo republicana adotada no Brasil.

7. (ESAF - 2013 - MF - TODOS OS CARGOS - CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Assinale a opção incorreta.

(A) O sistema de freios e contrapesos não importa em subordinação de um poder a outro, mas diz respeito a mecanismos de limitação de um poder pelo outro previstos constitucionalmente, de modo a assegurar a harmonia e o equilíbrio entre eles.

(B) É exemplo de mecanismo de freios e contrapesos o poder de veto conferido ao Chefe do Poder Executivo em relação a projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional.

(C) O veto imposto pelo Chefe do Poder Executivo pode ser derrubado por meio do voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão conjunta.

(D) Compete ao Presidente da República, dentro do sistema de freios e contrapesos previsto constitucionalmente, escolher e nomear os Ministros do

Supremo Tribunal Federal, depois de aprovada a escolha pelo voto da maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão conjunta.

(E) São funções típicas do Poder Legislativo legislar e fiscalizar, sendo suas funções atípicas administração e julgamento, podendo ser citado como exemplo desta última o julgamento do Presidente da República ou Ministros do STF por crimes de responsabilidade.

8. (ESAF - 2009 - RECEITA FEDERAL - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL - PROVA 1)

Assinale a única opção correta.

(A) Todo o poder emana do povo, que o exerce apenas por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal.

(B) A República Federativa do Brasil não adota nas suas relações internacionais o princípio da igualdade entre os Estados.

(C) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, devendo, ainda, ser efetuado o registro no órgão competente.

(D) A Constituição Federal de 1988 não previu os direitos sociais como direitos fundamentais.

(E) Embora resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, cabe, no entanto, ao Poder Judiciário determinar, ainda, que, em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais impregnados de estatura constitucional.

9. (ESAF - 2009 - RECEITA FEDERAL - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO (ATA))

Marque a opção incorreta.

(A) A limitação do poder estatal foi um dos grandes desideratos do liberalismo, o qual exalta a garantia dos direitos do homem como razão de ser do Estado.

(B) A divisão do poder, segundo o critério geográfico, é a descentralização, e a divisão funcional do poder é a base da organização do governo nas democracias ocidentais.

(C) A divisão funcional do poder é, mais precisamente, o próprio federalismo.

(D) Montesquieu abria exceção ao princípio da separação dos poderes ao admitir a intervenção do chefe de Estado, pelo veto, no processo legislativo.

(E) Aristóteles apresenta as funções do Estado em deliberante, executiva e judiciária, sendo que Locke as reconhece como: a legislativa, a executiva e a federativa.

10. (ESAF - 2006 - CGU - ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PROVA 2)

Sobre Teoria Geral da Constituição, Poderes do Estado e suas respectivas funções e Supremacia da Constituição, assinale a única opção correta.

(A) O poder político de um Estado é composto pelas funções legislativa, executiva e judicial e tem por características essenciais a unicidade, a indivisibilidade e a indelegabilidade.

(B) Uma constituição rígida não pode ser objeto de emenda.

(C) A distinção de conteúdo entre uma norma constitucional em sentido formal e uma norma constitucional em sentido material tem reflexos sobre a aplicabilidade das normas constitucionais.

(D) Nem toda constituição classificada como dogmática foi elaborada por um órgão constituinte.

(E) Segundo a doutrina, não há relação entre a rigidez constitucional e o princípio da supremacia da constituição.

11. (ESAF - 2005 - SET-RN - AUDITOR FISCAL DO TESOUREO ESTADUAL - PROVA 1)

Sobre Poderes do Estado e respectivas funções, formas de Estado e formas e sistemas de governo, marque a única opção correta.

(A) A adoção do princípio de separação de poderes, inspirado nas lições de Montesquieu e materializado na atribuição das diferentes funções do poder estatal a órgãos diferentes, afastou a concepção clássica de que a unidade seria uma das características fundamentais do poder político.

(B) O Estado unitário distingue-se do Estado federal em razão da inexistência de repartição regional de poderes autônomos, o que não impede a existência, no Estado unitário, de uma descentralização administrativa do tipo autárquico.

(C) Em um Estado federal temos sempre presente uma entidade denominada União, que possui personalidade jurídica de direito público internacional, cabendo a ela a representação do Estado federal no plano internacional.

(D) O presidencialismo é a forma de governo que tem por característica reunir, em uma única autoridade, o Presidente da República, a Chefia do Estado e a Chefia do Governo.

(E) Sistema de governo pode ser definido como a maneira pela qual se dá a instituição do poder na sociedade e como se dá a relação entre governantes e governados.

12. (ESAF - 2004 - MPU - ANALISTA - ADMINISTRAÇÃO)

Sobre conceito e tipos de constituição e sobre princípios fundamentais, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

(A) Constituições semi-rígidas são as constituições que possuem um conjunto de normas que não podem ser alteradas pelo constituinte derivado.

(B) Constituições populares são aquelas promulgadas apenas após a ratificação, pelos titulares do poder constituinte originário, do texto aprovado pelos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte.

(C) Em decorrência do princípio federativo, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios são entes da organização políticoadministrativa do Brasil.

(D) Nos termos da Constituição de 1988, o Brasil adota a república como sistema de governo, elegendo, portanto, o princípio republicano como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro.

(E) O comparecimento de Ministro de Estado ao Senado Federal, por iniciativa própria, para expor assunto de relevância de seu Ministério é uma exceção ao princípio de separação dos poderes.

13. (FCC - 2018 - CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - INSPETOR DE POLÍCIA LEGISLATIVA)

A previsão constitucional da Polícia do Legislativo decorre diretamente do princípio

(A) da separação vertical dos Poderes.

(B) da separação horizontal dos Poderes.

(C) da separação temporal dos Poderes.

(D) do Estado Democrático de Direito.

(E) da separação social dos Poderes.

14. (FCC - 2018 - TRT - 15ª REGIÃO (SP) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

À luz da separação dos Poderes, consagrada como princípio fundamental da Constituição Federal,

(A) são funções típicas do Poder Legislativo legislar, fiscalizar e julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade.

(B) ao Tribunal de Contas da União, como órgão do Poder Judiciário, compete a fiscalização externa da atuação do Poder Executivo.

(C) as Comissões Parlamentares de Inquérito são instauradas no âmbito das Casas do Congresso Nacional, cabendo o controle judicial de seus atos ao Supremo Tribunal Federal.

(D) ao Conselho Nacional de Justiça, como órgão do Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional, compete a fiscalização externa do Poder Judiciário.

(E) são funções típicas do Poder Executivo a administração da coisa pública, tributação e elaboração de normas jurídicas por meio de medidas provisórias.

15. (FCC - 2018 - DPE-RS - DEFENSOR PÚBLICO)

Montesquieu, ao analisar a Constituição da Inglaterra, descreve o princípio da separação de poderes e sustenta que

(A) ao poder legislativo cabe estabelecer a segurança e prevenir as invasões.

(B) não há perigo para a liberdade se a mesma pessoa reúne o poder executivo e o poder legislativo.

(C) os juízes da nação constituem “a boca que pronuncia as palavras da lei”, devendo agir de modo inventivo e inovador.

(D) o poder legislativo será composto por dois corpos distintos, que deliberarão em separado.

(E) o povo não pode, nos grandes estados, ter representantes no poder legislativo.

16. (FCC - 2018 - SABESP - ANALISTA DE GESTÃO - RELAÇÕES PÚBLICAS)

A República Federativa do Brasil se organiza com

(A) tripartição dos poderes, sendo o Legislativo unicameral.

(B) tripartição dos poderes, sendo o Legislativo bicameral.

(C) Poder Legislativo plenipotenciário bicameral.

(D) Poder Legislativo plenipotenciário unicameral.

(E) tripartição dos poderes, sendo o Judiciário bicameral.

17. (FGV - DPE-RJ - 2021 - DPE-RJ - RESIDÊNCIA JURÍDICA)

A respeito do processo legislativo e das espécies normativas, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Tendo em vista o princípio da simetria, os Estados não podem prever a propositura de proposta de Emenda à Constituição estadual por iniciativa popular.

(B) Como decorrência do princípio da simetria, as hipóteses de iniciativa reservada ao presidente da República previstas na Constituição Federal devem ser estendidas, mutatis mutandis, aos governadores e prefeitos.

(C) Por exigirem o quórum de maioria absoluta para a sua aprovação, as leis complementares são hierarquicamente superiores às leis ordinárias.

(D) A sanção e promulgação do projeto de lei pelo chefe do Poder Executivo supre o vício de iniciativa nas matérias a ele reservadas.

(E) Não se admite o controle judicial de constitucionalidade dos requisitos de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.

18. (FGV - DPE-RJ - 2021 - DPE-RJ - RESIDÊNCIA JURÍDICA)

O chamado efeito backlash pode ser definido como:

(A) efeito pelo qual uma vez alcançado certo nível de concretização de um direito social, o mesmo não poderia ser anulado ou esvaziado pelo Estado.

(B) o reestabelecimento da vigência do ato normativo revogado pelo advento da declaração de inconstitucionalidade do ato normativo revogador.

(C) uma forte reação, exercida pela sociedade ou por outro Poder, a um ato do poder público (lei, decisão judicial, ato administrativo etc.), podendo ser acompanhada de medidas agressivas para resistir a esse ato e remover sua força legal.

(D) efeito pelo qual a declaração de inconstitucionalidade de uma norma gera a declaração de inconstitucionalidade também das normas que sejam dependentes daquela.

(E) a exclusão de uma determinada interpretação do ato normativo, por inconstitucionalidade, permitindo-se as demais interpretações comportadas pelo texto constitucional.

19. (FGV - 2018 - CÂMARA DE SALVADOR - BA - ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL - SERVIÇOS GERAIS)

A Administração Pública está sujeita a controle por parte dos Poderes _____ e Judiciário e a finalidade do controle da Administração Pública é assegurar que essa mesma atue em consonância com os princípios de(a) _____, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação e _____.

A opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima é:

(A) Legislativo – constitucionalidade – estabilidade;

(B) Executivo – eficácia – ética;

(C) Legislativo – preços justos – efetividade;

(D) Executivo – efetividade – eficiência;

(E) Legislativo – legalidade – impessoalidade.

20. (FGV - 2018 - MPE-AL - ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - GESTÃO PÚBLICA)

O Poder Executivo, além de exercer tipicamente a função administrativa, em situações específicas exerce funções dos outros Poderes. Assinale a opção que apresenta um exemplo de exercício da função normativa pelo Poder Executivo.

(A) Organização dos serviços internos dos ministérios.

(B) Expedição de regulamentos para fiel execução das leis.

(C) Elaboração dos regimentos dos tribunais de Justiça.

(D) Apreensão de mercadorias ilegais por meio do poder de polícia.

(E) Julgamento de irregularidades cometidas por agentes.

21. (IBFC - 2019 - CGE - RN - ANALISTA CONTÁBIL)
Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

(A) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União

(B) comprovar a regularidade, quanto ao exercício do poder discricionário, relativo à gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas organizações não governamentais

(C) apoiar o controle interno das Organizações Sociais, no exercício de sua missão regulamentar

(D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de diretrizes orçamentárias, a realização dos programas governamentais e a execução dos orçamentos públicos

22. (IBFC - 2018 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARAQUARA - SP - ANALISTA LEGISLATIVO)

A Constituição Federal, ao tratar do Poder Legislativo, traz aspectos importantes do Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A respeito deste assunto, assinale a alternativa incorreta:

(A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal

(B) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados

(C) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos

(D) Cada Território elegerá três Deputados e cada Senador será eleito com dois suplentes

(E) A representação de cada Estado e do Distrito Federal pelo Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços

23. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

“As hipóteses previstas na Constituição Federal de iniciativa reservada do Presidente da República devem ser observadas em âmbito estadual, distrital e municipal.” A assertiva retira seu fundamento de validade dos Princípios:

(A) Da Simetria e da Separação de Poderes.

(B) Da Autonomia dos Entes Federativos e do Pacto Federativo.

- (C) Do Livre Exercício dos Poderes e da Integridade Nacional.
(D) Da Simetria e da Integridade Nacional.

24. (INSTITUTO AOCP - 2021 - CÂMARA DE TERE-SINA - PI - PROCURADOR)

Assinale a alternativa correta acerca dos direitos e garantias fundamentais.

- (A) É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
(B) A suspensão dos direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, não se aplica no caso de substituição da pena de liberdade pela restritiva de direitos.
(C) É inconstitucional a regra que veda, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a internação em acomodações superiores, bem como o atendimento diferenciado por médico do próprio SUS, ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes.
(D) É inadmissível que o Fisco requisite das instituições financeiras informações bancárias sobre os contribuintes sem intervenção do Poder Judiciário.
(E) É vedado ao Poder Judiciário, em razão do princípio da separação dos poderes e da reserva do possível, impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais, ainda que seja para assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral.

25. (INSTITUTO AOCP - 2020 - PREFEITURA DE BETIM - MG - ANALISTA DE RECURSOS FINANCEIROS, ORÇAMENTÁRIOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS)

O órgão constituído que normalmente tem participação no ciclo orçamentário, exercendo o controle para fins de liberação de verbas, é o

- (A) Supremo Tribunal Federal.
(B) Poder Executivo.
(C) Tribunal de Contas.
(D) Poder Legislativo.
(E) Senado Federal.

26. (INSTITUTO AOCP - 2018 - ADAF - AM - AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA)

De acordo com o art. 2º da Constituição Federal de 1988, os Poderes da União são:

- (A) Executivo, Legislativo e Judiciário.
(B) Legislativo, Executivo e Tribunal de Contas da União.
(C) Ministério Público, Executivo e Legislativo.

- (D) Tribunal de Contas do Distrito Federal, Judiciário e Legislativo.
(E) União, Estados e Municípios.

27. (VUNESP - 2020 - CÂMARA DE BOITUVA - SP - AGENTE ADMINISTRATIVO)

Para o Direito Público, a vontade do Estado se apresenta e se manifesta por meio

- (A) do Poder Executivo.
(B) da Constituição.
(C) das Leis e Decretos.
(D) de suas autoridades
(E) dos poderes do Estado.

28. (VUNESP - 2019 - UNIFAI - PROCURADOR JURÍDICO)

A Constituição Federal ao tratar “Das Comissões” do Poder Legislativo decidiu que, em razão da matéria de sua competência, cabe a elas

- (A) elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas.
(B) receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.
(C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
(D) conhecer do veto e sobre ele deliberar, além de aprovar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
(E) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

29. (VUNESP - 2018 - PGE-SP - PROCURADOR DO ESTADO)

Ao escrever sobre a relação entre liberdade política, democracia e poder, no Livro XI da obra clássica “O Espírito das Leis”, Montesquieu já afirmava: “Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o poder.” A ideia foi incorporada pela Constituição brasileira de 1988, sendo correto afirmar sobre a independência e harmonia dos Poderes:

- (A) a Comissão Parlamentar de Inquérito, enquanto projeção orgânica do Poder Legislativo da União, nada mais é senão a longa manus do próprio Congresso Nacional ou das Casas que o compõem. Assim, as suas decisões que respeitarem aos princípios da colegialidade e da motivação não estarão sujeitas ao controle jurisdicional ou revisão por parte do Poder Judiciário.
(B) compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade,

bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

(C) a decretação da intervenção federal dependerá sempre de prévia solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.

(D) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal e cada parte interessada poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

(E) cabe ao Congresso Nacional, mediante controle externo, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste e outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

30. (VUNESP - 2016 - UNESP - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I)

Conforme dispõe a Constituição Federal em relação aos Princípios Fundamentais, assinale a alternativa correta.

(A) A cidadania e a soberania são princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

(B) Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos indiretamente, nos termos da Constituição.

(C) São Poderes da União, dependentes e interligados entre si, o Legislativo e o Judiciário.

(D) Os valores sociais do trabalho e o repúdio ao terrorismo constituem objetivos da República Federativa do Brasil.

(E) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural entre os povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

9	C
10	A
11	B
12	E
13	B
14	C
15	D
16	B
17	B
18	C
19	E
20	B
21	A
22	D
23	A
24	A
25	B
26	A
27	E
28	B
29	E
30	E

ANOTAÇÕES

GABARITO

1	D
2	B
3	B
4	C
5	B
6	D
7	D
8	E

PODER LEGISLATIVO

PODER LEGISLATIVO

1.(FADESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (CM MARABÁ)/2021)

Sobre o poder legislativo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode-se afirmar que

- (A) cada legislatura tem duração de quatro anos.
- (B) o Senado Federal é composto por quatro senadores eleitos por cada Estado e pelo Distrito Federal.
- (C) o Senado Federal é composto por três senadores eleitos por cada Estado e um senador eleito pelo Distrito Federal.
- (D) o Senado Federal é composto por dois senadores eleitos por cada Estado e um senador eleito pelo Distrito Federal.
- (E) o Senado Federal é composto por dois senadores eleitos por cada Estado e pelo Distrito Federal.

2.(IESES - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ RO)/REMOÇÃO/2021)

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe do(a):

- I. Assembleia Legislativa.
- II. Câmara dos Deputados.
- III. Senado Federal.
- IV. Câmara de Vereadores.

A sequência correta é:

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva I está incorreta.
- (D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

3.(FCC - AGENTE DE FOMENTO EXTERNO (AFAP)/2019)

Considerando os dispositivos constitucionais a respeito do Poder Legislativo,

- (A) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário.

(B) cada unidade da Federação com representação no Senado Federal elegerá 3 Senadores, com mandato de 8 anos.

(C) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

(D) o número de representantes de cada unidade da Federação na Câmara dos Deputados será estabelecido de forma paritária, por meio de lei complementar, no ano anterior às eleições, a fim de garantir o equilíbrio da Federação.

(E) cada Senador será eleito com 3 suplentes.

4.(CEBRASPE (CESPE) - ASSISTENTE DE PROCURADORIA (PGE PE)/2019)

A respeito dos direitos políticos e dos partidos políticos, julgue o item seguinte.

A adoção do modelo proporcional em eleições de deputados fere o princípio da eleição direta, pois a eleição de um deputado não deve depender dos votos recebidos por outros candidatos do partido ou por sua legenda

- () CERTO
- () ERRADO

5.(IBADE - AGENTE DE DEFESA CIVIL (PREF JARU)/2019)

Segundo a organização dos poderes na Constituição Federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe:

- (A) da Câmara dos Lordes e do Senado da República.
- (B) da Câmara de Vereadores e do Senado da República.
- (C) da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (D) apenas da Câmara dos Deputados.
- (E) apenas do Senado Federal.

6.(IBFC - GUARDA MUNICIPAL (PREF CAB STO AGOSTINHO)/3ª CLASSE/2019)

Conforme a Constituinte de 1988, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e cada legislatura terá a duração de quatro anos. Analise as afirmativas abaixo que tratam sobre o Poder Legislativo Constitucional e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

() Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

() Cada Senador será eleito com um suplente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) F, V, F

(B) F, V, V

(C) V, F, V

(D) V, V, F

7.(IBFC - ADVOGADO JÚNIOR (EMDEC)/2019)

A respeito das disposições da Constituição Federal de 1988, sobre o Poder Legislativo, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

() A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

() Cada Território elegerá três deputados, sendo um suplente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, V

(B) V, V, F

(C) F, F, V

(D) F, V, F

8.(VUNESP - PROCURADOR (PREF SJC)/2019)

A Constituição Federal, sobre o Poder Legislativo, estabelece que

(A) é de competência exclusiva do Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

(B) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

(C) é de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(D) os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

(E) é de competência privativa da Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

9.(AOCP - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO (FUNPAPA)/2018 (E MAIS 1 CONCURSO))

No tocante ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

(A) Possui como incumbência exclusiva a função legislativa.

(B) No âmbito federal, o poder legislativo é caracterizado pelo unicameralismo.

(C) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.

(D) Os Deputados Federais são eleitos para uma legislatura, isto é, para 4 (quatro) sessões legislativas.

(E) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 2 (dois) Senadores, com mandato de oito anos.

10.(CEBRASPE (CESPE) - AUXILIAR INSTITUCIONAL (IPHAN)/ÁREA 1/2018)

Acerca da organização dos poderes do Estado, julgue o item subseqüente.

O número de deputados e de senadores é definido em lei de acordo com o número de habitantes de cada Estado e do Distrito Federal.

() CERTO

() ERRADO

11.(FUNRIO - PROCURADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA/2018)

Observando que o processo legislativo federal brasileiro é litúrgico, o certo é que as leis devem cumprir todos os requisitos formais para sua criação, sob pena de serem normas formalmente inconstitucionais.

Assim, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada uma das casas e suas comissões serão tomadas por

- (A) maioria absoluta de votos, presente a maioria de seus membros.
- (B) maioria absoluta de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (C) 3/5 dos membros, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (D) maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

12.(LEGALLE - ESTAGIÁRIO (MPE GO)/2018/90A)

De acordo com o Título IV da Organização dos Poderes é incorreto afirmar:

- (A) Cada Senador será eleito com direito a um suplente e mandato de oito anos.
- (B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (C) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- (D) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

13.(FCC - AGENTE PENITENCIÁRIO (IAPEN AP)/2018)

À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca da composição do Poder Legislativo Federal,

- (A) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.
- (B) cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de 8 anos.
- (C) cada Senador será eleito com três suplentes.
- (D) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (E) cada Território poderá eleger até oito Deputados.

14.(IBADE - ANALISTA (CM VILHENA)/LEGISLATIVO/DIREITO/2018)

O Poder Legislativo federal é exercido pelo Congresso Nacional, o qual é composto pela(o):

- (A) Assembleia Legislativa e Câmara Municipal.
- (B) Assembleia Legislativa, apenas.
- (C) Senado Federal, apenas.
- (D) Câmara dos Deputados e Senado Federal.
- (E) Câmara dos Deputados, apenas.

15.(IBADE - SOLDADO (CBM CE)/2018/"CURSO DE FORMAÇÃO - 2ª TURMA")

Sobre organização do Estado e dos Poderes, julgue o item subsequente.

No âmbito federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- () CERTO
- () ERRADO

16.(IBADE - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM RJ)/ALUNO-OFFICIAL PM/2017)

No que tange ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A Câmara dos Deputados é engendrada como órgão legislativo federativo, uma vez que formada por representantes de entidades da federação.
- (B) O mandato das Mesas será de 3 (três) anos, sendo permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, alcançando inclusive a mudança de legislatura.
- (C) Cada legislatura terá duração de quatro anos, ou seja, um senador irá exercer 1 (uma) legislatura em um mandato total de quatro anos.
- (D) O Senado Federal é composto por quatro representantes de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema majoritário.
- (E) As funções típicas do Poder Legislativo são legislar e fiscalizar, ao passo que as funções atípicas são administrar e julgar.

17.(IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017 (E MAIS 4 CONCURSOS)

Considere as regras básicas aplicáveis no Direito Administrativo para assinalar a alternativa INCORRETA sobre o Poder Legislativo.

- (A) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- (B) Cada Estado ou Distrito Federal elegerá três senadores, com mandato de oito anos.

- (C) A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços
 (D) Cada senador será eleito com um suplente
 (E) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal

18.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRE BA)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais, por sua vez, são constituídos por representantes dos estados e do Distrito Federal (DF). Para o Senado Federal, tais representantes são eleitos segundo o

- (A) sistema proporcional, e cada estado e o DF elege dois candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.
 (B) princípio majoritário, e cada candidato é eleito com um suplente.
 (C) sistema proporcional, e cada estado e o DF elege três candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.
 (D) sistema proporcional, e cada candidato é eleito com dois suplentes.
 (E) princípio majoritário, e cada estado e o DF elege três candidatos, cada um deles com mandato de oito anos.

19.(CONSULPLAN - OFICIAL JUDICIÁRIO (TJ MG)/COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE/2017)

Quanto ao Congresso Nacional, é correto afirmar que

- (A) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada casa e de suas comissões serão tomadas por maioria absoluta dos votos, presente a maioria simples de seus membros.
 (B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.
 (C) cada território elegerá 4 (quatro) deputados.
 (D) cada senador será eleito com 3 (três) suplentes.

20.(IBFC - SOLDADO (CBM BA)/2017)

Assinale a alternativa correta sobre o Congresso Nacional nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

- (A) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pela Câmara dos Deputados sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos
 (B) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pelo Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos
 (C) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos
 (D) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pela Câmara dos Deputados sendo que cada legislatura terá a duração de oito anos
 (E) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pelo Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de seis anos

21.(QUADRIX - AGENTE (CRMV DF)/ADMINISTRATIVO/2017 (E MAIS 1 CONCURSO)

Com base na CF, julgue o item a seguir no que se refere ao Poder Legislativo.

A Câmara dos deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada Território e no Distrito Federal e o Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

- () CERTO
 () ERRADO

22.(QUADRIX - AGENTE (CRMV DF)/ADMINISTRATIVO/2017 (E MAIS 1 CONCURSO)

Com base na CF, julgue o item a seguir no que se refere ao Poder Legislativo.

O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional, sendo que cada estado e o Distrito Federal elegerão três senadores para exercerem o mandato durante uma legislatura.

- () CERTO
 () ERRADO

23.(VUNESP - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO (IPREF)"/"D"/2016 (E MAIS 1 CONCURSO)

É correto afirmar que, nos termos da Constituição Federal de 1988, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Câmara, do Senado, ou de suas Comissões serão tomadas por

- (A) maioria de 3/5 (três quintos) dos votos, presente a maioria relativa de seus membros.
- (B) maioria de 2/3 (dois terços) dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (C) maioria absoluta dos votos, presente 1/3 (um terço) de seus membros.
- (D) maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (E) maioria de 7/8 (sete oitavos) dos votos, presentes 2/3 (dois terços) de seus membros.

24.(INSTITUTO AOCP - ANALISTA LEGISLATIVO (CM RIO BRANCO))/"SEM ÁREA"/2016)

São funções de competência do poder legislativo:

- (A) alterar, emendar e revogar.
- (B) monitorar a contabilidade e as finanças.
- (C) verificar as operações e o patrimônio.
- (D) legislar, fiscalizar, administrar e julgar.
- (E) legislar e fiscalizar.

25.(IESES - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PA)/PROVIMENTO/2016)

Sobre o Poder Legislativo é correto afirmar que:

- (A) Nenhuma das unidades da Federação terá menos de 4 (quatro) ou mais de 80 (oitenta) deputados.
- (B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, segundo o princípio majoritário.
- (C) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos, segundo o sistema proporcional.
- (D) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

26.(FCC - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (SEMPLAN TERESINA)/ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA/2016)

A respeito do Congresso Nacional, considere:

- I. O número total de Deputados será estabelecido por lei complementar.
- II. Cada Território elegerá quatro Deputados.
- III. Cada Senador será eleito com um suplente.
- IV. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

27.(IBFC - ANALISTA (EBSERH HU-FURG)/ADMINISTRATIVO/RELAÇÕES PÚBLICAS/2016)

O poder Legislativo Federal é formado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. No âmbito estadual esse Poder é constituído pelas Assembleias Legislativas e, nos Municípios, é formado pelas Câmaras Municipais. São membros do Legislativo:

Assinale a alternativa correta.

- (A) Presidente da República, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.
- (B) Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.
- (C) Presidente da República, Senadores, Juizes Federais, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.
- (D) Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Ministro da Fazenda.
- (E) Presidente da República, Senadores, Juizes Federais, Deputados Federais, Juizes Militares, Deputados Estaduais e Vereadores.

28.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 3ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/2015)

Deputado Federal pretende apresentar projeto de lei complementar estabelecendo que:

I. Os Estados e o Distrito Federal elegerão seus Senadores em número proporcional à sua população, devendo cada unidade da Federação ter ao menos três e no máximo cinco Senadores.

II. Os Estados e o Distrito Federal elegerão seus Deputados em número proporcional à sua população, devendo cada unidade da Federação ter ao menos oito e no máximo setenta Deputados.

III. O mandato dos Senadores será de quatro anos, assim como o mandato dos Deputados.

É compatível com a Constituição Federal o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

29.(IESES - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE MA)/ADMINISTRATIVA/2015)

Quanto ao Congresso Nacional é correto afirmar que:

- (A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado.
- (B) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos, segundo o sistema proporcional.
- (C) Na Câmara Federal nenhuma das unidades federativas terá menos de quatro ou mais de oitenta Deputados.
- (D) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

30.(FUNDEP - AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS/2015)

Analise a situação a seguir.

Um Decreto Legislativo do Congresso Nacional publicado em 5/9/2014 susta uma Resolução da ANVISA, sigla da autarquia federal Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que proibia o uso e controlava a prescrição e dispensação de medicamentos que contêm sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários, usados no controle de obesidade.

Na hipótese e consideradas as regras constitucionais aplicáveis, é CORRETO afirmar que:

- (A) o Decreto Legislativo foi promulgado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (B) a medida adotada pelo Congresso Nacional é inconstitucional, porque decreto é ato da competência privativa do Presidente da República.
- (C) a medida foi adotada pelo Congresso Nacional no exercício de sua competência constitucional exclusiva de sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (D) o ato do Congresso Nacional não é juridicamente correto, porque a invalidação de ato normativo constitui competência privativa do Poder Judiciário no exercício do controle concentrado de constitucionalidade.
- (E) é legítimo o ato do Congresso Nacional, uma vez que a ANVISA não possui competência para editar resolução ou qualquer outra espécie de ato normativo.

GABARITO

1	A
2	D
3	B
4	ERRADO
5	C
6	D
7	B
8	B
9	D
10	ERRADO
11	A
12	A
13	D
14	D
15	CERTO
16	E
17	D
18	E
19	C
20	C
21	CERTO
22	ERRADO
23	D
24	D
25	D
26	C
27	B
28	D
29	D
30	C

ANOTAÇÕES

PODER EXECUTIVO

PODER EXECUTIVO

1. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTORIA TÉCNICA LEGISLATIVA)

De acordo com a CF, são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra I o exercício dos direitos sociais.

II o cumprimento das decisões judiciais.

III o livre exercício dos poderes constitucionais dos estados.

IV o poder de polícia judiciária.

V a organização e o funcionamento da administração federal.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) III e V.

(C) I, II e III.

(D) III, IV e V.

(E) I, III e IV.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO)

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) As competências do vice-presidente da República estão previstas em rol taxativo no texto constitucional.

(B) No caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, caberá ao Congresso Nacional a eleição durante todo o período presidencial.

(C) Caberá à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação contra o presidente da República, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.

(D) Em qualquer hipótese, poderá o presidente da República extinguir cargos públicos por meio de decreto.

(E) Em razão dos preceitos de segurança nacional, são indelegáveis as atribuições do presidente da República.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE)

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) As competências do vice-presidente da República estão previstas em rol taxativo no texto constitucional.

(B) No caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, caberá ao Congresso Nacional a eleição durante todo o período presidencial.

(C) Em qualquer hipótese, poderá o presidente da República extinguir cargos públicos por meio de decreto.

(D) Caberá à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação contra o presidente da República, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.

(E) Em razão dos preceitos de segurança nacional, são indelegáveis as atribuições do presidente da República.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

Com base na CF, julgue os itens a seguir.

I Ao ser instaurado um processo por crime de responsabilidade do presidente da República, este terá um rito bifásico, no qual a Câmara dos Deputados realiza o juízo de admissibilidade, com aprovação de abertura de processo por dois terços de seus membros.

II Autorizada a abertura do processo por crime de responsabilidade do presidente da República pela Câmara dos Deputados, de modo imediato, ocorrerá o afastamento do referido presidente pelo prazo de 180 dias.

III Compete privativamente ao Senado Federal em sessões presididas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal processar e julgar o presidente da República.

Assinale a opção correta.

(A) Somente os itens I e II estão certos.

(B) Somente os itens I e III estão certos.

(C) Somente os itens II e III estão certos.

(D) Somente o item I está certo.

(E) Todos os itens estão certos.

5. (CESGRANRIO - 2012 - INNOVA - ADVOGADO JÚNIOR)

O Presidente da República, no exercício do poder regulamentar, editou decreto visando à fiel execução de uma lei. Contudo, o decreto presidencial exorbitou os limites legais e acabou por criar deveres aos seus destinatários sem previsão legal.

Nessa situação, especificamente em relação aos dispositivos do decreto que exorbitaram os limites da lei, caberá

- (A) cassação pelo Poder Executivo Federal
- (B) revogação pelo Tribunal de Contas da União
- (C) revogação pelo Poder Judiciário
- (D) sustação pelo Congresso Nacional
- (E) sustação pelo Advogado-Geral da União

6. (CESGRANRIO - 2010 - BNDES - ADVOGADO)

Considere a afirmativa a seguir.

Ao Presidente da República compete dispor, mediante Decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal - quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos -, e sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. A análise dessa afirmativa conduz à conclusão de que é

- (A) correta porque os casos mencionados são regulados por Decreto autônomo.
- (B) incorreta porque o Decreto é ato normativo destinado apenas a regulamentar as leis.
- (C) incorreta porque a competência para dispor sobre ambas as matérias é privativa do Congresso Nacional.
- (D) incorreta porque são matérias reservadas à Lei complementar.
- (E) incorreta apenas em relação à extinção de funções ou cargos públicos.

7. (CESGRANRIO - 2010 - BACEN - TÉCNICO DO BANCO CENTRAL - AREA 1)

De acordo com a Constituição, o Poder Executivo da União é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. A esse respeito, considere as proposições a seguir.

I - Os Ministros do STF têm o dever constitucional de auxiliar o Presidente da República.

II - O Ministro da Fazenda é nomeado pelo Presidente da República, mas só pode ser exonerado após aprovação do Senado Federal.

III - A Constituição atribui ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, competência para dispor sobre criação e extinção de Ministérios.

Está(ao) correta(s) APENAS a(s) proposição(ões)

- (A) I.
- (B) I e II
- (C) I e III
- (D) II
- (E) III

8. (CESGRANRIO - 2006 - DNPM - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - INFORMÁTICA)

As afirmativas abaixo sobre Ministros de Estado estão todas corretas, **EXCETO** uma. Assinale-a.

- (A) Estar no exercício dos direitos políticos é requisito fundamental para ser escolhido Ministro de Estado.
- (B) Somente brasileiros podem ser Ministros de Estado.
- (C) Um Ministro de Estado é necessariamente maior de trinta e cinco anos.
- (D) Os Ministros de Estado são nomeados e exonados, privativamente, pelo Presidente da República.
- (E) Os Ministros de Estado auxiliam o Presidente da República na direção superior da Administração Federal.

9. (ESAF - 2016 - ANAC - ANALISTA ADMINISTRATIVO - CONHECIMENTOS BÁSICOS - ÁREAS 1 E 2)

Nos termos da Constituição Federal, caso um Presidente da República cometa crime que afronte a lei orçamentária, será competente para julgá-lo, visto tratar-se de crime de responsabilidade, o(a)

- (A) Senado Federal.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Congresso Nacional.
- (D) Câmara dos Deputados..
- (E) Conselho Nacional de Justiça.

10. (ESAF - 2014 - MTUR - TODOS OS CARGOS - CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Sobre o Poder Executivo, é correto afirmar que:

- (A) compete ao Presidente da República iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos em Lei Complementar.
- (B) ao Presidente da República, compete expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- (C) compete ao Conselho da República decretar e executar a intervenção federal.
- (D) consta, entre as competências do Conselho de Segurança Nacional, praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.
- (E) compete ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

11. (ESAF - 2013 - MF - ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL - CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Assinale a opção correta.

(A) É lícito aos magistrados a realização pessoal de atividades investigatórias, por inexistir monopólio da polícia judiciária nas investigações.

(B) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais para decretar buscas e apreensões, conduzir coercitivamente testemunhas e decretar prisões preventivas e temporárias.

(C) O Presidente da República, na função de Chefe de Estado, possui competência constitucional para reduzir tarifas de transporte coletivo municipal e intermunicipal.

(D) A competência exclusiva do Congresso Nacional para fixar subsídio aos deputados federais e senadores constitui-se em afronta à Constituição.

(E) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) possui superioridade hierárquica em questões disciplinares, em relação à competência originária de Tribunais e juízos.

12. (ESAF - 2012 - MPOG - ANALISTA TÉCNICO DE POLÍTICAS SOCIAIS - CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Assinale a opção que não corresponde as atribuições e/ou responsabilidades do Presidente da República.

(A) Nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, e o Advogado-Geral da União.

(B) Prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.

(C) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

(D) Nomear os governadores dos estados e dos territórios federais.

(E) Decretar e executar a intervenção federal.

13. (FCC - 2021 - DPE-GO - DEFENSOR PÚBLICO)

Caso o Vice-Chefe do Poder Executivo, em face da vacância definitiva, assumo o cargo do Chefe do Poder Executivo de forma efetiva e definitiva, para fins de reeleição

(A) esse mandato deve ser computado como o primeiro, permitindo-se somente um único período subsequente, independentemente do tempo em que exerceu a continuidade do mandato em razão da vacância.

(B) a assunção, mesmo que temporária, do mandato do Chefe do Executivo, em razão de seu afastamento, acarretará a possibilidade de candidatura para tão somente um período consecutivo do Vice-Chefe que o substituiu temporariamente.

(C) essa assunção em razão da vacância do Chefe do Poder Executivo não contará para fim de reeleição, podendo o Vice se candidatar para Chefe do Executivo para dois mandatos consecutivos, desde que exercida por tempo não maior que quarenta e cinco dias.

(D) essa assunção em razão da vacância do Chefe do Poder Executivo não contará para esse fim de reeleição, podendo o Vice se candidatar para Chefe do Executivo, assumir e ainda disputar reeleição imediata.

(E) esse mandato deve ser computado como primeiro, permitindo-se somente um período subsequente de novo mandato, desde que a assunção na vacância tenha perdurado por período igual ou maior de seis meses.

14. (FCC - 2019 - TJ-MA - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Compete privativamente ao Presidente da República

(A) autorizar referendo e convocar plebiscito.

(B) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

(C) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

(D) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

(E) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

15. (FCC - 2019 - DPE-AM - ANALISTA JURÍDICO DE DEFENSORIA - CIÊNCIAS JURÍDICAS)

Sobre a responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar:

(A) Admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será o Presidente da República submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

(B) Admitida a acusação, por maioria absoluta do Congresso Nacional, será o Presidente da República submetido a julgamento perante o Senado Federal, quanto às infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.

(C) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, em caso de apuração de crime de responsabilidade após instauração do processo pelo Congresso Nacional.

(D) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, em caso de apuração de infrações penais comuns, assim que recebida a acusação pelo Senado Federal.

(E) A Constituição Federal elenca os tipos de crimes de responsabilidade do Presidente da República em seu texto, dispondo, ainda, sobre as penas a eles aplicadas.

16. (FCC - 2019 - TRF - 3ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da Administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, é da competência

(A) exclusiva do Presidente da República, podendo ele delegar essa atribuição apenas ao Ministro da Justiça, que observará os limites traçados na respectiva delegação.

(B) privativa do Presidente da República, podendo ele delegar essa atribuição ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente do Senado Federal ou ao Ministro da Justiça, que observarão os limites traçados na respectiva delegação.

(C) privativa do Presidente da República, não podendo ele delegar essa atribuição.

(D) exclusiva do Presidente da República, podendo ele delegar essa atribuição apenas aos Ministros de Estado, que observarão os limites traçados na respectiva delegação.

(E) privativa do Presidente da República, podendo ele delegar essa atribuição aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados na respectiva delegação.

17. (FGV - 2022 - TCU - AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO)

Em razão de um acontecimento de grande potencial lesivo para o ambiente coletivo, de origem natural, que comprometeu gravemente a capacidade de resposta dos serviços públicos essenciais, o presidente da República debateu com os seus interlocutores mais próximos a possibilidade de ser decretado estado de calamidade pública de âmbito nacional. Na ocasião, foi afirmado por alguns interlocutores que a decretação (1) é de competência do Congresso Nacional e, especificamente em relação ao atendimento das necessidades decorrentes dos acontecimentos, permitiria (2) a adoção de processo simplificado de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial; (3) o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado; e (4) a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital.

À luz da sistemática constitucional, estão corretas:

(A) apenas a informação 1;

(B) apenas as informações 2 e 3;

(C) apenas as informações 3 e 4;

(D) apenas as informações 1, 2 e 4;

(E) as informações 1, 2, 3 e 4.

18. (FGV - 2022 - CGU - AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE - AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO)

João, deputado federal, solicitou que sua assessoria analisasse quais são os órgãos competentes, de acordo com a ordem constitucional, para praticar dois atos:

1. a extinção total das consequências de determinados crimes;

2. o perdão da pena imposta aos condenados por certos crimes, que tenham cumprido parte dela e preencham os demais requisitos exigidos.

A assessoria respondeu, corretamente, que o ato 1 é de competência do:

(A) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, o mesmo ocorrendo em relação ao ato 2, com a distinção de que este último deve ser previsto em lei de iniciativa privativa do presidente da República;

(B) presidente da República, sendo veiculado em decreto, ad referendum do Congresso Nacional, enquanto o ato 2, embora também seja veiculado em decreto, não depende de aprovação do Poder Legislativo;

(C) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, de iniciativa privativa do presidente da República, enquanto o ato 2 é de competência deste último agente, que o veiculará por meio de decreto;

(D) presidente da República, devendo ser veiculado em decreto, ad referendum do Congresso Nacional, enquanto o ato 2 é de competência deste último órgão, sendo veiculado em decreto legislativo;

(E) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, enquanto o ato 2 é de competência do presidente da República, que o veiculará por meio de decreto.

19. (FGV - 2021 - IMBEL - ADVOGADO - REAPLICAÇÃO)

O Senado Federal, Casa revisora, após aprovar o Projeto de Lei nº XX, o enviou ao Presidente da República. Ato contínuo à devida análise dos Ministérios que atuavam nas temáticas envolvidas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariava o interesse público, devendo ser vetada.

Nesse caso, o Presidente da República deve

(A) promulgar a parte incontroversa do projeto, que não foi vetada, antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.

(B) aguardar o desenvolver do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que este Poder promova a promulgação do projeto.

(C) promulgar a parte incontroversa do projeto, que não foi vetada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a diploma normativo diverso.

(D) aguardar o desenvolver do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.

(E) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, caso os respectivos preceitos estejam relacionados, por arastamento, à parte incontroversa, o que exigirá a promulgação em ato único.

20. (FGV - 2021 - TCE-AM - AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA DE MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS)

Constitui um crime de responsabilidade:

(A) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

(B) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação venha a ser decretada pelo Poder Judiciário;

(C) deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei;

(D) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela Administração Pública à entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

(E) admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade.

21. (IBFC - 2019 - CGE - RN - ANALISTA CONTÁBIL)

O Presidente da República está autorizado pela Constituição Federal a:

(A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União e do Distrito Federal

(B) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União

(C) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos

(D) dispor sobre limites globais para as operações de crédito interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal

22. (IBFC - 2019 - MGS - ADVOGADO)

A Constituição Federal determinou algumas atribuições privativas do Presidente da República que é o chefe de Estado e de Governo da República Federativa do Brasil. Acerca deste assunto, assinale a alternativa que apresenta uma atribuição privativa do Presidente da República que pode ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União:

(A) Remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias

(B) Conferir condecorações e distinções honoríficas

(C) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei

(D) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar em seus representantes diplomáticos

23. (IBFC - 2017 - TJ-PE - OFICIAL DE JUSTIÇA)

Assinale a alternativa que contempla ato de competência exclusiva do Presidente da República.

(A) Promulgar tratados internacionais de direito humanos

(B) Nomear Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, após deliberação da Câmara dos Deputados

(C) Extinguir cargos públicos em esfera Federal, Estadual e Municipal

(D) Solicitar ao Congresso Nacional, após reunião do Conselho de Defesa Nacional, que decrete o estado de defesa

(E) Delegar aos Ministros de Estado a atribuição de dispor, mediante decreto, sobre extinção de cargos públicos vagos

24. (IBFC - 2017 - TJ-PE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FUNÇÃO JUDICIÁRIA)

O Conselho de Defesa Nacional é um órgão de Estado, cuja missão é prestar consultoria ao Presidente da República em assuntos vinculados à soberania nacional e à defesa do Estado Democrático de Direito. Assinale a alternativa que apresenta informação correta sobre o Conselho de Defesa Nacional.

(A) Além dos Ministros da Justiça, da Defesa, do Planejamento e das Relações Exteriores, também participam das reuniões do Conselho de Defesa Nacional os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, bem como o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal

(B) O Conselho de Defesa Nacional detém competência exclusiva para a decretação do estado de defesa e do estado de sítio

(C) Cabe ao Conselho de Defesa Nacional pronunciarse sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas

(D) A missão do Conselho de Defesa Nacional é zelar pela segurança interna do país e probidade na administração dos recursos nacionais

(E) O Conselho de Defesa Nacional tem o dever de opinar nas hipóteses de declaração de guerra e celebração da paz

25. (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL)

Em relação às disposições da Constituição Federal, acerca do poder executivo, assinale a alternativa correta.

(A) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

(B) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos.

(C) Nas eleições presidenciais, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até quinze dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

(D) Se, decorridos vinte dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

(E) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no segundo domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

26. (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

João, hipoteticamente, foi eleito presidente do Brasil e tomou posse em 01/01/2021. Ao assumir seu mandato, João estava muito ansioso por dar início ao seu

governo, então perguntou aos seus assessores quais eram os cargos que lhe incumbiam nomear, por determinação constitucional. Em resposta, João recebeu uma lista da sua assessoria. Assinale a alternativa que apresenta cargos que, dentre outros, segundo o artigo 84 da Constituição Federal, competem privativamente ao Presidente da República nomear.

(A) Os Ministros do Estado; o Advogado-Geral da União; observado o disposto na Constituição Federal, os Ministros do Tribunal de Contas dos Estados Federativos.

(B) os membros do Conselho da República; após aprovação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o presidente e os diretores do Banco do Brasil.

(C) O Advogado-Geral da União; os magistrados, nos casos previstos na Constituição Federal; observado o disposto no artigo 73 da Constituição Federal, os Ministros do Tribunal de Contas da União.

(D) os membros do Conselho de Defesa Nacional; após aprovação do Senado Federal, os Governadores de Territórios.

(E) Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; o presidente do Senado Federal; após aprovação pelo Senado Federal, o Procurador Geral da República.

27. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO-LEGAL)

Dentre outras, é/são atribuição(ões) privativa(s) do Presidente da República, segundo as disposições constitucionais,

(A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

(B) requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

(C) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.

(D) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

(E) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

28. (VUNESP - 2021 - PREFEITURA DE SANTOS - SP - PROCURADOR)

Compete ao Conselho da República

(A) opinar sobre as hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos da Constituição.

(B) pronunciar-se sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

(C) estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional.

(D) propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional.

(E) opinar sobre o uso, a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo, especialmente na faixa de fronteira.

29. (VUNESP - 2021 - PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA - SP - PROCURADOR MUNICIPAL)

O Presidente da República, na condição de Chefe de Estado, tem atribuições relevantes no plano das relações internacionais. Assim, é correto afirmar que, na celebração de tratados e convenções internacionais,

(A) independentemente da situação própria das convenções nacionais de trabalho, ou de alguma obrigação imposta pelo próprio tratado em causa, o Chefe de Governo pode mandar arquivar, desde logo, o produto aprovado pelo Congresso Nacional.

(B) a vontade nacional afirmativa, quanto à assunção desses compromissos externos, é de atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo.

(C) o Presidente da República, após o abono do Congresso Nacional, deverá dar curso ao processo determinante do consentimento, não havendo liberdade para estudos aprofundados complementares.

(D) a vontade individualizada dos Poderes Executivo e Legislativo é necessária, porém insuficiente para a aprovação, que repousa sobre a vontade conjugada dos dois poderes políticos.

(E) o Presidente da República confere os necessários efeitos básicos a esses documentos, a exemplo da promulgação e do comando para executoriedade no território nacional, por meio de decreto, resolução ou medida provisória.

30. (VUNESP - 2021 - PREFEITURA DE GUARUJÁ - SP - PROCURADOR JURÍDICO)

Assinale a alternativa correta a respeito do veto do Chefe do Poder Executivo.

(A) Dentro de quarenta e oito horas, deve o Presidente do Senado Federal ser comunicado dos motivos do veto.

(B) O prazo do veto presidencial é de quinze dias corridos, contados da data do seu recebimento.

(C) O veto parcial somente abrangerá texto de artigo, de parágrafo, de inciso ou de palavra.

(D) O veto será apreciado em sessão conjunta do Congresso, dentro de quinze dias a contar de seu recebimento.

(E) Se o veto não for mantido, será o projeto imediatamente enviado, para promulgação, ao Presidente do Senado Federal.

GABARITO

1	C
2	C
3	D
4	B
5	D
6	A
7	E
8	C
9	A
10	E
11	E
12	D
13	A
14	B
15	A
16	E
17	D
18	E
19	A
20	C
21	C
22	C
23	E
24	E
25	A
26	C
27	E
28	B
29	D
30	A

PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO

1.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CRF AP)/2021)

O Brasil adotou a clássica teoria da tripartição das funções do Estado, sendo essas funções divididas entre Poderes devidamente organizados, independentes e harmônicos entre si. No que se refere ao Estado brasileiro e a seus Poderes estruturais, julgue o item.

Integram o Poder Judiciário os juízes de direito, os tribunais regionais, os tribunais superiores e o Ministério Público.

- () CERTO
() ERRADO

2.(FCC - ADVOGADO LEGISLATIVO (ALAP)/ATIVIDADE DE SERVIÇOS JURÍDICOS/PROCURADOR/2020)

- Não é órgão do Poder Judiciário o
(A) Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
(B) Conselho Nacional de Justiça.
(C) Tribunal Militar instituído por lei.
(D) Superior Tribunal Militar.
(E) Tribunal Regional Eleitoral.

3.(INSTITUTO AOCF - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC ES)/2019)

Quanto ao Poder Judiciário, a Constituição da República Federativa do Brasil prevê que

- (A) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, porém não é assegurada autonomia financeira.
(B) o Estatuto da Magistratura trata-se de Lei Ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
(C) são, dentre outros, órgãos do Poder Judiciário: o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares.

(D) o quinto constitucional é a norma que prevê que um quinto dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios será composto por membros oriundos do Poder Executivo.

(E) o Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela Câmara de Deputados.

4.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA (PGE PE)/CALCULISTA/2019 (E MAIS 3 CONCURSOS)

Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, os tribunais militares, o Tribunal Superior do Trabalho e os juízes eleitorais.

- () CERTO
() ERRADO

5.(FGV - TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE RJ)/SERVIÇO SOCIAL/2019)

Compõem o Sistema de Justiça no Brasil:

- (A) Ministério Público, Promotoria e Defensoria Pública;
(B) Tribunal de Justiça, Varas Especiais e Código Penal;
(C) Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública;
(D) Código Penal, Defensoria Pública e Promotoria;
(E) Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República e Ministério Público.

6.(FCC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ MA)/2019)

Considere os seguintes órgãos:

- I. Conselho Nacional de Justiça.
II. Tribunais Militares.
III. Ministério Público.
IV. Advocacia-Geral da União.
V. Tribunais Eleitorais.

Nos termos da Constituição Federal, integram o Poder Judiciário APENAS os referidos em

- (A) II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e V.

7.(FCC - ASSISTENTE TÉCNICO DE DEFENSORIA (DPE AM)/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019)

São considerados pela Constituição Federal vigente órgãos do Poder Judiciário, dentre outros:

- (A) o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais e Juízes Desportivos e os Tribunais e Juízes Federais.
- (B) o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais e Juízes de Paz.
- (C) os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes de Paz, os Tribunais e Juízes dos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Eleitorais e os Tribunais e Juízes Militares.
- (E) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Federais e os Tribunais e Juízes Desportivos.

8.(IBFC - PROCURADOR MUNICIPAL (PREF C STO AGOSTINHO)/2019)

A Constituição Federal determina que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) É órgão do Poder Judiciário o Tribunal de Contas da União
- (B) É órgão do Poder Judiciário a Ordem dos Advogados do Brasil
- (C) É órgão do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça
- (D) É órgão do Poder Judiciário o Conselho Superior de Magistratura

9.(SEAP - ESTAGIÁRIO (TJ MG)/DIREITO/2018)

São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- (A) O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Os Tribunais e Juízes do Trabalho e os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- (C) Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (D) Os Tribunais de Contas da União e os Tribunais Arbitrais.

10.(FCC - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DE TRANSPORTE (ARTESP)"/SEM ÁREA"/2017)

Trata-se de função típica do Poder Judiciário

- (A) a jurisdicional.
- (B) a edição de normas regimentais.
- (C) a concessão de férias aos seus membros e serventuários.
- (D) promover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira.
- (E) a edição de portarias e decretos.

11.(CONSULPLAN - OFICIAL JUDICIÁRIO (TJ MG)/COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE/2017)

São órgãos do poder judiciário, EXCETO:

- (A) O Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Os tribunais e juízes militares.
- (C) Os tribunais de contas.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça.

12.(CONSULPLAN - OFICIAL JUDICIÁRIO (TJ MG)/COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE/2017)

São órgãos do poder judiciário mineiro, EXCETO:

- (A) Juízes de Direito.
- (B) Juizados Especiais.
- (C) Tribunais do Júri.
- (D) Tribunais de Alçada.

13.(IBADE - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL (PC AC)/2017 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente nos crimes comuns os Ministros de Estado.
- (B) A vitaliciedade, nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício da atividade.
- (C) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples dos membros do tribunal ao qual ele está alocado.
- (D) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce contrato externo sobre ele.
- (E) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado.

14.(QUADRIX - FISCAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO (PROCON GO)/2017)

No que se refere ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal é a corte constitucional brasileira, formada por onze ministros nomeados pelo presidente da República, e tem como função o controle de constitucionalidade das leis.
- (B) A organização da justiça estadual é de responsabilidade concomitante da União, dos estados-membros e dos municípios, observados os princípios estabelecidos na CF.
- (C) O Poder Judiciário, assim como os demais Poderes, possui funções típicas e atípicas e, por sua finalidade, é um poder que se subdivide em 27 esferas para atender as demandas de todo o Brasil.
- (D) São órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os tribunais e juízes do trabalho e o Ministério Público.
- (E) Compete ao Superior Tribunal Federal processar e julgar mandados de segurança e habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais regionais do trabalho.

15.(CONSULPLAN - ESTAGIÁRIO (TJ MG)/DIREITO/2016)

São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- (A) Os Tribunais e Juízes Militares.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça.
- (C) Os Tribunais da Justiça Desportiva.
- (D) Os Tribunais de Justiça dos Estados.

16.(FCC - ANALISTA EM RECURSOS HUMANOS (ALMS)/2016 (E MAIS 11 CONCURSOS))

Bernardo é ministro do Supremo Tribunal Federal; Fátima é ministra do Tribunal Superior do Trabalho e Cícero é membro do Conselho Nacional de Justiça. É correto afirmar que

- (A) Bernardo e Fátima trabalham em órgãos do Poder Judiciário e Cícero em órgão do Poder Legislativo.
- (B) Bernardo, Fátima e Cícero trabalham em órgãos do Poder Judiciário.
- (C) Fátima e Bernardo trabalham em órgãos do Poder Judiciário e Cícero em órgão do Poder Executivo.
- (D) Bernardo trabalha em órgão do Poder Judiciário e Fátima e Cícero em órgãos do Poder Executivo.
- (E) Bernardo trabalha em órgão do Poder Executivo e Fátima e Cícero em órgãos do Poder Legislativo.

17.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRT 9ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA/2015 (E MAIS 1 CONCURSO))

Considere:

- I. Supremo Tribunal Federal.
- II. Conselho Nacional de Justiça.
- III. Tribunais Militares.
- IV. Tribunais de Contas.

Nos termos da Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário o constante em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

18.(FGV - TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE RJ)/ADMINISTRAÇÃO/2014 (E MAIS 15 CONCURSOS) FGV - TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE RJ)/ADMINISTRAÇÃO/2014 (E MAIS 15 CONCURSOS))

De acordo com a Constituição da República, são órgãos do Poder Judiciário, dentre outros,

- (A) os Juízos, as Promotorias de Justiça e a Defensoria Pública.
- (B) os Tribunais, o Ministério Público e as Procuradorias Municipais, Estaduais e Federais.
- (C) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais e Juízos do Trabalho.
- (E) os Tribunais e a Defensoria Pública (da União e dos Estados).

19.(CONSULPLAN - ESTAGIÁRIO (TJ MG)/DIREITO/2014)

As decisões tomadas em primeira e segunda instâncias podem ser revistas pelos tribunais considerados da "terceira instância", apesar de esse grau de hierarquia não existir formalmente no Poder Judiciário, por meio de recurso. NÃO representa um Tribunal desta categoria:

- (A) STF.
- (B) TSE.
- (C) TRF.
- (D) STM.

20.(VUNESP - ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ SP)"/"CAPITAL E GRANDE SP"/2014)

Dentre os órgãos do Poder Judiciário, pode(m)-se citar:

- (A) os Tribunais e Juízes Militares.
- (B) o Conselho de Defesa Nacional.
- (C) o Tribunal de Contas da União.
- (D) o Ministério Público.
- (E) o Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

21.(IAUPE - OFICIAL (PM PE)/CADETE (CFO)/2014)

É(São) órgão(s) do Poder Judiciário

- I. o Tribunal de Contas da União.
- II. o Conselho Nacional de Justiça.
- III. os Tribunais e Juízes Eleitorais.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Somente a afirmativa III está correta.
- (B) Somente a afirmativa I está incorreta.
- (C) Somente as afirmativas I e III estão incorretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão incorretas.

22.(QUADRIX - OFICIAL DE ATIVIDADES DA SECRETARIA (CM UNAÍ)/2014)

Não é órgão do Poder Judiciário:

- (A) Ministério Público.
- (B) Conselho Nacional de Justiça.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunais militares.
- (E) Juízes eleitorais.

23.(VUNESP - ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ SP)"/"INTERIOR"/2013)

Segundo a Constituição Federal, é(são) órgão(s) do Poder Judiciário:

- (A) o Tribunal de Contas da União.
- (B) o Ministério da Justiça.
- (C) o Superior Tribunal Federal.
- (D) o Conselho Superior de Justiça.
- (E) os Tribunais e os Juízes do Trabalho.

24.(CEBRASPE (CESPE) - ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL/CLÍNICA GERAL/2013 (E MAIS 8 CONCURSOS)

A propósito do Poder Judiciário, julgue o próximo item.

Apesar de competir ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, o texto constitucional não reconhece esse órgão como integrante do Poder Judiciário.

- () CERTO
- () ERRADO

25.(FGV - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ AM)/ADMINISTRAÇÃO/2013)

Com relação à lista dos órgãos que compõem o Poder Judiciário, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça.
- () Tribunais Federais e juízes federais, Tribunais Eleitorais e juízes eleitorais, Tribunais do Trabalho e juízes do trabalho.
- () Tribunais Militares e juízes militares, Tribunais Municipais e Juízes Distritais do Distrito Federal e dos territórios.

As afirmativas são respectivamente:

- (A) V, V e F
- (B) V, F e F
- (C) F, F e V
- (D) V, V e V
- (E) F, V e V

26.(CEBRASPE (CESPE) - AGENTE ADMINISTRATIVO (TCE-RO)/2013)

Considerando o disposto na CF a respeito do Ministério Público e da magistratura, julgue o item subsequente.

O Conselho Nacional de Justiça e o TCU são órgãos internos do Poder Judiciário, porém não possuem jurisdição, sendo apenas órgãos administrativos de fiscalização externa dos demais órgãos.

- () CERTO
- () ERRADO

27.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO ADMINISTRATIVO (ANTT)/2013 (E MAIS 1 CONCURSO)

Julgue o item subsequente, relativo ao Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Poder Judiciário.

- () CERTO
- () ERRADO

28.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRF 4ª REGIÃO)/ APOIO ESPECIALIZADO/ARQUIVOLOGIA/2012 (E MAIS 3 CONCURSOS)

São órgãos do Poder Judiciário, conforme estabelece a Constituição Federal,

- (A) o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e os Tribunais Eleitorais.
- (B) os Tribunais Regionais Federais, o Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Supremo Tribunal Federal, o Ministério da Justiça e os Tribunais Regionais Federais.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Militares.
- (E) os Tribunais do Trabalho, os juizados de paz e o Ministério da Justiça.

29.(COM. EXAM. (TRT 23) - JUIZ DO TRABALHO (TRT 23ª REGIÃO)/2012/XIX)

Com base nas disposições do texto constitucional a respeito do Poder Judiciário analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I - São órgãos do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

II - É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou alternadas em lista de merecimento.

III - Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

IV - O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser inferior a dez por cento, nem exceder a noventa por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores.

V - As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria de dois terços de seus membros.

(A) Apenas as proposições I e III estão corretas e as demais estão incorretas.

(B) Apenas as proposições I e V estão corretas e as demais estão incorretas.

(C) Apenas as proposições I, III e V estão corretas e as demais incorretas.

(D) Apenas a proposição I está correta e as demais estão incorretas.

(E) Todas as proposições estão corretas.

30.(VUNESP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ SP)/"INTERIOR"/2011)

Assinale a alternativa que contempla somente órgãos integrantes do Poder Judiciário.

(A) Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Tribunais e Juízes Militares.

(B) Superior Tribunal de Justiça; Defensoria Pública; Tribunais e Juízes do Trabalho.

(C) Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público dos Estados; Conselho Nacional de Justiça.

(D) Procuradoria Geral do Estado; Tribunais e Juízes Militares; Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios.

(E) Tribunais e Juízes do Trabalho; Tribunais e Juízes Militares; Conselho Nacional do Ministério Público.

PROCESSO LEGISLATIVO

PROCESSO LEGISLATIVO

1.(SELECON - ANALISTA (PREF SÃO GONÇALO)/PROCESSUAL/2022)

Fernando Gibbs é servidor do Tribunal de Contas da União e atua na equipe que analisa as contas das autoridades do Executivo. Nos termos da Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante:

- (A) análise aprofundada
- (B) encontro de cálculos
- (C) decisão fundamentada
- (D) parecer prévio

2.(VUNESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (ALESP)"/SEM ÁREA"/2022)

O processo legislativo, conforme previsto no texto constitucional, compreende a elaboração, dentre outras espécies normativas, de

- (A) leis suplementares.
- (B) atos institucionais.
- (C) decretos executivos.
- (D) medidas exorbitantes.
- (E) resoluções.

3.(VUNESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (ALESP)/ÁUDIO PAINEL/2022 (E MAIS 6 CONCURSOS)

O processo legislativo objetiva a criação de novo direito. Sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) o projeto de lei deve ter início na Câmara dos Deputados, salvo se resulta de iniciativa de senador ou de comissão do Senado.
- (B) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.
- (C) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Câmara Legislativa.

(D) a Câmara dos Deputados tem iniciativa privativa para apresentar projeto de lei visando dispor sobre a organização administrativa, a criação de cargos e remuneração de servidores do Tribunal de Contas da União.

(E) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Senado Federal.

4.(VUNESP - ADVOGADO (DOCAS PB)/2022)

Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta a respeito do processo legislativo.

(A) Compete ao Presidente da República a iniciativa de projeto de lei para a criação e a extinção de cargos no Tribunal de Contas da União e a remuneração dos serviços auxiliares, bem como a fixação do subsídio de seus membros.

(B) São admissíveis emendas parlamentares ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, ainda que acarretem aumento de despesas, desde que compatíveis com o plano plurianual.

(C) A iniciativa popular para deflagar o processo legislativo é restrita aos projetos de lei ordinária, não sendo permitida para dar início a projeto de lei complementar.

(D) A medida provisória aprovada, com ou sem alteração de mérito, por eventual emenda parlamentar, será enviada ao Presidente da República para promulgação.

(E) O Senado Federal, por meio de decreto legislativo, estabelecerá as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

5.(QUADRIX - TÉCNICO (CFT)/INDUSTRIAL/JÚNIOR/2021)

No que se refere à classificação das constituições, julgue o item.

A Constituição Federal de 1988 é considerada como flexível, razão pela qual ela pode ser modificada, mediante processo legislativo simples, por meio de lei complementar.

- () CERTO
() ERRADO

6.(IADES - ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALEGO)/POLICIAL LEGISLATIVO/2019)

De acordo com o direito constitucional, o processo legislativo no âmbito federal envolve a elaboração de

- (A) regimento interno de Assembleia Legislativa.
(B) Constituição estadual.
(C) decreto estadual.
(D) lei municipal.
(E) emendas à Constituição.

7.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2019/XXIX EXAME)

Em 2005, visando a conferir maior estabilidade e segurança jurídica à fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético, o Congresso Nacional decidiu discipliná-las por meio da Lei Complementar X, embora a Constituição Federal não reserve a matéria a essa espécie normativa. Posteriormente, durante o ano de 2017, com os avanços tecnológicos e científicos na área, entrou em vigor a Lei Ordinária Y prevendo novos mecanismos fiscalizatórios a par dos anteriormente estabelecidos, bem como derogando alguns artigos da Lei Complementar X.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei Ordinária Y é formalmente inconstitucional, não podendo dispor sobre matéria já tratada por Lei Complementar, em razão da superioridade hierárquica desta em relação àquela.
(B) Embora admissível a edição da Lei Ordinária Y tratando de novos mecanismos a par dos já existentes, a revogação de dispositivos da Lei Complementar X exigiria idêntica espécie normativa.
(C) A Lei Complementar X está inquinada de vício formal, já que a edição dessa espécie normativa encontra-se vinculada às hipóteses taxativamente elencadas pela Constituição Federal de 1988.
(D) A Lei Complementar X, por tratar de matéria a respeito da qual não se exige a referida espécie normativa, pode vir a ser revogada por Lei Ordinária posterior que verse sobre a mesma temática.

8.(IBADE - AGENTE DE DEFESA CIVIL (PREF JARU)/2019)

O Poder Legislativo é conhecido pela produção de leis, porém ele também cria diversas outras normas que passam a fazer parte do ordenamento jurídico. De acordo com a Constituição Federal, o processo legislativo compreende a elaboração, entre outros, de:

- (A) leis internacionais.
(B) emendas à Constituição.
(C) decretos presidenciais.
(D) resoluções do Tribunal de Justiça.
(E) pareceres administrativos.

9.(CONSULPLAN - COORDENADOR DO PROCESSO LEGISLATIVO (CM BH)/2018)

O processo legislativo guarda relação com o processo judicial, em especial, no que se refere a princípios aplicáveis a ambos, do qual é exemplo:

- (A) Imparcialidade.
(B) Devido processo legal.
(C) Duplo grau de jurisdição.
(D) Ampla defesa e contraditório.

10.(FUNDEP - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE MG)/2018/LVI)

São espécies normativas previstas no artigo 59 da CR/88:

- (A) leis ordinárias, leis delegadas, decretos.
(B) decretos legislativos, portarias, emendas à Constituição.
(C) resoluções, decretos-leis, decretos legislativos.
(D) medidas provisórias, leis complementares, resoluções.

11.(FCC - PROCURADOR LEGISLATIVO (CL DF)/2018)

(...) podemos perfeitamente dizer que o regimento interno está para o processo legislativo assim como o Código de Processo Civil está para o processo judicial. Por conseguinte, assim como, no processo judicial, não pode o juiz diminuir o prazo dilatatório a cargo das partes, salvo por consentimento delas, não pode o relator das matérias e/ou presidente da Casa, simplesmente, determinar outros prazos fora das expressas exceções regimentais, apenas porque a maioria parlamentar assim o quer ou deseje.

(TAVARES, Sebastião G.M. Controle Jurisdicional

Preventivo da Lei. O devido processo legislativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 89)

Com base no trecho transcrito, é correto afirmar:

- (A) A comparação entre processo legislativo e processo judicial é indevida por conta do princípio da separação dos poderes e dos escopos que logram alcançar.

(B) Assim como no processo judicial, as nulidades absolutas ou relativas no processo legislativo devem ser reconhecidas pelo relator das matérias e/ou presidente da Casa legislativa mediante provocação e não de ofício.

(C) As autoridades responsáveis pela condução de determinados processos estatais devem se submeter aos preceitos legais e constitucionais que os regem.

(D) Os relatores das matérias e/ou presidente da Casa legislativa devem se submeter ao regimento parlamentar, mas, por força do princípio democrático, a vontade da maioria deve prevalecer; já no caso do Juiz, que atua de forma contramajoritária, deve prevalecer o Código de Processo Civil.

(E) Os juízes e parlamentares relatores de projetos submetem-se às normas inferiores, códigos ou regimentos, mesmo que afrontarem formal ou materialmente a Constituição Federal, cabendo representá-las.

12.(IBFC - CONSULTOR LEGISLATIVO (CM ARARAQUARA)/2018)

Processo legislativo é o conjunto de exigências e procedimentos para a elaboração das leis. No Brasil, embora o Executivo e o Judiciário também possam, excepcionalmente, redigir leis, a palavra final cabe sempre ao Congresso Nacional, sede federal do Legislativo, estando suas principais normas descritas na Seção VIII, Título IV da Constituição Federal. Nela, mencionam-se _____ tipos de legislação.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- (A) Cinco
- (B) Seis
- (C) Sete
- (D) Nove
- (E) Onze

13.(IBADE - TÉCNICO (CM PORTO VELHO)/LEGISLATIVO/2018)

Entende-se por processo legislativo o instrumento por meio do qual o Estado cria o Direito, elaborando normas jurídicas. O Art. 59 da CF/88 nomeia as espécies normativas. Assinale a alternativa INCORRETA em relação a estas espécies.

- (A) A Emenda à Constituição.
- (B) Medida Provisória.
- (C) Lei Ordinária.
- (D) Resolução.
- (E) Portaria Legal.

14.(FCC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE (ARTESP)/DIREITO/III/2017)

Dentre as espécies normativas passíveis de serem manejadas no ordenamento jurídico brasileiro estão a lei ordinária e a lei complementar. Como semelhança ou distinção, dentre outras, pode-se mencionar:

(A) Assemelham-se em razão da necessidade de tramitação pelo Legislativo competente em dois turnos, exigindo-se quórum de maioria simples, para posterior submissão à sanção.

(B) Distinguem-se em razão das matérias que devem ser objeto de cada uma dessas espécies normativas, sendo portanto, critério material, não havendo hierarquia entre os atos normativos.

(C) A necessidade de quórum qualificado de aprovação mais rígido para a lei ordinária, em razão de sua tramitação mais ágil, exigindo-se menos horas de debate na fase de deliberação.

(D) A necessidade de quórum diferenciado para aprovação da lei complementar, exigido apenas a depender da iniciativa dessa espécie normativa.

(E) São semelhantes porque o processo de tramitação legislativo observa exatamente as mesmas formalidades, à exceção da sanção, que demanda ato complexo entre Presidência da Câmara do Legislativo e Chefe do Executivo no caso da lei complementar.

15.(IBFC - TÉCNICO SUPERIOR PROFISSIONAL (MGS)/SERVIÇOS JURÍDICOS/2016)

Considere as normas constitucionais sobre o exercício do poder Constituinte Derivado e assinale a alternativa correta:

(A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

(B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

(C) A Constituição poderá ser emenda na vigência de intervenção federal.

(D) A emenda à Constituição será promulgada exclusivamente pelo Senado Federal, com o respeito número de ordem.

16.(INSTITUTO AOCP - ANALISTA LEGISLATIVO (CM RIO BRANCO)/REDAÇÃO E REVISÃO/2016)

As leis destinam-se a disciplinar uma variedade imensa de situações. Daí parecer recomendável que o legislador redija as leis dentro de um espírito de sistema, tendo em vista não só a coerência e harmonia interna de suas disposições, mas também a sua adequada inserção no sistema jurídico como um todo.

Sobre a sistemática da lei, especificamente sobre a sistemática interna, assinale a alternativa correta.

- (A) A existência de um sistema interno deve, sempre que possível, evitar a configuração de contradições lógicas, teleológicas, ou valorativas. Tem-se uma contradição valorativa se, v. g., a conduta autorizada pela norma “A” é proibida pela norma “B”.
- (B) A existência de um sistema interno deve, sempre que possível, evitar a configuração de contradições lógicas, teleológicas, ou valorativas. Tem-se uma contradição lógica se, v. g., a conduta autorizada pela norma “A” é proibida pela norma “B”.
- (C) Constata-se uma contradição lógica se há uma contradição entre os objetivos perseguidos por disposições diversas, de modo que a observância de um preceito importa a nulificação dos objetivos visados pela outra.
- (D) Verifica-se uma contradição valorativa caso não se identifiquem incongruências de conteúdo axiológico dentro do sistema. É o que resulta v. g., da consagração de normas discriminatórias dentro de um sistema que estabelece a igualdade como princípio basilar.
- (E) Constata-se uma contradição teleológica caso se identifiquem incongruências de conteúdo axiológico dentro do sistema. É o que resulta v. g., da consagração de normas discriminatórias dentro de um sistema que estabelece a igualdade como princípio basilar.

17.(VUNESP - ASSISTENTE JURÍDICO (PREF SUZANO)/2016)

São, entre outras, espécies normativas previstas na Constituição Federal:

- (A) lei delegada, resolução, decreto-lei e lei ordinária.
- (B) lei complementar, lei ordinária, portaria interministerial e medida provisória.
- (C) lei ordinária, deliberação-legislativa, lei complementar e decreto-legislativo.
- (D) medida provisória, lei ordinária, resolução e decreto-legislativo.
- (E) decreto-legislativo, lei delegada, decreto-lei e lei ordinária.

18.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE CONTAS UNIÃO/2015)

Considere os seguintes temas: (a) elaboração, redação, alteração e consolidação das leis; (b) criação e extinção de órgãos da administração pública; (c) extinção de cargos públicos vagos; (d) delegação de matéria legislativa ao presidente da República. A partir da disci-

plina constante da CF, assinale a opção que apresenta as respectivas fontes normativas adequadas para disciplinar cada um dos temas considerados.

- (A) lei complementar / lei em sentido formal / medida provisória / resolução
- (B) regimento interno das casas do Poder Legislativo / decreto autônomo presidencial / lei oriunda de projeto de iniciativa presidencial / decreto legislativo
- (C) lei complementar / lei oriunda de projeto de iniciativa presidencial / decreto autônomo presidencial / resolução do Congresso Nacional
- (D) regimento interno das casas do Poder Legislativo / lei oriunda de projeto de iniciativa parlamentar / decreto regulamentar presidencial / decreto legislativo
- (E) emenda constitucional / decreto autônomo presidencial / lei em sentido formal / lei delegada

19.(FGV - ANALISTA DA PROCURADORIA (PGE RO)/PROCESSUAL/2015)

Considerando que tanto o Estado como o Município possuem padrões normativos de hierarquia superior, inseridos na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal, a única proposição que se mostra harmônica com a Constituição da República Federativa do Brasil é:

- (A) a Constituição Estadual não pode dispor sobre matérias próprias do processo legislativo ordinário, em que prevalece a colaboração entre as funções estatais;
- (B) a Constituição Estadual pode estabelecer padrões de uniformização em relação à disciplina de certas matérias de competência legislativa municipal;
- (C) a Constituição Estadual pode criar novas hipóteses de controle, pelo Poder Legislativo, das atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo;
- (D) as normas básicas do processo legislativo, disciplinado na Constituição da República, não são de observância obrigatória pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal;
- (E) a Constituição Estadual pode dispor sobre a convocação do Presidente do Tribunal de Justiça para prestar esclarecimentos à Assembleia Legislativa.

20.(FUNIVERSA - DELEGADO DE POLÍCIA (PC DF)/2015)

No que se refere a processo legislativo, assinale a alternativa correta segundo previsão da CF.

- (A) As leis delegadas podem tratar de matérias reservadas à lei complementar.
- (B) Um projeto de lei que tratava da matéria X foi rejeitado. Nesse caso, essa mesma matéria X pode ser objeto de outro projeto de lei na mesma sessão legislativa, desde que proposta pela maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

(C) Suponha-se que um senador tenha proposto projeto de lei, dispondo acerca da criação de uma nova taxa. Nesse caso, esse projeto será inconstitucional, visto que compete privativamente ao presidente da República a iniciativa de propor projeto de lei que disponha acerca de matéria tributária.

(D) Suponha-se que o presidente da República encaminhe ao Congresso Nacional medida provisória que trate da chamada “reforma eleitoral”, dispondo a respeito de direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral. Nesse caso, não haverá qualquer obstáculo constitucional à conversão dessa medida provisória em lei.

(E) As medidas provisórias terão início na Câmara dos Deputados ou no Senado, devendo a outra casa funcionar como revisora.

21.(CRS (PM MG) - SOLDADO (PM MG)/QUADRO DE PRAÇAS/“INTERIOR”/2015/CFSD QPPM 2016)

Marque a alternativa CORRETA. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o processo legislativo compreende a elaboração de:

(A) I - emendas à Constituição; II - leis disciplinares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas protetivas; VI - decretos do executivo; VII - resoluções.

(B) I - emendas à Constituição; II - leis severas; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V – atos provisórios; VI - decretos legislativos; VII – instruções normativas.

(C) I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções.

(D) I – Atos de emendas; II - leis complementares; III - leis benéficas; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias e regulamentares; VI - decretos legislativos; VII - resoluções.

22.(IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014)

Segundo a Constituição Federal, no capítulo “Do Poder Legislativo”, o processo legislativo NÃO compreende a elaboração de:

(A) Medidas provisórias.

(B) Leis delegadas

(C) Emendas à Constituição

(D) Decretos regulamentadores.

23.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR FEDERAL/2013)

Relativamente ao princípio da reserva legal e ao princípio da legalidade, julgue o item subsequente.

Segundo o princípio da reserva legal, todas as pessoas, órgãos e entidades sujeitam-se às diversas espécies legislativas descritas na CF.

() CERTO

() ERRADO

24.(VUNESP - ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO (CMSC)/2013)

No que diz respeito ao procedimento para alteração de leis, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, assinale a alternativa correta.

(A) É possível o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, ou declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

(B) É vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo.

(C) É vedada a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, exceto quando houver revogação.

(D) É possível o aproveitamento do número de dispositivo revogado, devendo a lei alterada manter sua indicação, seguida da expressão “revogado”.

(E) É vedada a fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico, homogeneizando a terminologia do texto.

25.(FUMARC - OFICIAL JUDICIÁRIO (TJM MG)/OFICIAL JUDICIÁRIO/2013 (E MAIS 3 CONCURSOS)

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o processo legislativo compreende a elaboração de Emendas à Constituição, Leis Complementares,

(A) Leis Ordinárias, Medidas Provisórias e Estatutos.

(B) Códigos de Leis, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias e Decretos-leis.

(C) Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos e Portarias.

(D) Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos e Resoluções.

26.(QUADRIX - ADI (ABDI)/NÍVEL SUPERIOR SÊNIOR/JURÍDICO/2013)

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal de 1988.

A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo _____, do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por Estados, com não menos de _____ por cento dos eleitores de cada um deles.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente o texto §2º do artigo 61 da Constituição Federa 1, acima transcrito:

- (A) Um por cento; cinco; três décimos
- (B) Dois por cento; cinco; três décimos
- (C) Dois por cento; três; dois décimos
- (D) Dez por cento; três; três décimos
- (E) Dez por cento; cinco; dois décimos

27.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO (MS)/PGPE 1/2013)

No que tange ao estatuto constitucional do Poder Legislativo, julgue o item seguinte.

O processo legislativo compreende a elaboração, entre outros atos normativos, das leis delegadas, das resoluções e das medidas provisórias.

- () CERTO
- () ERRADO

28.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA LEGISLATIVO (CAM DEP)/ARQUITETO/2012 (E MAIS 6 CONCURSOS)

Considerando as disposições constitucionais relativas ao processo legislativo, julgue o item subsequente.

O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias. Os decretos legislativos e as resoluções – que tratam de matérias de competência privativa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados – são considerados atos internos do Poder Legislativo, que não necessitam de sanção presidencial e, portanto, não compõem o processo legislativo.

- () CERTO
- () ERRADO

29.(CEBRASPE (CESPE) - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE PI)/2012)

Assinale a opção correta com referência a processo legislativo, controle de constitucionalidade, direitos e garantias fundamentais e funções essenciais da justiça.

(A) Entre os chamados princípios constitucionais sensíveis incluem-se o da função social da propriedade e o da livre iniciativa.

(B) Medida provisória que seja rejeitada ou perca sua eficácia por decurso de prazo não poderá ser reeditada na mesma legislatura.

(C) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando, contudo, à eleição que ocorra no prazo de até um ano da data de sua vigência.

(D) A CF prevê, entre as garantias dos membros do MP, a estabilidade após três anos de efetivo exercício.

(E) A proposta de emenda constitucional será aprovada, após votação em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional, se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros em cada votação, ficando a casa legislativa na qual tenha sido concluída a votação encarregada de enviar o projeto de emenda ao presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

30.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO EM REGULAÇÃO DA ATIVIDADE CINEMATOGRAFICA E AUDIOVISUAL/2012)

No que concerne a princípios constitucionais, intervenção federal e processo legislativo, julgue o seguinte item.

O processo legislativo é o conjunto de atos destinados à formação das espécies normativas primárias.

- () CERTO
- () ERRADO

GABARITO

1	D
2	E
3	A
4	B
5	ERRADO
6	E
7	D
8	B
9	B
10	D
11	C
12	C
13	E
14	B
15	B
16	B
17	D
18	C
19	A
20	B
21	C
22	D
23	ERRADO
24	B
25	D
26	A
27	CERTO
28	ERRADO
29	C
30	CERTO

ANOTAÇÕES

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RO - OFICIAL DE DILIGÊNCIA)

Acerca do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- (A) O MP é uma instituição única, embora tenha divisões funcionais.
- (B) A hierarquia no MP é funcional.
- (C) É permitida aos membros do MP a filiação partidária.
- (D) É permitido aos membros do MP em disponibilidade exercer outra função pública além do magistério.
- (E) No desempenho de suas funções, o MP está subordinado ao Supremo Tribunal Federal.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO)

No que se refere às funções essenciais à justiça, é correto afirmar que a advocacia pública caracteriza-se por

- (A) prestar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- (B) auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.
- (C) buscar a realização dos interesses da sociedade.
- (D) ser inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- (E) ser essencial à função jurisdicional do Estado e promover gratuitamente a orientação jurídica e a defesa dos necessitados.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - PROCURADOR DO ESTADO)

Com base na Constituição Federal (CF) e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que se refere às funções essenciais à justiça.

- (A) A Advocacia-Geral da União é instituição que representa judicial e extrajudicialmente a União e as empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
- (B) É inconstitucional emenda à Constituição estadual que trate de normas gerais para a organização do Ministério Público, bem como de atribuições de seus órgãos e membros.

(C) É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos procuradores dos estados, sendo o entendimento do STF pacífico no sentido de que esses não se sujeitam ao limite remuneratório previsto na CF, por se tratar de verba indenizatória.

(D) A jurisprudência pacífica do STJ entende que os defensores públicos necessitam de inscrição na OAB para exercerem suas atribuições, salvo aqueles que ingressaram antes da Constituição Federal de 1988.

(E) As procuradorias de estado têm autonomia administrativa e financeira.

4. (CESPE - 2019 - TJ-BA - CONCILIADOR)

No que se refere à Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- (A) Aos defensores é assegurado o exercício da advocacia, desde que não seja contra o Estado.
- (B) Os servidores da Defensoria Pública são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- (C) A Defensoria Pública é instituição permanente para a defesa de todos e do Estado, em todos os graus de jurisdição.
- (D) Independência funcional, vitaliciedade e inamovibilidade são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (E) A proposta orçamentária das defensorias públicas estaduais é de iniciativa dos governadores de estado.

5. (CESGRANRIO - 2008 - TJ-RO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO TÉCNICO)

O Ministério Público da União NÃO abrange o Ministério Público

- (A) Federal.
- (B) Eleitoral.
- (C) Militar.
- (D) do Trabalho.
- (E) do Distrito Federal.

6. (CESGRANRIO - 2008 - TJ-RO - OFICIAL DE JUSTIÇA)

Em relação ao Ministério Público estadual, é correto afirmar que

- (A) é permitido aos Promotores e Procuradores de Justiça exercer a advocacia privada, exceto nas causas em que o Ministério Público seja parte.
- (B) o Procurador-Geral de Justiça poderá nomear, excepcionalmente, e apenas nas comarcas onde não haja um representante do Ministério Público, um advogado para exercer as funções de Promotor de Justiça (promotor ad hoc).
- (C) os Promotores de Justiça não podem residir em outra comarca que não aquela da respectiva lotação.
- (D) os Promotores e Procuradores de Justiça podem candidatar-se a cargos políticos, devendo, para tanto, afastar-se temporariamente do cargo do Ministério Público, podendo retornar ao cargo após o término do mandato.
- (E) além dos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, assegurados expressamente pela Constituição Federal, o STF consagrou, através de sua jurisprudência, o princípio do Promotor Natural como um princípio institucional do Ministério Público.

7. (ESAF - 2016 - ANAC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL)

Acerca das Funções Essenciais à Justiça, nos termos da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) Não está sujeita a nova arguição e aprovação pelo Senado Federal a recondução, ou reconduções, do Procurador-Geral da República.
- (B) A escolha do Advogado-Geral da União é de livre nomeação do Presidente da República, o qual deve ser integrante do quadro da Advocacia-Geral da União e ter seu nome submetido à aprovação do Senado Federal.
- (C) A unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a inamovibilidade são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (D) Cabe à Procuradoria-Geral da República a representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- (E) Somente mediante prévia autorização por maioria absoluta do Senado Federal é que pode ocorrer a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República.

8. (ESAF - 2012 - PGFN - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL)

Sobre a organização constitucional da Advocacia-Geral da União, é correto afirmar que

- (A) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- (B) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- (C) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (D) o ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á, salvo no caso de reaproveitamento de advogados integrantes dos quadros funcionais de autarquias ou fundações extintas, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (E) a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa judicialmente a União perante o Supremo Tribunal Federal, salvo na matéria tributária onde esta representação cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9. (ESAF - 2006 - ANEEL - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Assinale a opção correta.

- (A) O Presidente do Supremo Tribunal Federal é a autoridade hierárquica máxima do Judiciário e do Ministério Público da União.
- (B) A ação penal pública pode ser proposta, hoje, pelo Ministério Público e pela autoridade policial.
- (C) Somente o Ministério Público pode promover a ação civil pública.
- (D) Incumbe à Justiça do Trabalho processar e julgar toda ação movida por servidor público contra a União, em que se postulem verbas de índole remuneratória.
- (E) Entre as competências do Conselho Nacional de Justiça não se inclui a de rever decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal.

10. (ESAF - 2006 - CGU - ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PROVA 2)

Sobre o Ministério Público da União, assinale a única opção correta.

(A) É garantia do membro do Ministério Público, a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.

(B) Lei complementar federal, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

(C) Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na LDO.

(D) O impedimento para o exercício da advocacia junto ao juízo ou tribunal no qual atuava, antes de decorrido três anos de seu afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração não se aplica ao membro do Ministério Público.

(E) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta das duas Casas do Congresso Nacional.

11. (ESAF - 2006 - CGU - ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - ÁREA - CORREIÇÃO - PROVA 3)

Sobre organização dos poderes e funções essenciais à Justiça, assinale a única opção correta (Justiça Federal e Ministério Público).

(A) As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária da Justiça Federal onde tiver domicílio a outra parte.

(B) Quando, por ausência de vara do juízo federal no domicílio do segurado, uma ação proposta pelo Instituto Nacional de Seguridade Social contra um segurado for processada e julgada na justiça estadual, o recurso cabível deverá ser interposto junto ao Tribunal de Justiça estadual.

(C) São princípios institucionais do Ministério Público, previstos no texto constitucional, a unidade, a indivisibilidade, a autonomia decisória e a independência funcional.

(D) O membro do Ministério Público adquire vitaliciedade após dois anos de exercício e só poderá perder o cargo por decisão transitada em julgado do Conselho Nacional do Ministério Público, assegurada a ampla defesa.

(E) É vedado ao membro do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.

12. (ESAF - 2006 - CGU - ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - ÁREA - CORREIÇÃO - PROVA 2)

Compete ao Ministério Público:

I. promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social.

II. promover a ação civil de indenização por danos morais, em favor de funcionário público ofendido no exercício da função.

III. requisitar a instauração de inquérito policial, destinado a apurar crime contra o patrimônio público.

IV. promover a ação penal, em caso de crime contra a Administração Pública.

V. promover a ação civil por ato de improbidade administrativa.

Estão corretas

(A) as afirmativas I, II, III, IV e V.

(B) apenas as afirmativas I, II, III e IV.

(C) apenas as afirmativas I, II, IV e V.

(D) apenas as afirmativas I, II, III e V.

(E) apenas as afirmativas I, III, IV e V.

13. (FCC - 2021 - DPE-SC - DEFENSOR PÚBLICO)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público

(A) elaborar relatório semestral, propondo as providências sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem do Chefe do Poder Judiciário ao Congresso Nacional.

(B) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público da União, podendo apenas recomendar providências aos Procuradores-Gerais de Justiça.

(C) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, com prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

(D) receber e conhecer das reclamações apenas contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, ou seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição.

(E) rever somente mediante provocação os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano e dia.

14. (FCC - 2021 - DPE-GO - DEFENSOR PÚBLICO)

Os sigilos bancário e fiscal, direitos individuais protegidos pela Constituição Federal, poderão ser excepcionados por decisão judicial fundamentada,

- (A) Receita Federal e Tribunal de Contas da União e Estaduais, desde que determinada pela Presidência.
- (B) Procurador da República, em caso de investigação envolvendo autoridade submetida e foro privilegiado e Receita Federal.
- (C) decisão de Comissões Parlamentares de Inquérito ou, excepcionalmente, pelo Ministério Público, em casos restritos de investigação de recursos públicos.
- (D) decisão de autoridade administrativa disciplinar e ordem do Procurador da República em caso de investigação envolvendo autoridade submetida a foro privilegiado.
- (E) decisão de Comissões Parlamentares de Inquérito e, excepcionalmente, pela autoridade fazendária em casos de evasão de divisas.

15. (FCC - 2019 - DPE-AM - ANALISTA JURÍDICO DE DEFENSORIA - CIÊNCIAS JURÍDICAS)

A Constituição Federal vigente, em Seção específica voltada à Defensoria Pública, prevê expressamente sobre

- (A) serem princípios institucionais da Instituição a unidade, a divisibilidade entre Defensorias Estaduais e da União e a independência funcional.
- (B) a inamovibilidade de seus membros, exceto aos membros da classe inicial da carreira.
- (C) a atuação judicial de forma gratuita, não mencionando a atuação extrajudicial da Defensoria Pública.
- (D) a possibilidade de exercício da advocacia fora das atribuições constitucionais, desde que não haja fins lucrativos.
- (E) a aplicação da autonomia funcional, administrativa e a iniciativa de proposta orçamentária às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

16. (FCC - 2019 - TJ-MA - ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO)

À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca das funções essenciais à justiça,

- (A) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

- (B) a atuação do Advogado-Geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade é obrigatória para se defender a presunção de constitucionalidade da norma impugnada, na qualidade de curador da lei.
- (C) o Ministério Público Federal é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- (D) é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
- (E) a Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

17. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR)

Maria e Antônia, estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito do alcance da garantia da vitaliciedade. Ao final, concluíram que essa garantia:

1. é adquirida após três anos de exercício;
2. permite que o agente ocupe o cargo até que decida dele se desligar ou venha a falecer;
3. exige sentença judicial transitada em julgado para que seja decretada a perda do cargo; e
4. assegura a permanência do agente no órgão que ocupa, salvo decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por motivo de interesse público.

À luz da sistemática constitucional, está correto apenas o que se conclui em

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 1 e 4.
- (D) 1, 2 e 3.
- (E) 2, 3 e 4.

18. (FGV - 2022 - MPE-GO - PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO)

Durante a pandemia do novo coronavírus, o Estado Alfa contratou determinada organização social (OS) para a construção e manutenção de um hospital de campanha. A Promotoria de Justiça com atribuição para tutela coletiva no local dos fatos recebeu repre-

sentação, narrando que houve direcionamento e superfaturamento na contratação da OS. Assim, o órgão de execução estadual instaurou inquérito civil e, no curso da investigação, em razão da origem da verba pública que custeou o contrato, declinou de atribuição para a Procuradoria da República local. Ao receber os autos do inquérito civil, o Parquet federal entendeu que a atribuição é do Ministério Público Estadual, pois não existe interesse da União.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, é competente para dirimir conflito de atribuição entre Ministério Público do Estado Alfa e Ministério Público Federal:

- (A) o Supremo Tribunal Federal, pois se trata de causa que envolve conflito entre a União e um Estado, havendo risco ao equilíbrio do pacto federativo;
- (B) o Procurador-Geral da República, que acumula as funções de chefe institucional do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal, além de presidir o Conselho Nacional do Ministério Público;
- (C) o Superior Tribunal de Justiça, haja vista que só existe unidade e indivisibilidade dentro de cada Ministério Público, inexistindo qualquer relação de hierarquia entre o Ministério Público Federal e os dos Estados;
- (D) o Conselho Nacional do Ministério Público, pois se deve reforçar o mandamento constitucional que lhe atribuiu o controle da legalidade das ações administrativas dos membros e órgãos dos diversos ramos ministeriais, sem ingressar ou ferir a independência funcional;
- (E) a Justiça Federal do local dos fatos, por aplicação analógica do verbete de súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe que compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

19. (FGV - 2021 - CÂMARA DE ARACAJU - SE - PROCURADOR JUDICIAL)

O procurador-geral de Justiça do Estado Alfa determinou que sua assessoria elaborasse a proposta de lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte.

A proposta assim elaborada, observados os demais trâmites internos, deve estar em harmonia com:

- (A) as orientações do Poder Executivo, que analisará a sua conveniência e submeterá ao Poder Legislativo sua versão;
- (B) a lei de diretrizes orçamentárias e ser encaminhada ao Poder Executivo, que a submeterá ao Poder Legislativo;
- (C) o regimento interno da Assembleia Legislativa, órgão para o qual deve ser encaminhada a proposta;

- (D) a lei de diretrizes orçamentárias e ser submetida diretamente ao Poder Legislativo;
- (E) as orientações do Tribunal de Contas e ser encaminhada ao Poder Legislativo.

20. (FGV - 2019 - DPE-RJ - TÉCNICO MÉDIO DE DEFENSORIA PÚBLICA)

Clara, pessoa economicamente hipossuficiente, perguntou a um parente, com formação jurídica, se poderia procurar a Defensoria Pública para obter orientações sobre como deveria proceder para vender a casa em que morava.

O referido parente informou corretamente que a Defensoria Pública:

- (A) não atenderia Clara, pois não existe uma ação judicial em curso;
- (B) somente atenderia Clara se fosse paga a taxa de consulta jurídica;
- (C) não atenderia Clara, pois a atuação no plano extrajudicial restringe-se à defesa dos direitos humanos;
- (D) atenderia Clara, pois sua atuação, de modo gratuito, estende-se ao plano judicial e ao extrajudicial;
- (E) teria liberdade para decidir se atenderia, ou não, Clara, por se tratar de atuação extrajudicial.

21. (IBFC - 2019 - MGS - ADVOGADO)

Dentre as funções essenciais à Justiça encontra-se a Advocacia Pública. Sobre o assunto, assinale a alternativa que represente corretamente a instituição da Advocacia-Geral da União:

- (A) É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados
- (B) É a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo
- (C) É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis
- (D) É a instituição que tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução

22. (IBFC - 2017 - TJ-PE - OFICIAL DE JUSTIÇA)

De acordo com o texto Constitucional, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição está coligada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis. Assinale a alternativa que não contém função precípua do Ministério Público no Estado brasileiro.

- (A) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial
- (B) Promover, privativamente, a ação penal privada, na forma da lei
- (C) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva
- (D) Exercer o controle externo da atividade de Polícia Militar
- (E) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas

23. (IBFC - 2017 - TJ-PE - ANALISTA JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA)

A Defensoria Pública é instituição essencial à Justiça. Incumbe aos membros da Defensoria da União e dos Estados atuar em prol daqueles considerados hipossuficientes. Também é função precípua da referida instituição, exceto:

- (A) Ingressar com medidas judiciais para a garantia de direitos coletivos
- (B) Prestar orientação jurídica integral e de forma gratuita
- (C) Ingressar com Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal
- (D) Promover a defesa dos direitos humanos
- (E) Patrocinar a defesa de direitos individuais, judicialmente ou extrajudicialmente, em todos os graus de jurisdição

24. (IBFC - 2016 - EBSERH - ADVOGADO (HUAP-UFF))

Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre o Ministério Público para assinalar a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público abrange os Ministérios Públicos dos Estados que compreendem: Ministério Público Militar e Ministério Público Civil
- (B) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende: Ministério Público Federal, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e abrange

também os Ministérios Públicos dos Estados que compreendem: Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Civil

(C) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e abrange também os Ministérios Públicos dos Estados que compreendem: Ministério Público dos Territórios e Ministério Público Civil

(D) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e abrange também os Ministérios Públicos dos Estados

(E) O Ministério Público abrange o Ministério Público Federal, que compreende: Ministério Público da União, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e abrange também os Ministérios Públicos dos Estados que compreendem: Ministério Público Militar e Ministério Público Civil

25. (INSTITUTO AOCB - 2021 - MPE-RS - TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

Considerando as disposições constitucionais acerca do Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (B) São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (C) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) Após três anos de efetivo exercício, os membros do Ministério Público adquirem vitaliciedade.
- (E) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

26. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - INVESTIGADOR)
De acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa correta acerca das Funções Essenciais à Justiça.

- (A) O Ministério Público da União compreende apenas o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.
- (B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) São princípios institucionais da Defensoria Pública a pluralidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- (D) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (E) É vedado, aos membros do Ministério Público, exercer a advocacia e qualquer outra função pública, inclusive de magistério.

27. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO-LEGAL)

Sobre as funções essenciais à justiça e de acordo com as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Em qualquer hipótese, o advogado, que é considerado indispensável à administração da justiça, tem garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- (B) A unidade, a indivisibilidade e a interdependência funcional com o Ministério Público são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (C) Ao Ministério Público, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (D) Incumbe à Advocacia-Geral da União, diretamente ou através de órgão vinculado, apenas a representação judicial da União.
- (E) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

28. (VUNESP - 2019 - PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP - ANALISTA EM GESTÃO MUNICIPAL - DIREITO)

Segundo a Carta Magna brasileira, na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União, observado o disposto em lei, cabe à

- (A) Advocacia-Geral da União.
- (B) Procuradoria-Geral da República.
- (C) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- (D) Corregedoria-Geral da União.
- (E) Receita Federal.

29. (VUNESP - 2019 - PREFEITURA DE ITAPEVI - SP - ANALISTA JURÍDICO - PROCURADOR MUNICIPAL)

Assinale a alternativa que reproduz texto de Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
- (B) Mesmo com amparo em investigação ou sindicância, não é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- (C) O Ministério Público não tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, decorrentes da prestação de serviço público.
- (D) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- (E) Não cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.

30. (VUNESP - 2018 - FAPESP - PROCURADOR)

Assinale a alternativa correta a respeito das funções essenciais da Justiça.

- (A) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (B) Os membros do Ministério Público gozam da garantia da vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (C) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos de idade.
- (D) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da República, observado o disposto em lei.
- (E) São garantias institucionais da Defensoria Pública a irredutibilidade de vencimentos, a independência funcional e inamovibilidade após três anos de efetivo exercício.

GABARITO

1	A
2	D
3	B
4	B
5	B
6	E
7	E
8	B
9	E
10	C
11	A
12	E
13	D
14	C
15	E
16	D
17	A
18	D
19	B
20	D
21	B
22	B
23	C
24	D
25	D
26	B
27	C
28	C
29	D
30	A

ANOTAÇÕES

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

Considere que tenha sido ajuizada, em tribunal de justiça local, uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo editado por município, tendo como parâmetro de controle dispositivo da Constituição Federal de 1988 (CF). Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o controle abstrato de constitucionalidade

(A) deve ser exercido originariamente pelo STF, considerando-se que o parâmetro de controle são normas inseridas na CF.

(B) não é cabível, pois o ato normativo municipal deve ser questionado no âmbito do controle difuso.

(C) pode ser exercido pelo tribunal de justiça, caso o parâmetro de controle invocado na ação seja norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

(D) não deve ser admitido pelo tribunal de justiça, ainda que se trate de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

(E) pode ser exercido originariamente pelo STF, desde que se trate de norma de reprodução obrigatória.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA)

A respeito da figura denominada Estado de coisas inconstitucional, é correto afirmar que

(A) não se trata de medida reconhecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que apenas admite o controle judicial de políticas públicas por meio de ações individuais ou coletivas, mas não controle por controle concentrado de constitucionalidade.

(B) encontra fundamento nos casos de inadimplemento reiterado de direitos fundamentais pelos poderes do Estado, sem que haja possibilidade de remédio para vias tradicionais, ocasião em que o tribunal assume o papel de coordenador de políticas públicas por meio da denominada tutela estruturante.

(C) é um dos mecanismos do sistema constitucional de crises, figurando ao lado do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, que somente pode ser instaurado

após a convocação do Conselho da República, e permite a suspensão de certos direitos fundamentais, como o da liberdade de locomoção.

(D) é medida importada do Tribunal Constitucional da Colômbia, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal declara a existência de uma violação massiva a direitos fundamentais, mas que se restringe a papel exclusivamente simbólico.

(E) a declaração do Estado de coisas inconstitucional é inviável em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tendo-se em vista que, nesse modelo, somente se aprecia o conteúdo da lei em tese em face do parâmetro constitucional.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

A ação direta de constitucionalidade é ação de controle de constitucionalidade

(A) abstrato que pode ser ajuizada perante o STF contra ato normativo estadual.

(B) difuso que pode ser ajuizada perante o STF contra ato normativo federal.

(C) concentrado cuja decisão definitiva de mérito perante o STF produz eficácia ex tunc, erga omnes e vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

(D) incidental que pode ser ajuizada perante o STF pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

(E) abstrato que pode ser ajuizada perante o STF por governador de estado, admitindo-se intervenção de terceiros no processo.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-PB - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Se, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal, for alegada a inconstitucionalidade de certa lei federal,

(A) a decisão definitiva de mérito vinculará o Poder Legislativo.

(B) o Poder Legislativo ficará impossibilitado de revogar a lei questionada.

(C) o Poder Legislativo ficará impossibilitado de reeditar o diploma julgado inconstitucional.

- (D) a decisão definitiva de mérito vinculará parcialmente o Poder Judiciário.
 (E) a decisão definitiva de mérito vinculará todos os níveis da administração pública.

5. (CESGRANRIO - 2015 - LIQUIGÁS - PROFISSIONAL JÚNIOR - ADMINISTRAÇÃO)

No Brasil, por influência norte-americana, houve a introdução de determinada forma de controle da constitucionalidade das leis, que permanece até hoje no texto constitucional.

Trata-se do denominado controle

- (A) judicial
 (B) normativo
 (C) político
 (D) contencioso
 (E) administrativo

6. (CESGRANRIO - 2015 - LIQUIGÁS - PROFISSIONAL JÚNIOR - DIREITO)

Um dos itens incluído no texto constitucional para realizar o princípio constitucional da duração razoável do processo foi o instituto da repercussão geral, em recurso extraordinário, que somente poderá ser recusado, no âmbito do STF, pela manifestação de(a)

- (A) um quarto de seus membros
 (B) um terço de seus membros
 (C) dois terços de seus membros
 (D) maioria simples de seus membros
 (E) maioria absoluta de seus membros

7. (CESGRANRIO - 2015 - PETROBRAS - ADVOGADO JÚNIOR)

Nos termos das regras aplicáveis ao recurso extraordinário, a repercussão geral deve ser examinada pelo

- (A) Órgão Especial do Tribunal
 (B) Superior Tribunal de Justiça
 (C) Supremo Tribunal Federal
 (D) Turma ou Colégio Recursal
 (E) tribunal de onde se originar o recurso

8. (CESGRANRIO - 2015 - PETROBRAS - PROFISSIONAL JÚNIOR - DIREITO)

O denominado controle incidental de constitucionalidade pode ser realizado por qualquer Juízo no sistema brasileiro.

Para que ocorra a intervenção do Supremo Tribunal Federal no tema, o meio adequado de veiculação do tema deve ser apresentado mediante

- (A) Embargos de Declaração
 (B) Embargos de Divergência
 (C) recurso especial
 (D) recurso extraordinário
 (E) recurso ordinário

9. (ESAF - 2015 - PGFN - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL)

Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a opção incorreta.

- (A) A Constituição de 1934, mantendo o sistema de controle difuso, introduziu a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, a cláusula de reserva de plenário e a atribuição ao Senado Federal de competência para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou ato declarado inconstitucional por decisão definitiva.
 (B) A ruptura do chamado “monopólio da ação direta”, outorgado ao Procurador-Geral da República para o exercício de controle de constitucionalidade de leis no Brasil, ocorreu com a Constituição de 1946.
 (C) A partir da Constituição de 1891 consagrou-se, no direito brasileiro, a técnica do controle difuso de constitucionalidade, repressivo, posterior, pela via da exceção ou defesa, pela qual a declaração de inconstitucionalidade se implementa de modo incidental como prejudicial ao mérito.
 (D) A Constituição de 1824 não contemplava qualquer modalidade de controle de constitucionalidade das leis. Era outorgada ao Poder Legislativo, sob influência francesa, a atribuição de fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las, bem como velar pela guarda da Constituição.
 (E) A Constituição de 1937 vedou expressamente ao Poder Judiciário conhecer das questões exclusivamente políticas.

10. (ESAF - 2015 - PGFN - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL)

O Congresso Nacional, por ambas as Casas, aprovou um projeto de lei, posteriormente sancionado, promulgado e publicado. Após entrar em vigor, inúmeras ações foram ajuizadas contra o ato normativo (lei), todas elas sob o argumento de que a lei acolhia evidente excesso de poder legislativo (excesso de poder no exercício da função legislativa, ou simplesmente, como doravante, “excesso de poder legislativo”), sendo incompatível com os fins constitucionalmente previstos. Tomando-se por base esse argumento, assinale a opção correta.

- (A) O argumento de excesso de poder legislativo não pode ser objeto de apreciação judicial.
 (B) O excesso de poder legislativo deve ser aferido por decisão do Supremo Tribunal Federal.

- (C) A doutrina de excesso de poder legislativo não tem amparo no Supremo Tribunal Federal.
- (D) Uma das formas de manifestação de excesso de poder legislativo é a inconstitucionalidade substancial.
- (E) Não se pode atribuir à Lei Complementar excesso de poder legislativo.

11. (ESAF - 2015 - PGFN - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL)

Sobre a concessão de medida cautelar em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), é correto afirmar que:

- (A) a Constituição Federal de 1988 estabelece que a medida cautelar somente será concedida por maioria de 2/3 dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) a medida cautelar somente pode ser concedida depois da manifestação do Procurador-Geral da República, que dispõe do prazo de 3 dias.
- (C) admite-se, conforme jurisprudência do STF, a concessão monocrática de medida cautelar, em caráter excepcional e ainda que fora do período de recesso da Corte.
- (D) não cabe medida cautelar contra Emenda Constitucional promulgada.
- (E) a medida cautelar será concedida por decisão de 2/3 dos membros do Superior Tribunal de Justiça.

12. (ESAF - 2015 - PGFN - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL)

Assinale a opção correta.

- (A) Os vícios formais traduzem defeito de formação do ato normativo, pela inobservância de princípio de ordem técnica ou procedimental ou pela violação de regras de competência. Nesses casos, viciado é o ato nos seus pressupostos, no seu procedimento de formação, na sua forma final, atingindo diretamente seu conteúdo.
- (B) No direito brasileiro, a consolidação do sistema de controle com amplo poder de julgar as questões constitucionais inclui a matéria relativa à interpretação de normas de regimento legislativo, não circunscrevendo-se no domínio interna corporis.
- (C) A inconstitucionalidade material envolve não somente o contraste direto do ato legislativo com o parâmetro constitucional, mas também a aferição do desvio de poder ou do excesso de poder legislativo.
- (D) O controle de convencionalidade passou a ser estudado no Brasil especialmente após a entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 45/2004 e a partir das decisões do Supremo Tribunal Federal que elevaram o status de todos os tratados de direitos humanos a patamar de emendas constitucionais,

- excluindo, conseqüentemente, o controle de constitucionalidade sobre as regras jurídicas de caráter doméstico.
- (E) Não há distinção entre inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente.

13. (FCC - 2021 - PGE-GO - PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO)

Projeto de lei ordinária, de iniciativa de Deputado Estadual, instituindo a obrigatoriedade de instalação de câmeras de vigilância nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, é aprovado na Assembleia Legislativa goiana e submetido à sanção governamental. O Governador do Estado opõe veto integral à lei, sob fundamento de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa. Rejeitado o veto pelo voto de dois terços dos membros do órgão legislativo, a lei é promulgada e publicada, sendo, na sequência, proposta ação direta de inconstitucionalidade pelo Governador do Estado, perante o Tribunal de Justiça local, requerendo seja a lei declarada inconstitucional, pelo mesmo motivo que ensejara o veto. À luz da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Goiás e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida ação direta de inconstitucionalidade é

- (A) improcedente, por inexistir inconstitucionalidade em proposição legislativa de iniciativa parlamentar que, embora crie despesa para a Administração, não trata de sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico de servidores públicos, ademais de ter sido observado o quórum para rejeição do veto, sendo competente o Tribunal de Justiça para o julgamento da ação.
- (B) inadmissível, por usurpação da competência originária do Supremo Tribunal Federal para o julgamento da matéria, que pressupõe análise da compatibilidade da lei estadual com norma do processo legislativo assentada na Constituição Federal, em que pese a procedência da motivação do veto oposto à proposição legislativa pelo Governador.
- (C) procedente, uma vez que a lei versa sobre matéria atinente à organização e estrutura da Administração, de iniciativa privativa do chefe do Executivo, sendo o Tribunal de Justiça competente para o julgamento da ação, o que não afasta a competência originária do Supremo Tribunal Federal para ação direta, que, se ajuizada, suspende o trâmite da ação perante o Tribunal local.
- (D) procedente, uma vez que a lei versa sobre matéria atinente à organização e estrutura da Administração, de iniciativa privativa do chefe do Executivo, sendo o Tribunal de Justiça competente para o julgamento da ação, cabendo, em tese, recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, por serem de

reprodução obrigatória na Constituição Estadual as normas da Constituição Federal que tratam do processo legislativo.

(E) procedente, embora por fundamento diverso do invocado pelo Governador, uma vez que a irregularidade reside na inobservância do quórum para rejeição do veto, sendo o Tribunal de Justiça competente para o julgamento da ação, por se tratar de violação, por lei estadual, de dispositivo da Constituição estadual, e não da Constituição Federal, ainda que atinente ao processo legislativo.

14. (FCC - 2021 - PGE-GO - PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO)

Proposta de emenda à Constituição do Estado de Goiás, subscrita por um por cento do eleitorado do Estado em vinte Municípios, com vistas a estabelecer condições materiais e procedimentais para a perda de cargo público de provimento efetivo, é votada na Assembleia Legislativa, obtendo o voto de três quintos dos parlamentares, em primeiro turno, e dois terços, no segundo turno. À luz da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Goiás e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida proposição legislativa

(A) padece de inconstitucionalidade, por não ser admitida proposta de emenda constitucional de iniciativa popular, diante do silêncio eloquente da Constituição Federal, sendo as normas constitucionais do processo legislativo federal de observância obrigatória no âmbito estadual.

(B) foi rejeitada, por não ter sido alcançado o quórum de aprovação no segundo turno de votação, não podendo a matéria em questão ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(C) observou os limites materiais e formais de reforma constitucional, no âmbito estadual, devendo ser promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa, com o número de ordem respectivo.

(D) padece de inconstitucionalidade, por ter violado a iniciativa legislativa privativa do chefe do Executivo para matéria relativa ao regime jurídico dos servidores públicos estaduais, aplicável no âmbito do processo legislativo estadual.

(E) padece de inconstitucionalidade, por não terem sido observadas as condições de distribuição do eleitorado estabelecidas na Constituição estadual para proposta de emenda constitucional de iniciativa popular.

15. (FCC - 2021 - TJ-GO - JUIZ SUBSTITUTO)

Em ação direta de inconstitucionalidade por omissão proposta perante o Supremo Tribunal Federal, com fundamento na ausência de lei específica tipificando criminalmente a prática de discriminação decorrente de orientação sexual ou de identidade de gênero, o autor pleiteou:

I. o reconhecimento do estado de mora inconstitucional do Poder Legislativo federal na implementação da prestação legislativa exigida pela Constituição Federal, bem como a cientificação do Congresso Nacional para as providências necessárias.

II. a fixação de prazo para que o Poder Legislativo federal edite a lei demandada pelo texto constitucional, sob pena de o crime e a respectiva pena serem definidos pelo Supremo Tribunal Federal.

III. a condenação do Estado brasileiro ao pagamento de indenização às vítimas de todas as formas de homofobia e transfobia, caso a lei não venha a ser editada no prazo fixado judicialmente.

De acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mostra-se cabível APENAS o requerimento expresso em

(A) II e III.

(B) III.

(C) I.

(D) I e II.

(E) I e III.

16. (FCC - 2021 - TJ-GO - JUIZ SUBSTITUTO)

Considerando o sistema de controle de constitucionalidade previsto na Constituição Federal, mostra-se

(A) incabível, no exercício do controle jurisdicional abstrato e principal de constitucionalidade por omissão, que seja fixado prazo para que o órgão administrativo supra a omissão inconstitucional.

(B) incabível a produção de efeitos repristinatórios à decisão judicial que declara a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo em sede de controle abstrato de constitucionalidade.

(C) cabível o exercício do controle concreto e incidental, bem como do controle abstrato e principal de constitucionalidade, em face da Constituição Federal, de tratados internacionais que tenham sido incorporados ao direito brasileiro.

(D) cabível o exercício do controle de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal, realizado originariamente pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade.

(E) cabível o exercício do controle jurisdicional abstrato e principal de constitucionalidade de decreto regulamentar que contrarie os limites que lhe foram impostos pela lei regulamentada, por violação ao princípio constitucional da legalidade.

17. (FGV - 2022 - MPE-BA - ESTAGIÁRIO DE DIREITO - EDITAL Nº 01)

Ao apreciar recurso de apelação, João, desembargador da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, entendeu que a Lei federal nº XX era formal e materialmente incompatível com a Constituição da República de 1988.

Nesse caso:

- (A) João deve afastar, monocraticamente, a aplicação da Lei federal nº XX, encaminhando a causa ao colegiado da Câmara sem levá-la em consideração;
- (B) somente o colegiado da 1ª Câmara Cível pode reconhecer a inconstitucionalidade da Lei federal nº XX, deixando de aplicá-la ao caso concreto;
- (C) por se tratar de lei federal, o Tribunal de Justiça do Estado Alfa não pode deixar de aplicar o diploma normativo, sob pena de afronta ao pacto federativo;
- (D) deve ser solicitada a manifestação do Supremo Tribunal Federal em relação à constitucionalidade da lei, suspendendo-se o processo no Tribunal de Justiça;
- (E) a inconstitucionalidade da Lei federal nº XX somente pode ser reconhecida pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal de Justiça ou dos membros do seu órgão especial.

18. (FGV - 2022 - PC-AM - DELEGADO DE POLÍCIA - EDITAL Nº 01)

O Município Alfa foi citado em ação civil pública ajuizada por um legitimado. Ao analisar os termos da petição inicial, o Procurador-Geral do Município identificou a existência de uma questão constitucional de fundo, que estaria sendo interpretada de modo equivocado pelo autor da ação. Acresça-se que a tese do autor veio a ser acolhida pelo juiz de Direito em sede de cognição sumária, sendo deferida a tutela de urgência requerida. O Procurador-Geral, ademais, tinha conhecimento de que inúmeras decisões semelhantes já tinham sido proferidas por juízes e tribunais do país, enquanto muitas outras rechaçavam a tese.

À luz dessa narrativa, o Procurador-Geral concluiu que a melhor opção seria a imediata submissão da tese jurídica, afeta à questão constitucional, ao Supremo Tribunal Federal.

Nesse caso, o instrumento a ser utilizado pelo Município é

- (A) a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (B) o requerimento de edição de súmula vinculante.
- (C) o incidente de deslocamento de competência.
- (D) a reclamação constitucional.
- (E) o recurso extraordinário.

19. (FGV - 2022 - PC-AM - DELEGADO DE POLÍCIA - EDITAL Nº 01)

O Procurador-Geral do Município Alfa reuniu-se com o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, para informar que determinada entidade de classe de âmbito nacional ingressara com arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), na qual sustenta a inconstitucionalidade da Lei municipal nº XX/1987, em razão da afronta a princípios fundamentais da Constituição da República, almejando que isto seja declarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao responder às perguntas formuladas, o Procurador-Geral do Município informou corretamente que

- (A) a ADPF não seria conhecida, pois a entidade que a ajuizou não tem legitimidade para fazê-lo.
- (B) a Lei municipal nº XX não poderia ser submetida, nas circunstâncias indicadas, ao controle concentrado de constitucionalidade perante o STF.
- (C) a procedência do pedido somente produzirá efeitos em relação às situações concretas descritas na ADPF, não afetando a vigência da Lei municipal nº XX.
- (D) ainda que o pedido seja julgado procedente, com a declaração de inconstitucionalidade da Lei municipal nº XX, o Poder Legislativo pode aprovar outra lei de idêntico teor.
- (E) a procedência do pedido obstará que o Poder Executivo pratique atos administrativos com base na lei impugnada e que o Poder Legislativo edite outra lei com o mesmo teor.

20. (FGV - 2022 - PC-AM - DELEGADO DE POLÍCIA - EDITAL Nº 01)

O Partido Político XX solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser ajuizada ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO), em razão da não edição de lei, pelo Estado Beta, para a regulamentação de norma da Constituição da República de 1988.

A assessoria respondeu corretamente que a ADO (A) pode ser utilizada, mas apenas se a norma da Constituição da República, a ser regulamentada, tiver eficácia contida.

- (B) pode ser ajuizada, mas apenas se a União já tiver se desincumbido da edição de normas gerais sobre a temática.
- (C) somente pode ser ajuizada em razão da omissão de autoridades da União, não sendo cabível na hipótese em tela.
- (D) somente pode ser utilizada, na hipótese em tela, caso a União tenha delegado, por meio de lei complementar, o exercício da competência legislativa.
- (E) pode ser utilizada, desde que se esteja perante descumprimento de um comando para legislar, não perante pura opção normativa de disciplinar, ou não, certa temática.

21. (IBFC - 2021 - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN - AUDITOR FISCAL DO TESOIRO MUNICIPAL)

No que se refere às disposições constitucionais acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade, analise as afirmativas abaixo:

I. A Mesa da Câmara dos Deputados poderá propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.

II. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

III. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta

22. (IBFC - 2018 - PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS - MG - ADVOGADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Estão constitucionalmente autorizados a propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros:

- (A) a Mesa da Câmara dos Deputados e o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil
- (B) a Mesa do Senado Federal e a entidade de classe de âmbito nacional
- (C) o Procurador-Geral de Justiça e a federação sindical
- (D) o Prefeito Municipal e o partido político com representação na Câmara Legislativa do Distrito Federal

23. (IBFC - 2018 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARAQUARA - SP - CONSULTOR LEGISLATIVO)

Sobre o Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O Controle de Constitucionalidade Preventivo se dá somente o processo de sua aplicação ou seja legitimando sua execução
- (B) O Controle de Constitucionalidade Preventivo só existe em ato normativo
- (C) O Controle de Constitucionalidade Repressivo ocorre antes da criação da Lei, impedindo abusos por parte do Poder Público
- (D) O Controle de Constitucionalidade Repressivo ocorre quando a omissão antes da elaboração da lei
- (E) O Controle de Constitucionalidade Preventivo ocorre durante o processo de elaboração legislativa, através das comissões do Congresso Nacional, e da atuação do Presidente da República, na oportunidade da sanção ou veto da lei

24. (IBFC - 2016 - CÂMARA DE FRANCA - SP - ADVOGADO)

A respeito do controle de constitucionalidade dos atos municipais, pode ser afirmado o que segue:

- (A) A jurisprudência dominante admite o cabimento do controle concentrado das leis e atos normativos municipais pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) No caso de contrariedade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Estadual, é possível o manejo da ação declaratória de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça, uma vez que a Constituição Federal em vigor instituiu a respectiva representação de inconstitucionalidade para esse fim.
- (C) No Brasil, o controle de constitucionalidade dos atos municipais é feito de forma difusa, por meio dos instrumentos utilizados no controle jurisdicional em geral, tais como o mandado de segurança, todavia, é vedado o emprego da ação civil pública e da ação popular para esse mesmo fim.
- (D) Não se admite a interposição de recurso extraordinário contra a decisão do Tribunal de Justiça que, sob pretexto de aplicar o direito constitucional estadual, deixa de aplicar devidamente a norma de reprodução obrigatória por parte do estado-membro.

25. (INSTITUTO AOCP - 2021 - CÂMARA DE TERESINA - PI - PROCURADOR)

No que tange ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) É incabível a impugnação, em sede de controle abstrato de constitucionalidade, de leis orçamentárias.
- (B) Os tribunais de justiça podem aplicar o controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro as normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados.
- (C) Os Estados-membros se incluem no rol dos legitimados a agir como sujeitos processuais em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
- (D) É aplicável ao processo objetivo de controle abstrato de constitucionalidade a norma que concede prazo em dobro à Fazenda Pública.
- (E) É incabível ADPF para questionar interpretação judicial de norma constitucional.

26. (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Hipoteticamente, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) propôs uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) perante o STF, pretendendo o exercício do controle de constitucionalidade referente à determinada matéria relacionada à sua atuação e suas finalidades. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

(A) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNA é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.

(B) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNA é não legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.

(C) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNA é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para alegar falta de medida regulamentadora de artigo da Constituição de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

(D) Trata-se de controle difuso de constitucionalidade; a CNA é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.

(E) Trata-se de controle difuso de constitucionalidade; a CNA não é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para alegar falta de medida regulamentadora de artigo da Constituição de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

27. (INSTITUTO AOCP - 2020 - PREFEITURA DE BETIM - MG - ANALISTA JURÍDICO)

Referente ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) São legitimados, dentre outros, para propor a ação direta de inconstitucionalidade o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União.

(B) Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, excetuados os anteriores à Constituição.

(C) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória.

(D) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade ou a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, admitir-se-á desistência no prazo de 30 (trinta) dias.

(E) Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

28. (VUNESP - 2022 - PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP - PROCURADOR MUNICIPAL - EDITAL Nº 002)

No que diz respeito à denominada “cláusula de reserva de plenário”, na declaração incidental de inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) A decisão judicial fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal será julgada diretamente pelo órgão fracionário, não devendo ser submetida ao plenário ou órgão especial do tribunal local.

(B) Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, mas afaste sua incidência, no todo ou em parte.

(C) A cláusula de reserva de plenário impede que os órgãos fracionários ou os membros julgadores dos tribunais, quando atuem monocraticamente, rejeitem a arguição de invalidade dos atos normativos.

(D) A cláusula de reserva de plenário aplica-se, inclusive, às turmas do Supremo Tribunal Federal.

(E) Instalado o incidente de declaração de inconstitucionalidade no plenário ou órgão especial do Tribunal, poderá o relator admitir o ingresso de amicus curiae, sendo esta decisão recorrível por agravo regimental.

29. (VUNESP - 2021 - PREFEITURA DE SANTOS - SP - PROCURADOR)

A Constituição Federal prevê dois instrumentos distintos para garantir efetividade às normas constitucionais de eficácia limitada, quando houver injustificada omissão do legislador ou do Poder Público na tarefa de complementar aquela espécie normativa. São eles:

(A) ação direta de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção.

(B) ação declaratória de constitucionalidade e mandado de segurança.

(C) arguição de descumprimento de preceito fundamental e mandado de injunção.

(D) incidente de arguição de inconstitucionalidade e mandado de segurança.

(E) ação direta de inconstitucionalidade e mandado de segurança.

30. (VUNESP - 2021 - TJ-GO - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO)

Assinale a alternativa correta no tocante aos efeitos e alcance da declaração de inconstitucionalidade exarada no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade (ADI).

(A) O Supremo Tribunal Federal, com base no princípio da parcelaridade, pode julgar parcialmente procedente o pedido feito na ADI, sendo vedado, contudo, o expurgo de apenas uma palavra ou expressão.

(B) Os efeitos da decisão que julga a ADI são erga omnes, ex tunc e vinculante aos órgãos do Poder Judiciário, do Legislativo e da Administração Pública federal, estadual, municipal e Distrital.

(C) No direito brasileiro, é admissível a declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia de nulidade, por motivos de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.

(D) A declaração de inconstitucionalidade terá efeito repristinatório da norma anterior àquela declarada inconstitucional, desde que a sua restauração seja determinada expressamente na modulação da decisão da Excelsa Corte.

20	E
21	A
22	B
23	E
24	B
25	B
26	A
27	C
28	A
29	A
30	C

ANOTAÇÕES

GABARITO

1	C
2	B
3	C
4	E
5	A
6	C
7	C
8	D
9	B
10	D
11	C
12	C
13	A
14	D
15	C
16	C
17	E
18	B
19	D

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1.(FGV - INSPETOR DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Em razão de uma calamidade de grandes proporções na natureza, o presidente da República consultou alguns ministérios para avaliar a possível decretação do estado de defesa nas áreas abrangidas, bem como o procedimento a ser observado.

Na situação descrita, o estado de defesa:

- (A) não pode ser decretado, já que a calamidade que o autoriza é a de natureza institucional e política, não a decorrente da ação da natureza;
- (B) pode ser decretado, após provocação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, e prévia aquiescência do Congresso Nacional;
- (C) pode ser decretado, desde que ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com posterior apreciação do decreto pelo Congresso Nacional;
- (D) pode ser decretado, mas pelo Congresso Nacional, a partir de provocação do presidente da República, após autorização do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional;
- (E) pode ser decretado, desde que haja prévia aquiescência do Congresso Nacional, sendo facultativa a manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

2.(CEBRASPE (CESPE) - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/2022)

A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas e do estado de sítio, julgue o item a seguir.

Em caso de necessidade, por comoção grave de repercussão nacional, o presidente da República pode, desde que ouvido o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Senado Federal autorização para decretar o estado de sítio no país.

- () CERTO
- () ERRADO

3.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2022/XXXIV EXAME)

A zona oeste do Estado Delta foi atingida por chuvas de grande intensidade por duas semanas, levando os especialistas a classificar tal situação como de calamidade de grandes proporções na natureza, em virtude dos estragos observados. O governador de Delta, ao decidir pela decretação do estado de defesa, convoca os procuradores do Estado para que estes se manifestem acerca da constitucionalidade da medida.

Os procuradores informam ao governador que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a decretação do estado de defesa

- (A) é um meio institucional adequado para o enfrentamento da crise, mas depende de prévia consulta à Assembleia Legislativa do Estado Delta.
- (B) pode ser promovida pelo governador do Estado Delta, caso o Presidente da República delegue tais poderes ao Chefe do Poder Executivo estadual.
- (C) não pode se concretizar, pois a ocorrência de calamidade de grandes proporções na natureza não configura hipótese justificadora da referida medida.
- (D) é competência indelegável do Presidente da República, não sendo constitucionalmente prevista sua extensão aos chefes do poder executivo estadual.

4.(AOC - ANALISTA EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/ANALISTA DE SISTEMAS/2022 (E MAIS 3 CONCURSOS))

Em relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, bem como quanto à ordem social, assinale a alternativa correta.

- (A) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (B) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso.
- (C) Às polícias militares, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

(D) O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino médio.

(E) Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

5.(AOCP - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas, bem como quanto à ordem social, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() No caso de declaração de estado de guerra, o Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa.

() Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

() A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

() A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

(A) F – F – V – V.

(B) F – V – V – F.

(C) V – V – F – F.

(D) V – F – F – V.

(E) V – F – V – V.

6.(SELECON - ANALISTA (PREF SÃO GONÇALO)/CONTABILIDADE/2022 (E MAIS 6 CONCURSOS))

Raj Kabir deseja seguir a carreira militar e estuda em curso preparatório com tal objetivo. Dentre as disciplinas exigidas, consta a de história das guerras no mundo ocidental. Ao aprofundar o seu conhecimento verifica que, no Brasil, de acordo com a Constituição Federal, havendo declaração de estado de guerra poderá o Presidente da República decretar:

(A) Estado de urgência

(B) Estado de defesa

(C) Estado de sítio

(D) Estado de perigo

7.(FUNDATEC - SOLDADO (BM RS)/NÍVEL III/2022)

No que concerne à defesa do Estado e das Instituições Democráticas, conforme previsão constitucional, assinale a alternativa correta.

(A) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de sítio para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

(B) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa, no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

(C) Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

(D) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria de três quintos.

(E) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de defesa ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria de três quintos.

8.(FGV - TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL (SEFAZ AM)/2022)

O Presidente da República apresentou ao Senado Federal um projeto de Código Penal, isto em um momento em que o país se encontrava em estado de defesa, havendo grande turbulência política e social.

Considerando as dificuldades a serem enfrentadas e a necessidade da nova legislação, o Chefe do Poder Executivo requereu urgência na sua tramitação, sob pena de sobrestamento das demais deliberações legislativas caso descumpridos os prazos constitucionais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) apresenta irregularidade apenas em relação à iniciativa da proposição.
- (C) apresenta irregularidades apenas em relação à Casa iniciadora e à urgência alvitrada.
- (D) apresenta irregularidade apenas em relação às circunstâncias presentes no momento da apresentação da proposição.
- (E) apresenta irregularidades apenas em relação à Casa iniciadora e às circunstâncias presentes no momento da apresentação da proposição.

9.(IADES - SOLDADO (PM PA)/FEMININO/2021/CFP 2020)

Para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, pode o presidente da República, tendo ouvido os Conselhos da República e o de Defesa Nacional, decretar

- (A) estado de sítio.
- (B) intervenção federal nos estados.
- (C) estado de defesa.
- (D) intervenção federal nos municípios.
- (E) intervenção federal no Distrito Federal

10.(IADES - SOLDADO (PM PA)/MASCULINO/2021/CFP 2020)

Após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, o presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio no caso de

- (A) preservação da ordem pública.
- (B) restabelecimento da ordem pública em razão de locais determinados atingidos por calamidades de grandes proporções na natureza.
- (C) restabelecimento imediato da paz social.
- (D) preservação da paz social em virtude de iminente instabilidade institucional.
- (E) declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

11.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2021/XXXII EXAME)

Durante pronunciamento em rede nacional, o Presidente da República é alertado por seus assessores sobre a ocorrência de um ataque balístico, em solo pátrio, oriundo de país fronteiro ao Brasil. Imediatamente, anuncia que tal agressão armada não ficará sem resposta. Após reunir-se com o Conselho da República e

o Conselho de Defesa Nacional, solicita autorização ao Congresso Nacional para decretar o estado de sítio e adotar as seguintes medidas: I – a população que reside nas proximidades da área atacada deve permanecer dentro de suas casas ou em abrigos indicados pelo governo; II – imposição de restrições relativas à inviolabilidade da correspondência e ao sigilo das comunicações. A partir do enunciado proposto, com base na ordem constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cabe ao Congresso Nacional decidir, por maioria absoluta, sobre a decretação do estado de sítio, visto que as medidas propostas pelo Presidente da República revelam-se compatíveis com a ordem constitucional.
- (B) Além de as medidas a serem adotadas serem incompatíveis com a ordem constitucional, a resposta à agressão armada estrangeira é causa de decretação do estado de defesa, mas não do estado de sítio.
- (C) Embora as medidas a serem adotadas guardem compatibilidade com a ordem constitucional, a decretação do estado de sítio prescinde de prévia aprovação pelo Congresso Nacional.
- (D) Cabe ao Congresso Nacional decidir, por maioria simples, sobre a instituição do estado de sítio, mas as medidas propostas pelo Presidente apresentam flagrante inconstitucionalidade.

12.(INSTITUTO AOCP - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

Segundo o artigo 136 da Constituição Federal, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. A respeito do estado de defesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada ao juiz competente no prazo de 30 dias, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- (B) Na vigência do estado de defesa, a comunicação feita ao Juiz será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.
- (C) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a sessenta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

(D) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

(E) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

13.(VUNESP - PROCURADOR DO MUNICÍPIO (PREF JUNDIAÍ)/2021)

Suponha que uma calamidade da natureza tenha alcançado grandes proporções a ponto de afetar seriamente a ordem pública ou a paz social em determinadas regiões do Estado brasileiro. Nessa situação, conforme dispõe a Constituição Federal, o Presidente da República poderá

(A) decretar o estado de sítio, pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis uma única vez pelo mesmo prazo, depois de consultar os Conselhos da República e da Defesa, cujos pareceres não são vinculantes, não sendo exigida autorização prévia do Poder Legislativo, podendo, por exemplo, restringir o direito de reunião e os sigilos de correspondência e de comunicação telefônica, vedada a incomunicabilidade do preso, devendo o decreto ser submetido ao Congresso Nacional dentro de 24 horas, que deverá apreciar o decreto no prazo de 10 dias a contar do seu recebimento.

(B) solicitar, depois de consultar os Conselhos da República e da Defesa, cujos pareceres são vinculantes, ao Congresso Nacional a decretação do estado de defesa, que, uma vez autorizado, vigorará pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis uma única vez pelo mesmo prazo, podendo, por exemplo, restringir o direito de reunião e os sigilos de correspondência e de comunicação telefônica, permitida a incomunicabilidade do preso, devendo o decreto ser apreciado no prazo de 10 dias a contar do seu recebimento.

(C) decretar o estado de calamidade pública, pelo prazo de 30 dias, improrrogáveis, depois de consultar os Conselhos da República e da Defesa, cujos pareceres não são vinculantes, não sendo exigida autorização prévia do Poder Legislativo, podendo, por exemplo, restringir o direito de reunião e os sigilos de correspondência e de comunicação telefônica, vedada a incomunicabilidade do preso, devendo o decreto ser submetido ao Congresso Nacional dentro de 24 horas, que deverá apreciar o decreto no prazo de 10 dias a contar do seu recebimento.

(D) decretar o estado de defesa, pelo prazo de 30 dias, improrrogáveis, depois de consultar os Conselhos da República e da Defesa, cujos pareceres são vinculantes, sendo exigida autorização prévia do Poder Legislativo, podendo, por exemplo, restringir o direito de reunião e os sigilos de correspondência e de comunicação telefônica, vedada a incomunicabilidade do preso, devendo o decreto ser submetido ao Congresso Nacional dentro de 24 horas, que deverá apreciar o decreto no prazo de 10 dias a contar do seu recebimento.

(E) decretar o estado de defesa, pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis uma única vez pelo mesmo prazo, depois de consultar os Conselhos da República e da Defesa, cujos pareceres não são vinculantes, não sendo exigida autorização prévia do Poder Legislativo, podendo, por exemplo, restringir o direito de reunião e os sigilos de correspondência e de comunicação telefônica, vedada a incomunicabilidade do preso, devendo o decreto ser submetido ao Congresso Nacional dentro de 24 horas, que deverá apreciar o decreto no prazo de 10 dias a contar do seu recebimento.

14.(IDECAN - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL (CE)/2021)

Ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, o Presidente da República pode decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Nesse sentido, a seguinte medida pode ser adotada:

(A) criminalização das reuniões.

(B) expropriação de bens imóveis para restabelecer a ordem pública.

(C) incomunicabilidade do preso.

(D) ampliação do sigilo de comunicação telefônica.

(E) restrição ao sigilo de correspondência.

15.(CEBRASPE (CESPE) - OFICIAL (CBM AL)/2021)

Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência a respeito da administração pública, da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o próximo item.

A decretação de estado de sítio permite ao poder público restringir a liberdade de ir e vir do cidadão, com a utilização de força armada, obrigando, por exemplo, a população a se manter em quarentena total.

- () CERTO
() ERRADO

16.(CEBRASPE (CESPE) - OFICIAL (CBM AL)/2021)

Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência a respeito da administração pública, da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o próximo item.

Tanto a decretação do estado de defesa quanto a decretação do estado de sítio pressupõem a atuação das Forças Armadas e são condicionadas a autorização prévia do Congresso Nacional, por maioria absoluta, e a prévia audiência do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

- () CERTO
() ERRADO

17.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO ESTADO (PGE PB)/2021)

No que se refere à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- (A) Durante o estado de sítio, poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas, entre outras: busca e apreensão em domicílio, intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.
(B) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso.
(C) Decretado o estado de sítio, o presidente da República submeterá o ato, no prazo de vinte e quatro horas, com a respectiva justificação, ao Congresso Nacional, que o apreciará imediatamente, salvo se estiver em recesso, caso em que a apreciação do ato ocorrerá assim que se retomarem os trabalhos.
(D) Embora a requisição de bens estaduais só seja possível, em regra, em caso de estado de defesa ou estado de sítio, o STF entendeu que essa regra pode ser flexibilizada em caso de requisição de respiradores para leitos de UTI para utilização em ações de enfrentamento da pandemia da covid-19.
(E) Em hipótese alguma, o tempo de duração do estado de defesa e do estado de sítio poderá ser superior a trinta dias.

18.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA/2021)

A ruptura da segurança pública, conforme previsão constitucional,

- (A) autoriza a decretação do Estado de Defesa, com tão-somente a restrição da mobilidade urbana, se necessário.

- (B) não autoriza a decretação do Estado de Defesa.
(C) autoriza o Estado de Defesa, desde que não haja qualquer restrição a direitos fundamentais.
(D) não autoriza a decretação do Estado de Defesa, mas permite a restrição de alguns direitos fundamentais.
(E) autoriza a decretação do Estado de Defesa.

19.(CCMPM - PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR/2021/12^o)

RELATIVAMENTE AO ESTADO DE DEFESA, MARQUE A ASSERTIVA INCORRETA:

- (A) Pode haver restrições ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações.
(B) Não responde a União pelos custos e danos decorrentes da ocupação e do uso temporário de bens e serviços públicos.
(C) É vedada a incomunicabilidade do preso.
(D) É cabível quando da declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

20.(INSTITUTO AOCB - ADVOGADO (FUNPRESP-JUD)/2021)

Em relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o seguinte item.

O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

- () CERTO
() ERRADO

21.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA LEGISLATIVO (ALECE)/DIREITO/2021)

No que diz respeito aos pressupostos do estado de defesa e do estado de sítio, assinale a opção correta.

- (A) A decretação do estado de defesa e do estado de sítio, pelo presidente da República, exige prévia autorização do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, sob pena de inconstitucionalidade da decretação da medida.
(B) O Congresso Nacional indicará executor, a ser nomeado pelo presidente da República, para acompanhar e fiscalizar a execução de medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.
(C) O decreto que instituir o estado de defesa e o estado de sítio determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará as medidas coercitivas a vigorarem.

(D) Assim como o estado de defesa, o estado de sítio não permite discricionariedade, mas, sim, situação extraordinária constitucionalmente regrada. Por esse motivo, ambos se sujeitam a controles político e jurisdicional.

(E) A decretação do estado de defesa e do estado de sítio, pelo presidente da República, exige prévia autorização do Congresso Nacional, sob pena de absoluta inconstitucionalidade do ato.

22.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO ESTADO (PGE PB)/2021)

Com relação ao sistema constitucional de crises e à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale opção correta.

(A) O controle político exercido pelo Congresso Nacional sobre a decretação do estado de sítio é sempre prévio.

(B) O texto constitucional prevê, exemplificativamente, entre as hipóteses para o estado de defesa, a preservação da ordem pública ou da paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

(C) A decretação do estado de defesa pelo presidente da República dependerá de autorização do Congresso Nacional.

(D) Durante a vigência de estado de sítio ou de estado de defesa, apenas os atos praticados durante a vigência daquele estado sujeitam-se ao controle judicial.

23.(INSTITUTO CONSULPLAN - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ MS)/PROVIMENTO/2021)

Aslan Zeki é professor de matemática vinculado ao município CP, que possui cerca de 100 (cem) mil habitantes e testemunha a ocorrência de tremor de terra que causou inúmeros danos, desalojando famílias e provocando graves transtornos na segurança pública com a formação de grupos de saqueadores que passaram a criar insustentável crise no local. As forças de segurança não obtiveram sucesso em debelar a situação. Criou-se grave instabilidade com a invasão dos bens municipais e prédios da Prefeitura e da Câmara Municipal. A ordem pública e a paz social restaram vulneradas. Nos termos da Constituição Federal, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, após ouvidos os devidos Conselhos, deve ser decretado o Estado de:

- (A) Sítio.
- (B) Defesa.
- (C) Calamidade.
- (D) Emergência.

24.(FGV - ADVOGADO (PREF PAULÍNIA)/CREAS/2021)

Em razão de uma grave e iminente instabilidade institucional, travou-se intenso debate no âmbito da Presidência da República a respeito da medida mais adequada a ser adotada. Na ocasião, um assessor sugeriu a decretação do estado de defesa, o que, ao seu ver,

I. pressupunha a autorização prévia do Congresso Nacional.

II. exigia a edição de decreto pelo Presidente da República.

III. permitia a decretação da incomunicabilidade do preso.

Assinale a opção que indica as afirmativas compatíveis com a ordem constitucional.

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

25.(IBADE - SARGENTO (CBM PB)/2021)

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio em casos previstos na lei. Sobre o quórum para a decisão do Congresso Nacional, é correto afirmar que:

- (A) o Congresso Nacional decide pela maioria simples.
- (B) o Congresso Nacional decide pela maioria relativa.
- (C) o Congresso Nacional decide pela maioria absoluta.
- (D) o Congresso Nacional decide pela votação de 1/3 dos membros.

26.(IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE PA)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2020)

Os mecanismos de defesa do Estado e das instituições democráticas estão previstos expressamente na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Diante disto, leia o excerto do artigo 136 da CF/88:

“Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, _____ para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por _____ ou _____.”

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) decretar estado de defesa / grave e iminente instabilidade institucional / atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza
- (B) solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio / comoção grave de repercussão nacional / declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira
- (C) decretar estado de sítio / grave e iminente instabilidade institucional / declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira
- (D) decretar intervenção federal / por violação à integridade nacional / invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra

27.(IBADE - ANALISTA PÚBLICO DE GESTÃO (IPVV)/ADMINISTRATIVO/2020 (E MAIS 5 CONCURSOS)

Considerando o instituto jurídico do Estado de Defesa, cujos pressupostos de fundo e de forma são previstos expressamente no art. 136, da Constituição Federal de 1988, considere as seguintes afirmativas:

I - A decretação do Estado de Defesa é ato privativo do Presidente da República, sendo dispensável prévia manifestação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional ou reunião do Presidente da República com qualquer um dos Conselhos supracitados.

II – No decreto que instaura o Estado de Defesa deve constar informação do local restrito e determinado onde ocorrerá.

III – É permitido que se determine, no decreto de instauração do Estado de Defesa, a incomunicabilidade dos presos e a restrição de impetração de Habeas Corpus nos tribunais locais.

Das afirmativas apresentadas, qual(is) corresponde(m) a requisitos ou permissões expressas na norma Constitucional para decretação do Estado de Defesa.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente II e III
- (B) somente I e II
- (C) somente I e III
- (D) somente I.
- (E) somente II.

28.(IBADE - ASSISTENTE PÚBLICO ADMINISTRATIVO (IPVV)/2020)

Dentre as alternativas, assinale a que corresponde à(s) medida(s) constitucionalmente prevista(s) que pode/podem ser tomada(s) contra as pessoas na vigência do Estado de Sítio.

- (A) A suspensão da impetração e processamento de Habeas Corpus
- (B) Inversão do ônus da prova em procedimentos criminais e a mitigação da presunção de inocência
- (C) Intervenção em empresas privadas e confisco de bens
- (D) Restrição ao direito à inviolabilidade do domicílio
- (E) Suspensão da liberdade de reunião

29.(MARINHA - QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA/DIREITO/2020/CP-T)

Do estado de defesa e do estado de sítio, é correto afirmar que:

- (A) a Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.
- (B) o Presidente da República pode, ouvido o Congresso Nacional, decretar estado de sítio para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- (C) o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- (D) o decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará, preferencialmente, o Ministro da Defesa como executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- (E) o decreto que instituir o estado de sítio determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, por exemplo restrições ao direito de sigilo de correspondência.

30.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO/2019/VIII)

No tocante à possibilidade de restrições aos direitos fundamentais sem violação da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

(A) Na decretação do Estado de Defesa, poderá haver restrições a quaisquer dos direitos elencados no artigo 5o da CF/88, inclusive a determinação de incomunicabilidade do preso.

(B) Na vigência do Estado de Defesa, poderá haver prisão por crime contra o Estado por período indeterminado, ainda que não haja autorização do Poder Judiciário.

(C) Na vigência do Estado de Sítio, em virtude de ocorrência grave de repercussão nacional, poderá ser suspensa a liberdade de reunião e determinada a busca e apreensão em domicílio.

(D) Na vigência do Estado de Sítio, em virtude da ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Defesa, poderá haver restrições a quaisquer dos direitos fundamentais.

(E) Na vigência do Estado de Defesa, poderá haver restrições ao direito de reunião, desde que realizada fora da sede das associações, ao sigilo de comunicações telefônicas e ao sigilo de correspondência.

21	D
22	A
23	B
24	D
25	C
26	A
27	E
28	E
29	A
30	C

ANOTAÇÕES

GABARITO

1	C
2	ERRADO
3	D
4	A
5	A
6	C
7	C
8	C
9	C
10	E
11	A
12	B
13	E
14	E
15	CERTO
16	ERRADO
17	A
18	E
19	B
20	CERTO

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

Uma contribuição de intervenção no domínio econômico

- (A) não pode incidir sobre receitas de importação de produtos estrangeiros.
- (B) não pode ter alíquota ad valorem.
- (C) não pode incidir sobre receitas de importação de serviços estrangeiros.
- (D) pode ter alíquota específica.
- (E) pode incidir sobre receitas decorrentes de exportação.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

Lei estadual que vincule 60% do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu respectivo território para programas estaduais de recuperação de rodovias e de educação para o trânsito é

- (A) legal, por haver pertinência temática na vinculação.
- (B) inconstitucional, porque o estado não pode dispor de parte da receita pertencente a município.
- (C) inconstitucional, visto que o estado não pode dispor de parte da receita pertencente à União.
- (D) constitucional, pois compete a lei estadual dispor sobre a destinação de receitas pertencentes ao estado.
- (E) ilegal, uma vez que não há pertinência temática na vinculação.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

A respeito dos valores e princípios que tutelam a ordem econômica, assinale a opção correta.

- (A) A valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais.
- (B) A livre iniciativa impede que o Estado restrinja o exercício lícito da atividade econômica.
- (C) A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação.

(D) O princípio da defesa ao meio ambiente, ao preservar a diversidade ecológica, restringe o desenvolvimento econômico.

(E) A proteção à livre concorrência é garantida por um estrito arcabouço normativo que pauta como o mercado pode atuar.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-PA - DEFENSOR PÚBLICO)

No que concerne à interpretação das regras constitucionais e legais referentes ao imóvel rural, o STF entende que é impenhorável para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva

- (A) pequena propriedade rural familiar constituída de um único terreno com área total inferior a dois módulos fiscais do município de localização.
- (B) pequena propriedade rural familiar constituída de mais de um terreno, desde que contínuos e com área total inferior a quatro módulos fiscais do município de localização.
- (C) pequena ou média propriedade rural constituída de um único terreno com área total inferior a oito módulos fiscais do município de localização.
- (D) pequena ou média propriedade rural constituída de um ou mais terrenos, contínuos ou não, com área total inferior a dez módulos fiscais do município de localização.
- (E) qualquer propriedade rural com área total inferior a vinte módulos fiscais do município de localização, desde que seu proprietário não possua outra propriedade rural.

5. (CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO - MÉDICO - CIRURGIA PLÁSTICA)

Em momento de reforma no sistema previdenciário nacional, entre as opções apresentadas, constam a que propõe majorar as alíquotas devidas pelos trabalhadores em geral e a que propõe aumentar a contribuição das empresas.

Nos termos da Constituição Federal, essa contribuição das empresas se dá por intermédio da contribuição social sobre o

- (A) lucro
- (B) serviço
- (C) rendimento
- (D) excedente
- (E) prejuízo

6. (CESGRANRIO - 2018 - PETROBRAS - TÉCNICO DE COMERCIALIZAÇÃO E LOGÍSTICA JÚNIOR)

O Sistema Tributário Nacional é regido por princípios constitucionais tributários que formam o corpo básico de sustentação das demais normas jurídicas de ordem tributária.

Nesse enfoque, a definição expressa de quais são os tributos que podem ser cobrados pela União, pelos estados e pelos municípios é sustentada pelo Princípio da

- (A) Legalidade
- (B) Competência Tributária
- (C) Irretroatividade Tributária
- (D) Isonomia Tributária
- (E) Capacidade Contributiva

7. (CESGRANRIO - 2018 - LIQUIGÁS - PROFISSIONAL JÚNIOR - AUDITORIA)

O Tribunal de Contas da União, nos termos da Constituição Federal, quando verificada ilegalidade para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, deve

- (A) instaurar sindicância
- (B) proceder à averiguação
- (C) conduzir coercitivamente
- (D) assinar prazo
- (E) sancionar pecuniariamente

8. (CESGRANRIO - 2018 - TRANSPETRO - ADVOGADO JÚNIOR)

Nos termos da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada de forma

- (A) disjuntiva
- (B) regionalizada
- (C) separada
- (D) setorial
- (E) unificada

9. (ESAF - 2016 - ANAC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - CONHECIMENTOS BÁSICOS - ÁREAS 1, 2, 3, 4 E 5)

Considerando os princípios gerais da atividade econômica dispostos na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) As empresas públicas poderão ter privilégios fiscais em relação às empresas do setor privado.
- (B) O aproveitamento de energia renovável de capacidade reduzida não depende de autorização ou concessão para aproveitamento.

(C) Na condição de agente regulador da atividade econômica, o Estado exercerá a função de planejamento de forma determinante para o setor privado.

(D) Integram a propriedade do solo, para efeito de aproveitamento, os recursos minerais.

(E) O particular que recebe autorização para pesquisa de recursos minerais poderá cedê-la, total ou parcialmente, desde que pelo mesmo prazo que a recebeu.

10. (ESAF - 2015 - ESAF - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO)

Assinale a opção incorreta a respeito dos mecanismos constitucionais de repartição das receitas públicas.

(A) Os órgãos que contam com receitas vinculadas tendem a executar, com esses recursos, os gastos de menor importância na escala de prioridade do governo, no sentido de alocação de recursos adicionais necessários para o atendimento de despesas como pagamentos de pessoal e encargos sociais.

(B) Os normativos que instituem a vinculação de receitas colaboram muitas vezes para impor a realização de novas despesas de difícil compressão com a frustração dessas receitas, ampliando assim o gasto não discricionário do governo.

(C) O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) estão estabelecidos na Constituição Federal, e são originados com base em percentuais da arrecadação líquida do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, conforme as emendas constitucionais ou leis complementares sobre o assunto.

(D) A Constituição Federal e legislação vigente estabeleceu que o Tribunal de Contas da União - TCU faz o cálculo e revisão das quotas relativas aos fundos de participação e a comunicação ao Banco do Brasil, anualmente, após obter os dados oficiais da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

(E) O total dos recursos do FPE, com base nos percentuais do IR e do IPI, são rateados observando a seguinte regra: 85% são entregues às unidades estaduais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e 15% para os estados das regiões Sul e Sudeste; e os recursos do FPM são distribuídos aos municípios com base em coeficientes que variam de 0,6, para os municípios que têm maior população, até 4,0, para os municípios que têm menor população.

11. (ESAF - 2015 - ESAF - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO)

Identifique a opção incorreta sob o ponto de vista do Federalismo Fiscal e Transferências Intergovernamentais.

(A) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os municípios fossem reconhecidos como membros da federação, em pé de igualdade com os Estados no que diz respeito a direitos e deveres ditados pelo regime federativo.

(B) A Reforma Tributária de 1967, promovida pelo Regime Militar, promoveu uma concentração das competências tributárias na União, bem como o mecanismo de transferências intergovernamentais de receitas, em benefício, principalmente, dos Estados e municípios mais desenvolvidos.

(C) A solução do conflito regional pela via do aumento das transferências intergovernamentais reverteu o desequilíbrio vertical na repartição da receita tributária nacional, às custas da esfera federal, mas ampliou em muito os já graves desequilíbrios horizontais, em decorrência das dificuldades encontradas para modificar as regras de partilha dessas transferências.

(D) Após 1988, ao mesmo tempo que os Estados e Municípios beneficiaram-se da descentralização tributária, tiveram que enfrentar incremento dos gastos de consumo e de pessoal, evidenciando os vícios da descentralização como o empreguismo e clientelismo.

(E) Com a Constituição de 1988, o enorme incremento das transferências federais e estaduais para os municípios permitiu que fosse aumentado os seus esforços próprios de arrecadação.

12. (ESAF - 2015 - ESAF - ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - CONHECIMENTOS GERAIS)

Segundo a Carta da República, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade, entre outras, de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual. Nesse sentido, é incorreto afirmar que:

(A) o atingimento de metas fala diretamente da eficácia das ações públicas.

(B) apenas metas devidamente quantificadas e limitadas no tempo podem ser alcançadas.

(C) o conceito de metas remete a algo abstrato, indefinido, aberto.

(D) é impossível avaliar o que não se pode medir.

(E) o correto estabelecimento de metas é fundamental para o exercício do controle.

13. (FCC - 2021 - SEFAZ-SC - ANALISTA DA RECEITA ESTADUAL IV)

Determinado Estado publicou, no seu Diário Oficial, em novembro do exercício de 2019, o texto de lei aprovada pela Assembleia Legislativa local e sancionada, sem vetos, pelo Governador, aumentando a alíquota do IPVA incidente sobre a propriedade de motocicletas em geral, de 1% para 1,5%. Na mesma edição do citado periódico, e com atraso não habitual de dois meses, publicou-se também a tabela de valores venais dos veículos usados, para ser utilizada no cálculo do valor do IPVA devido pelos seus proprietários, no exercício de 2020. O fato gerador do IPVA referente a veículos usados registrados e licenciados nesse Estado ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício.

Com base nas normas da Constituição Federal, um cidadão, domiciliado no citado Estado e proprietário, há três anos, de uma motocicleta registrada e licenciada nesse Estado, deverá pagar, no exercício de 2020, o IPVA incidente sobre a propriedade do veículo, calculando-o com base na tabela de valores venais publicada

(A) em novembro de 2019 e com o aumento de 0,5% na alíquota, proporcionalizado à razão de dez doze avos.

(B) em novembro de 2019, mas sem o aumento de 0,5% na alíquota.

(C) na primeira quinzena de setembro de 2018 e com o aumento de 0,5% na alíquota.

(D) em novembro de 2019 e com o aumento de 0,5% na alíquota.

(E) na primeira quinzena de setembro de 2018, mas sem o aumento de 0,5% na alíquota.

14. (FCC - 2021 - MANAUSPREV - PROCURADOR AUTÁRQUICO)

De acordo com a Constituição Federal, observadas as ressalvas feitas no próprio texto constitucional, é vedada a vinculação de receitas de

(A) impostos a órgão, fundo ou despesa.

(B) impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais a fundo ou despesa.

(C) tributos a despesa, exceto quando feita por meio de lei complementar.

(D) impostos e taxas a órgão ou despesa, exceto quando feita por meio de lei complementar federal.

(E) taxas e de contribuições de melhoria a órgão, fundo ou despesa.

15. (FCC - 2021 - MANAUSPREV - PROCURADOR AUTÁRQUICO)

No que diz respeito às Finanças Públicas, a Constituição Federal estabelece que

I. Resolução Conjunta do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional disporá sobre operações de câmbio e empréstimos externos realizados por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II. Resolução do Congresso Nacional disporá, em caráter excepcional, sobre a fiscalização financeira das administrações públicas, direta e indireta, em âmbito nacional, estadual e municipal, nos exercícios financeiros de 2022 e 2023.

III. Lei Complementar disporá sobre dívida pública externa, incluída a das autarquias e das demais entidades controladas pelo Poder Público.

IV. Decreto Legislativo fixará, durante os períodos declarados de calamidade pública, e até sessenta dias após o seu término, as condições e limites relacionados à concessão de garantias pelas entidades públicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

16. (FCC - 2021 - MANAUSPREV - PROCURADOR AUTÁRQUICO)

De acordo com a Constituição Federal, o ICMS

(A) não compreende, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

(B) não incide sobre operações que destinem a outros Estados combustíveis líquidos ou gasosos.

(C) não incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física, exceto se essa pessoa for contribuinte habitual do imposto.

(D) pode ser seletivo, em função da origem ou do destino das mercadorias e dos serviços, e para limitar, quando necessário, o tráfego indesejado de bens em seu território.

(E) é não cumulativo, observando-se, todavia, que a compensação com o montante cobrado por outro Estado ou pelo Distrito Federal só poderá ser feita para viabilizar a não cumulatividade, quando amparada em convênio específico.

17. (FGV - 2022 - PC-AM - DELEGADO DE POLÍCIA - EDITAL Nº 01)

A respeito da disciplina constitucional do orçamento público, analise as afirmativas a seguir.

I. Embora a lei orçamentária anual seja de iniciativa privativa do Poder Executivo, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual são de iniciativa concorrente entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

II. A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sendo nela vedada igualmente a previsão de contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

III. É permitida a vinculação das receitas auferidas com o Imposto Estadual sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS) para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

18. (FGV - 2022 - CGU - AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE - AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO)

O Estado Alfa editou a Lei nº XX, estabelecendo os requisitos a serem preenchidos para que seja deferido o requerimento de inscrição no cadastro de produtor rural, obrigatório para aquelas pessoas que desenvolvem atividade econômica primária agrícola, pecuária e similares. Entre esses requisitos, foi estabelecida a exigência de apresentação de certidão negativa de débitos fiscais com o Estado Alfa.

João, que possui débitos fiscais com o Estado Alfa, mas almeja exercer a referida atividade, consultou um advogado a respeito da constitucionalidade da exigência, sendo-lhe respondido, corretamente, que ela é:

(A) inconstitucional, pois afronta a unidade da federação restringir a certidão negativa apenas aos débitos mantidos com o Estado Alfa, o que termina por estimular os débitos com os demais;

(B) inconstitucional, pois afronta a livre iniciativa obstar o exercício da atividade econômica pelos que tenham débitos tributários, caracterizando espécie de sanção política;

(C) constitucional, pois a livre iniciativa não está desconectada do interesse coletivo, não sendo possível o seu exercício descompromissado com o dever de pagar tributos;

(D) constitucional, pois a inexistência de débitos tributários indica a higidez financeira que dá sustentação à atividade econômica e assegura o cumprimento de obrigações;

(E) constitucional, já que livre iniciativa não se identifica com iniciativa desregulada, sendo dever do Estado Alfa estabelecer os requisitos que entenda adequados.

19. (FGV - 2022 - TJ-MG - JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO)

No tocante à exploração minerária, assinale a afirmativa correta.

(A) A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica somente poderão ser concedidos, ou autorizados, no interesse nacional, aos brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País.

(B) São de propriedade da União as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, tocando ao concessionário o resultado integral do produto da lavra ou da exploração da atividade;

(C) Será sempre por prazo determinado a autorização de pesquisa, não sendo admitida transferência a terceiros;

(D) Constitui competência exclusiva da União registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em todo o território nacional.

20. (FGV - 2022 - TJ-AP - JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO)

O Município X, situado no Estado Y, resolveu renovar a frota de automóveis que utiliza em sua fiscalização ambiental, adquirindo, para tanto, novos veículos mediante alienação fiduciária em garantia ao Banco Lucro 100 S/A. O Estado Y então pretende cobrar IPVA desses automóveis, invocando dispositivo expresso de sua legislação estadual de que, em se tratando de alienação fiduciária em garantia, o devedor fiduciário responde solidariamente com o proprietário pelo pagamento do IPVA.

À luz da Constituição da República de 1988 e do entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal, o Estado Y:

(A) poderá cobrar tal IPVA tanto do Município X como do Banco Lucro 100 S/A;

(B) poderá cobrar tal IPVA do Município X, mas não do Banco Lucro 100 S/A;

(C) poderá cobrar tal IPVA conjuntamente e pró-rata do Município X e do Banco Lucro 100 S/A;

(D) não poderá cobrar tal IPVA do Município X, mas sim do Banco Lucro 100 S/A;

(E) não poderá cobrar IPVA nem do Município X nem do Banco Lucro 100 S/A.

21. (IBFC - 2021 - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN - AUDITOR FISCAL DO TESOIRO MUNICIPAL)

Assinale a alternativa que apresenta uma disposição constitucional relacionada ao princípio da capacidade contributiva

(A) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo

(B) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais

(C) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes

(D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

22. (IBFC - 2021 - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN - ADMINISTRADOR)

Leia o texto abaixo e assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

“Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. ... As emendas ao projeto de lei _____ não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com _____. ...É vedado o início de programas ou projetos não incluídos _____.” (Constituição Da República Federativa Do Brasil /1988)

(A) de orçamento anual / a lei de diretrizes orçamentárias / no plano plurianual

(B) de diretrizes orçamentárias / o plano plurianual / na lei orçamentária anual

- (C) de diretrizes orçamentárias / a lei de orçamento anual / no plano plurianual
(D) de orçamento anual / o plano plurianual / na lei de diretrizes orçamentárias

23. (IBFC - 2021 - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN - ADMINISTRADOR)

Sobre os princípios gerais do sistema tributário nacional, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Os impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão deverão ser instituídos pelo Estado.

() A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: Impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

() Compete ao Município instituir imposto sobre propriedade de veículos automotores.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo

- (A) F, V, F
(B) V, V, V
(C) F, F, V
(D) V, F, V

24. (IBFC - 2018 - PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS - MG - FISCAL DE RENDAS)

A função social da propriedade é um dos princípios constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna, objetivando sua efetiva aplicação inseriu, textualmente, uma previsão para que – pela via do tributo – seja onerado o cidadão que não der função social à sua propriedade. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultado ao Estado, mediante decreto, aplicar alíquota progressiva de IPTU para o proprietário de imóvel urbano não edificado e não utilizado
(B) É vedado ao Município, em razão da não utilização de um imóvel urbano, aplicar alíquota progressiva de IPTU
(C) O Poder Público Municipal, mediante lei específica, pode instituir uma hipótese de IPTU com alíquota progressiva em razão da não utilização e não edificação de imóvel urbano
(D) A função social da propriedade deve ser observada apenas em imóveis rurais, não sendo aplicada, em matéria tributária, para os imóveis urbanos

25. (INSTITUTO AOCP - 2021 - CÂMARA DE TERE-SINA - PI - ASSESSOR JURÍDICO LEGISLATIVO)

É de competência da União instituir alguns impostos, EXCETO impostos sobre

- (A) renda e proventos de qualquer natureza.
(B) produtos industrializados.
(C) propriedade territorial rural.
(D) grandes fortunas.
(E) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

26. (INSTITUTO AOCP - 2020 - PREFEITURA DE BETIM - MG - CONTADOR)

Nos termos da Constituição Federal de 1988 e suas alterações, as emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de

- (A) transferência especial ou transferência com finalidade definida.
(B) transferência voluntária ou transferência delegada.
(C) transferência legal ou transferência voluntária.
(D) transferência delegada ou transferência discricionária.
(E) transferência delegada ou transferência por meio de convênios.

27. (INSTITUTO AOCP - 2020 - PREFEITURA DE BETIM - MG - CONTADOR)

Nos termos do que estabelece a Constituição Federal de 1988, na parte que versa sobre as Finanças Públicas, a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo(a)

- (A) Banco do Brasil.
(B) Casa da Moeda.
(C) Banco Central.
(D) Secretaria do Tesouro Nacional.
(E) Ministério da Economia.

28. (VUNESP - 2022 - PREFEITURA DE OSASCO - SP - GUARDA CIVIL MUNICIPAL - 3ª CLASSE)

Nos termos da Constituição Federal, incumbe a apuração das infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União à polícia

- (A) civil do Distrito Federal.
(B) militar do Distrito Federal.
(C) federal.
(D) rodoviária federal.
(E) penal da União.

29. (VUNESP - 2021 - PREFEITURA DE SANTOS - SP - PROCURADOR)

Em relação aos Princípios Gerais da Tributação, determina a Constituição Federal:

(A) a lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, no caso de relevância e urgência, através de ato do executivo, estabelecer normas de igual objetivo.

(B) cabe à lei complementar, dentre outras circunstâncias, estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto de produtos industrializados, sendo vedada a instituição de um regime único de arrecadação.

(C) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços e sobre as receitas decorrentes de exportação.

(D) cabe à lei complementar, dentre outras situações, dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

(E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei complementar, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que não poderão ter alíquotas progressivas.

30. (VUNESP - 2021 - PREFEITURA DE SANTOS - SP - PROCURADOR)

A respeito da Ordem Econômica e Financeira, é correto afirmar que

(A) o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

(B) dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

(C) é facultada a participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor dispostos na Constituição da entidade federativa.

(D) as jazidas em lavra, e os demais recursos minerais constituem propriedade distinta daquela do solo, e para efeito de exploração, pertencem à União e à unidade federativa de sua localização.

(E) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, sujeita à autorização de órgãos públicos, conforme previsão em lei.

GABARITO

1	D
2	B
3	C
4	B
5	A
6	B
7	D
8	B
9	B
10	E
11	B
12	C
13	B
14	A
15	E
16	A
17	E
18	B
19	A
20	E
21	D
22	B
23	A
24	C
25	E
26	A
27	C
28	C
29	D
30	A

ORDEM SOCIAL

ORDEM SOCIAL

1.(FCC - ASSISTENTE SOCIAL (TJ SC)/2021)

A disposição Ordem Social preconizada na Constituição Federal de 1988 tem como primazia o trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social, harmonizados com a ordem econômica. Considere:

- I. Seguridade Social.
- II. Índios.
- III. Idosos.
- IV. Emprego.
- V. Segurança.

São temas da ordem social o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III, IV e V.

2.(FGV - PERITO LEGISTA (PC RJ)/MEDICINA/2021 (E MAIS 3 CONCURSOS))

A União editou diploma normativo dispendo sobre o alicerce de sustentação e os objetivos gerais a serem alcançados com a implementação de uma série de direitos ofertados aos distintos segmentos da sociedade, a exemplo da seguridade social, da educação, da cultura e do desporto. De acordo com esse diploma normativo, o conjunto desses direitos (1) tem por base a preeminência do lazer e, por objetivos, (2) a plena realização da personalidade individual, que deveria ser analisada de modo separado da coletividade, e (3) a preservação da livre iniciativa e o aumento do lucro.

À luz da sistemática constitucional afeta à base e aos objetivos da ordem social, é correto afirmar que:

- (A) os conteúdos descritos em 1, 2 e 3 destoam da ordem constitucional;
- (B) os conteúdos descritos em 1, 2 e 3 estão em harmonia com a ordem constitucional;
- (C) apenas o conteúdo descrito em 3 está em harmonia com a ordem constitucional;

- (D) apenas os conteúdos descritos em 2 e 3 estão em harmonia com a ordem constitucional;
- (E) apenas os conteúdos descritos em 1 e 2 estão em harmonia com a ordem constitucional.

3.(QUADRIX - ANALISTA ADMINISTRATIVO (CRM AC)/2019)

Com base na CF, julgue o item quanto à ordem social.

A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(VUNESP - PROCURADOR DO MUNICÍPIO (PREF SJRP)/2019)

De acordo com o que disciplina a Constituição Federal, a questão da Ordem Social tem como base e objetivo, respectivamente,

- (A) a defesa do consumidor e a preservação do meio ambiente.
- (B) a defesa da propriedade privada e a preservação de um meio ambiente sadio.
- (C) a propriedade privada e a defesa do consumidor.
- (D) o primado do trabalho e o bem-estar e a justiça sociais.
- (E) o primado do trabalho e a defesa do consumidor.

5.(FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ MA)/ASSISTENTE SOCIAL/2019)

O capítulo da Ordem Social, da Constituição Federal de 1988, estabelece, no artigo 193: A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. O conteúdo congrega e converge com alguns princípios previstos nas atuais orientações da profissão do Assistente Social. Desse modo,

- (A) essa Carta Constitucional indica um caminho para a instituição do Estado Social, cuja marca é a articulação entre o modelo econômico e o desenvolvimento social, além de reconhecer a necessidade de ampliação das atenções estatais na garantia do bem-estar.

(B) o primado do trabalho significa a sua valorização, reiterando que o acesso à renda só pode vir pela inserção no mercado de trabalho. O preceito da renda transferida já não encontra lugar na nação brasileira, impondo, assim, novas orientações no desenho das políticas sociais.

(C) a justiça social é um conceito apenas orientador e reconhecido em seu instituto legal, pois a sua garantia não é responsabilidade estatal. O texto constitucional impõe à sociedade o pleno encargo pela concretização dos direitos sociais.

(D) a concepção do primado do trabalho é orientadora para a legislação trabalhista e serviu de justificativa para a reforma realizada no ano de 2017, na medida em que indicava a necessidade de superar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) instaurada em 1943. Além disso, serve para orientar a luta pela terra, pois o indicativo de primazia do trabalho supera o direito à propriedade.

(E) na relação dos preceitos constitucionais com o arcabouço normativo do serviço social há uma ruptura ideológica e política, pois a profissão se pauta exclusivamente pela orientação marxista e o conceito de justiça social compõe o ideário burguês.

6.(VUNESP - ADVOGADO (SAAE)/2018)

Em relação ao tema da Ordem Social e conforme disciplinado pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) O Poder Executivo é primordial na preservação do meio ambiente, pois a efetividade do direito ambiental depende, em grande parte, do poder de polícia e do poder regulamentar da Administração.

(B) O amparo constitucional aos idosos é um dever da família, da sociedade e do Estado, os quais devem assegurar sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar por meio de programas de amparo que serão executados obrigatoriamente em seus lares.

(C) O princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais se aplica às instituições educacionais criadas por lei estadual ou municipal, que não sejam total ou parcialmente mantidas por recursos públicos.

(D) A destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas de serviços de saúde com fins lucrativos é permitida até o limite de 5% (cinco por cento) da dotação orçamentária prevista para a área de saúde.

(E) Compete ao Poder Público organizar a seguridade social, com base, entre outros, nos objetivos de universalidade da cobertura e do atendimento, e diferenciação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

7.(CONSULPLAN - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO (CFESS)/2017)

Segundo a Constituição Federal de 1988, no Título VIII – Da Ordem Social; Capítulo I – Disposição Geral; no Caput do Art. 193; “a Ordem Social tem como base o _____ e como objetivo o _____”.

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

(A) trabalho / primado da justiça social

(B) primado do trabalho / bem-estar e a justiça social

(C) bem-estar / primado do trabalho e a justiça social

(D) bem-estar e a justiça social / primado do trabalho

8.(CONSULPLAN - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRE RJ)/ ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2017)

Conforme expressamente previsto no texto constitucional, a ordem social tem como base

(A) a justiça social, e como objetivo o bem-estar e o primado do trabalho.

(B) o bem-estar, e como objetivo o primado do trabalho e a justiça social.

(C) o bem-estar e a justiça sociais, e como objetivo o primado do trabalho.

(D) o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

9.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (TCE-PA)/ADMINISTRATIVA/SERVIÇO SOCIAL/2016)

Considerando a legislação específica e as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) relativas à seguridade social, julgue o próximo item.

Por ser uma sociedade instituída na divisão sociotécnica do trabalho, a ordem social, nos moldes previstos na CF, considera o trabalho um valor ético-constitucional e um direito e dever de todos, sendo a renda um produto do trabalho social.

() CERTO

() ERRADO

10.(FCC - ANALISTA (CNMP)/APOIO JURÍDICO/ DIREITO/2015)

A atual Constituição Federal prevê diversos direitos aos portadores de necessidades especiais, EXCETO:

(A) adaptação dos logradouros, edifícios de uso público e veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

(B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede especial de ensino.

(C) necessidade da lei reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.

(D) proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

(E) garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

11.(IESES - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE MA)/JUDICIÁRIA/2015)

A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Pode-se dizer também, com base na Constituição:

(A) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

(B) É permitida a filiação ao regime geral da previdência, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

(C) Poderá ser criado, majorado ou estendido benefício ou serviço da seguridade social, independente de fonte de custeio total.

(D) Os produtos e substâncias de interesse para a saúde e produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos serão controlados e fiscalizados pela vigilância sanitária dos municípios.

12.(FCC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/2014)

O Título VIII da Constituição (Da Ordem Social) dedica específica disciplina ao Sistema Nacional de Cultura. Nesse sentido, relaciona os princípios que o regem. Entre eles encontram-se os seguintes:

(A) autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura; e integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas.
(B) valorização da diversidade étnica e regional; transparência e compartilhamento das informações; e formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões.

(C) transparência e compartilhamento das informações; democratização dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura; e garantia da promoção humanística, científica e tecnológica do País.

(D) valorização da diversidade étnica e regional; tombamento compulsório de todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos; e autonomia e independência na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas.

(E) complementaridade nos papéis dos agentes culturais; democratização dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura; e autonomia e independência na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas.

13.(IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO (SESP MG)/2014)

São objetivos da ordem social, previstos no Texto Constitucional:

(A) O primado do trabalho e a liberdade de expressão.

(B) A igualdade entre os Estados e a solução pacífica dos conflitos.

(C) O bem-estar e a justiça sociais.

(D) A dignidade da pessoa humana e a liberdade de crença religiosa ou convicção filosófica ou política.

14.(FGV - ANALISTA DE GESTÃO (COMPESA)/ASSISTENTE SOCIAL/2014)

Sobre as novas características das políticas sociais no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para falsa.

() As políticas sociais são estruturadas em programas específicos e desarticulados entre si.

() As políticas sociais sofrem influências das novas feições estabelecidas entre o Estado brasileiro e a sociedade civil sob a influência neoliberal.

() As políticas sociais representam as respostas do Estado brasileiro às contradições da questão social no sistema capitalista.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V e V.

(B) F, V e F.

(C) V, F e F.

(D) V, V e F.

(E) F, F e V.

15.(FGV - ASSISTENTE SOCIAL (CM RECIFE)/2014)

Os anos 1980 foram, para o Brasil, um período de intensas lutas pela democracia e pela conquista de direitos sociais. A promulgação da Constituição Federal de 1988 instituiu vários desses direitos na materialização jurídico-formal da Seguridade Social. Entretanto, apesar dessa conquista, a Seguridade Social terminou se caracterizando como:

- (A) um sistema híbrido;
- (B) vinculada à lógica do seguro social;
- (C) um padrão homogêneo;
- (D) um direito do trabalho formal;
- (E) políticas altamente centralizadas.

16.(IBFC - MÉDICO DA ÁREA DE SEGURIDADE SOCIAL(IPSEMG)/CIRURGIA CABEÇA-PESCOÇO/2014 (E MAIS 23 CONCURSOS)

A Constituição da República Federativa do Brasil trata, em seu Título VIII, da ordem social. Indique a alternativa que indica elemento expressamente previsto nesse diploma legal:

- (A) A saúde é direito dos trabalhadores e de sua família, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- (B) A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- (C) A previdência social será organizada sob a forma de regime específico, de caráter gratuito e de filiação facultativa.
- (D) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, sob a condição de estarem quitadas as devidas contribuições à seguridade social.

17.(CONSULPLAN - ADVOGADO (UBERLÂNDIA)/2012)

A base constitucional da ordem social é o trabalho e seus objetivos são o bem-estar e a justiça social. A seguridade social é organizada pelo poder público, que tem como alguns dos objetivos, EXCETO:

- (A) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.
- (B) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- (C) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (D) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) Irredutibilidade do valor dos benefícios.

18.(NUCEPE UESPI - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL (PC PI)/2012 (E MAIS 1 CONCURSO)

Acerca do que proclama a Constituição Federal ao tratar da Ordem Social, é correto afirmar que:

- (A) a ordem social tem como base o primado do salário, como justa retribuição do trabalho, meio à satisfação das necessidades essenciais do cidadão e elemento indispensável ao equilíbrio da economia.
- (B) a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- (C) a ordem social tem como base a seguridade social, compreendendo o conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência e à assistência social.
- (D) a ordem social tem como base a livre iniciativa, a propiciar o exercício da atividade lícita e remunerada de forma justa.
- (E) a ordem social tem como base a defesa da economia popular e o combate à concorrência desleal.

19.(FCC-ANALISTA JUDICIÁRIO (TRT 23ª REGIÃO)/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2011)

A articulação entre trabalho, direitos e proteção social, que configurou os padrões de regulação socioestatal do Estado de Bem-Estar Social, sequer foi alcançada pelo sistema de proteção social brasileiro. Este fundou-se e vinculou-se a Constituição Federal de 1988,

- (A) ao mercado de trabalho, constituindo-se num sistema de proteção social contributivo.
- (B) ao Estado como promotor e afiançador de condições básicas de sobrevivência, estabelecendo-se num sistema de proteção mínimo.
- (C) à Ação Social da Igreja, formando um sistema de proteção caritativo e filantrópico.
- (D) ao receituário neoliberal, constituindo um sistema de proteção não-contributivo.
- (E) às políticas sociais, realizando-se por meio de um sistema de proteção social básico e especial.

20.(COM. EXAM. (MPE MS) - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE MS)/2011/XXV)

Segundo a Constituição Federal, a ordem social tem como objetivo:

- (A) a dignidade da pessoa humana;
- (B) a prevalência dos direitos humanos;
- (C) o bem estar e a justiça sociais;
- (D) a consecução do princípio da isonomia;
- (E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

21.(COPS UEL - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC PR)/2010 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Sobre a ordem social, definida constitucionalmente, é correto afirmar que ela tem como base o primado do

- (A) livre mercado e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- (B) livre mercado e como objetivo a livre circulação de bens e de pessoas.
- (C) trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- (D) livre mercado e como objetivo o acesso ao consumo e à garantia do bem-estar social.
- (E) trabalho e como objetivo o acesso ao consumo e à garantia do bem-estar social.

22.(FUMARC - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS/2009/VI)

A Constituição da República almeja, em termos de ordem social:

- (A) Os interesses individuais e as políticas liberais.
- (B) O bem-estar social e a justiça social.
- (C) As liberdades públicas e o assistencialismo.
- (D) O Estado gerencial e a livre concorrência.
- (E) O livre exercício profissional e a função social da propriedade.

23.(CEBRASPE (CESPE) - AGENTE DE PROTEÇÃO (TJ RR)/2006 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A respeito da ordem constitucional social, assinale a opção correta.

- (A) A seguridade social será financiada por empregadores, mediante recursos provenientes da receita de concursos e prognósticos.
- (B) A promoção da educação às pessoas com deficiência, segundo os ditames constitucionais, deve ser realizada mediante atendimento educacional, preferencialmente, na rede especial de ensino.
- (C) A disciplina e as competições desportivas estão submetidas a uma justiça desportiva que se confunde com o Poder Judiciário nacional.
- (D) A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

24.(CEBRASPE (CESPE) - CONSULTOR DE ORÇAMENTOS (SEN)/2002 (E MAIS 21 CONCURSOS)

Acerca da ordem social nos termos da Constituição da República de 1988, julgue o item subsequente.

A ordem social disposta na Constituição de 1988 tem como base a harmonia entre capital e trabalho.

- () CERTO
- () ERRADO

25.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

O governador do Estado Alfa recebeu a notícia de que, em razão da não realização da receita estimada para o exercício financeiro, não seria possível implementar diversos programas de trabalho da área de seguridade social, que abrange, à luz da ordem constitucional:

- (A) segurança pública, segurança patrimonial e segurança privada apoiada;
- (B) a generalidade dos direitos sociais de natureza prestacional;
- (C) segurança pública, previdência e assistência social;
- (D) saúde, previdência e assistência social;
- (E) previdência e assistência social.

26.(FGV - SOLDADO BOMBEIRO MILITAR (CBM AM)/2022)

O Governador do Estado solicitou que sua assessoria elaborasse relatório a respeito das políticas públicas, da área de seguridade social, que atendiam ao maior número de pessoas.

Entre as áreas abaixo, a única que se enquadra no conceito indicado pelo Governador é a de

- (A) saúde.
- (B) educação.
- (C) alimentação.
- (D) segurança pública.
- (E) comunicação social.

27.(FGV - JUIZ ESTADUAL (TJ MG)/2022)

Os direitos sociais abrangem os benefícios previdenciários que se baseiam, entre outros, nos princípios da solidariedade, universalidade do atendimento, integralidade e fonte de custeio.

Na Constituição Federal de 1988, é cabível afirmar que

(A) o princípio da solidariedade tem como base a proteção da sociedade, através de um sistema solidário, em consonância com a dignidade humana, eixo axiológico da Constituição Federal de 1988.

(B) a universalidade do atendimento diz respeito ao alcance do benefício por todos que estejam inscritos no regime previdenciário, sem obstar o atendimento em razão de distinção.

(C) através do princípio da integralidade da cobertura, o fornecimento de medicamentos e insumos pode ser concedido até o esgotamento dos valores nominais da cobertura.

(D) a fonte de custeio diz respeito à concessão dos benefícios previdenciários, de maneira que na seguridade social os novos benefícios não devem ter fonte de custeio preexistente.

28.(CEBRASPE(CESPE)-ANALISTADADEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/ASSISTÊNCIA SOCIAL/2022)

Acerca da política de seguridade social nacional e respectivas políticas públicas, assinale a opção correta.

(A) Compete ao poder público organizar a seguridade social com base em objetivos definidos constitucionalmente, entre os quais constam a irredutibilidade do valor dos benefícios e a equidade na forma de participação no custeio.

(B) A homofobia e a transfobia ainda não integram as incidências na determinação social da saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), sendo central na política de saúde integral LGBT apenas a promoção de esforços para ampliar o acesso desse segmento aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

(C) A Política Nacional de Saúde Integral LGBT prevê como competência exclusiva do Ministério da Saúde promover ações e práticas educativas em saúde nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na promoção da saúde mental, orientação sexual e identidade de gênero, por se tratar da responsabilidade com a matriz de formação profissional a nível nacional.

(D) A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) considera serviços de proteção social especial de média complexidade aqueles que garantem proteção integral a famílias e indivíduos, inclusive aqueles que necessitem ser retirados de seu núcleo familiar e(ou) comunitário.

(E) A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define vigilância social como a produção e sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social considerando-se exclusivamente a questão econômica do território.

29.(CEBRASPE(CESPE)-ANALISTADADEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/ASSISTÊNCIA SOCIAL/2022)

Sendo um conjunto de ações integradas entre o Estado e a sociedade, a seguridade social caracteriza-se por

(A) ter caráter participativo e centralizado, vedada a participação de empresários.

(B) possuir caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

(C) prestar benefícios e serviços sem se fundamentar em critérios específicos.

(D) diferenciar os benefícios e serviços prestados às populações urbanas dos prestados às populações rurais.

(E) assegurar universalidade da cobertura e atendimento restrito.

30.(FGV - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

A Lei federal XX dispôs que os benefícios pagos no âmbito da assistência social poderiam ter seus valores alterados, de modo a ampliá-los ou a reduzi-los.

Considerando os objetivos constitucionais da seguridade social, é correto afirmar que a Lei federal XX é

(A) inconstitucional, pois a irredutibilidade dos valores desses benefícios é um objetivo constitucional.

(B) constitucional, pois o valor dos benefícios deve ser fixado conforme o juízo de valor das majorias ocasionais.

(C) constitucional, desde que observada a proporcionalidade entre as possibilidades do Estado e as necessidades individuais.

(D) inconstitucional, pois o valor dos benefícios está fixado na ordem constitucional, não podendo ser alterado pela legislação infraconstitucional.

(E) constitucional, desde que a Lei federal tenha surgido a partir de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e tenha sido aprovada por maioria absoluta.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

1. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) Após intensa mobilização da sociedade civil organizada, determinado Estado da federação editou a Lei nº XX, prevendo a concessão de subsídios financeiros às famílias que acolhessem, sob a forma de guarda, crianças e adolescentes órfãos ou que se encontrassem abandonados.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Lei estadual nº XX é

(A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria, mas é admitida, sob o prisma material, a concessão de subsídios na forma indicada.

(B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria, além de não ser admitida, sob o prisma material, a concessão de subsídios na forma indicada.

(C) constitucional, pois também compete ao Estado legislar sobre a matéria, desde que observadas as normas gerais da União, sendo possível a concessão de subsídios na forma indicada.

(D) inconstitucional, pois, apesar de competir concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre a matéria, é vedado o direcionamento de recursos públicos para a finalidade indicada.

(E) constitucional, pois compete privativamente ao Estado legislar sobre as hipóteses de estímulo ao acolhimento, mediante guarda, de crianças e adolescentes nas situações indicadas.

2. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) Pedro, Deputado Estadual, consultou sua assessoria a respeito da constitucionalidade formal de um projeto de lei que pretendia apresentar. Após analisá-lo, a assessoria constatou que o projeto incursionava em matéria de competência legislativa privativa da União, concluindo corretamente que

(A) é peremptoriamente vedado ao Estado legislar sobre a matéria, o que significa dizer que nem a União pode autorizá-lo.

(B) o Estado somente pode legislar sobre a temática caso a lei ordinária da União, que a discipline, o autorize de maneira expressa.

(C) é vedado ao Estado legislar sobre a matéria, mas a União pode autorizá-lo, por meio de lei complementar, em questões específicas.

(D) o Estado pode apenas complementar as normas

editadas pela União no exercício dessa competência, as quais sempre terão preeminência.

(E) o Estado pode legislar sobre a matéria apenas naquilo que diga respeito a interesse unicamente local, contextualizado apenas em seu território.

3. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) A Constituição do Estado Alfa, com o objetivo de uniformizar e aumentar a eficiência das estruturas orgânicas dos Municípios situados em seu território, estabeleceu regras, baseadas na densidade demográfica e na arrecadação, para a criação de secretarias municipais, sendo cogente a observância dos quantitativos máximos e mínimos ali fixados.

Ao tomar conhecimento dessas regras, o Prefeito do Município Alfa consultou sua assessoria a respeito da compatibilidade com a Constituição da República.

A assessoria respondeu corretamente que as referidas regras são

(A) constitucionais, pois, na federação brasileira, as normas dos entes federados de ordem superior vinculam os de ordem inferior.

(B) constitucionais, pois os Municípios estão vinculados às normas da Constituição Estadual por força do princípio da simetria.

(C) constitucionais, pois o princípio da eficiência está previsto na Constituição da República, devendo ser observado por todos os entes federativos.

(D) inconstitucionais, pois, ao disporem sobre a organização administrativa dos Municípios, afrontaram a autonomia política desses entes.

(E) inconstitucionais, pois a Constituição Estadual não pode veicular nenhuma norma a ser aplicada pelos Municípios, entes autônomos em relação ao Estado.

4. (FGV - 2022 - PC-AM - DELEGADO DE POLÍCIA - EDITAL Nº 01) A Lei nº XX do Estado Alfa, com o objetivo de aumentar a eficiência da atuação administrativa, disciplinou a atividade de despachante perante os órgãos públicos, tanto do Estado como dos Municípios situados em seu território.

Considerando os balizamentos estabelecidos, que se estendem dos requisitos de escolaridade e habilitação a serem preenchidos até a forma como os atos deveriam ser praticados, houve grande insatisfação de parte da categoria.

Instado a se pronunciar, um advogado respondeu corretamente que a Lei nº XX é

(A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.

(B) inconstitucional, já que a matéria deveria ser disciplinada em lei complementar, não em lei ordinária.

(C) inconstitucional, mas apenas na parte em que estende a disciplina aos Municípios, por afrontar a sua autonomia política.

(D) constitucional, pois se trata de mera projeção da atividade administrativa, estando absorvida pela competência dos Estados.

(E) constitucional, desde que os requisitos estabelecidos não afrontem a proporcionalidade, terminando por impedir o próprio exercício profissional.

5. (FAURGS - 2022 - SES-RS - SOCIÓLOGO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I, II e III.

(B) Apenas II e IV.

(C) Apenas II e III.

(D) Apenas I e III.

(E) Apenas III e IV.

6. (FGV - 2022 - TCU - AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO) Um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, criando o programa orientador de evolução do conhecimento, a ser desenvolvido no âmbito das escolas públicas estaduais, consistente na distribuição de material didático. O projeto veio a ser aprovado pela Casa Legislativa e, ao final, sancionado pelo governador do Estado, daí resultando a promulgação da Lei nº XX. À luz da sistemática constitucional, a Lei nº XX é formalmente:

(A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria;

(B) inconstitucional, pois o programa gera aumento de despesa, o que atrai a iniciativa privativa do governador do Estado;

(C) constitucional, pois, apesar de a matéria ser de iniciativa privativa do governador do Estado, a sanção supriu o vício;

(D) constitucional, pois, apesar de o programa gerar aumento de despesa, não incursiona na estrutura de órgãos do Poder Executivo;

(E) constitucional, se houve delegação expressa da União, o que decorre da competência desse ente para legislar sobre a matéria

7. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO) Tendo como referência as disposições constitucionais referentes às competências legislativas em matéria agrária, assinale a opção correta.

(A) Compete ao município editar lei que disponha sobre a proibição do uso de aviação agrícola no território municipal.

(B) É de competência privativa da União legislar sobre direito agrário.

(C) Compete aos estados e aos municípios criar regras de zoneamentos e proibições de culturas agrícolas ou práticas de pecuária.

(D) É de competência concorrente dos estados e dos municípios legislar sobre atividade pecuária, na ausência de disposições editadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(E) É de competência dos estados legislar sobre normas gerais de direito agrário, para atender a suas peculiaridades, ainda que exista lei federal sobre normas gerais.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e com os dispositivos da Constituição Federal de 1988, a edição de ato normativo por município para remover a utilização do termo "orientação sexual" no âmbito das instituições da rede municipal de ensino configura ato que

(A) está inserido no rol de competências do município.

(B) invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

(C) efetiva o princípio da isonomia.

(D) invade a competência do estado para dispor sobre o tema.

(E) preserva o pluralismo de ideias no ensino.

9. (FAURGS-2022-SES-RS-TERAPEUTA OCUPACIONAL - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

10. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA) Em conformidade com a CF e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, uma constituição estadual que estabelecesse: (i) novas hipóteses de foro por prerrogativa de função para o cargo de delegado, (ii) previsão de lei orgânica da polícia civil ser veiculada por lei complementar, (iii) determinação ao legislador de observância de isonomia remuneratória entre policiais civis e policiais militares, seria considerada

- (A) constitucional em relação à instituição de prerrogativa de foro, mas inconstitucional quanto à determinação ao legislador de observância de isonomia remuneratória entre policiais civis e policiais militares e à previsão de lei complementar para a lei orgânica da polícia civil, por violar a simetria.
- (B) completamente constitucional.
- (C) constitucional em relação à previsão de lei complementar para regência da polícia civil e inconstitucional em relação às demais previsões.
- (D) constitucional tão somente em relação à determinação ao legislador de observância de isonomia remuneratória entre policiais civis e policiais militares, considerando-se a necessária igualdade entre servidores estabelecida no art. 37 da CF.
- (E) completamente inconstitucional.

11. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA) No que diz respeito à intervenção de um ente federado em outro, assinale a opção correta.

- (A) A Constituição Federal de 1988 permite que a União, baseada sempre em decisão do Supremo Tribunal Federal, intervenha discricionariamente em estados-membros, no Distrito Federal e em municípios, exigindo-se, para isso, o cumprimento de certas formalidades previstas em decreto-lei que estabeleça as diretrizes e os limites da intervenção.
- (B) A intervenção somente será efetivada por meio de decreto — do presidente da República, em caso de intervenção federal, ou de governador, em caso de intervenção de estado em município —, conforme disposto no § 1.º do art. 36 da Constituição Federal de 1988, observando-se que a intervenção é ato de natureza política, não sendo admissível, em regra, o controle jurisdicional de sua decretação.
- (C) O controle político da intervenção será realizado pelo Supremo Tribunal Federal, sendo de sua competência exclusiva suspendê-la quando entender pela ausência dos motivos que a inicialmente justificassem.
- (D) Havendo requisição do Supremo Tribunal Federal, em razão de coação exercida contra o Poder Judiciário,

o presidente da República não ficará obrigado a editar decreto de intervenção, cabendo ao chefe do Poder Executivo federal analisar o tema com base em critérios de conveniência política.

(E) Embora alguns doutrinadores afirmem que a intervenção somente será realizada por um ente mais amplo da Federação sobre outro imediatamente menos amplo, levando à conclusão de que a União somente poderá intervir no Distrito Federal e nos estados, o Supremo Tribunal Federal entende que, em razão de a soberania ser princípio fundamental da República Federativa do Brasil, reconhecido constitucionalmente, a União poderá, discricionariamente, intervir em qualquer ente da Federação.

12. (FAURGS - 2022 - SES-RS - PEDAGOGO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

13. (FAURGS - 2022 - SES-RS - ENGENHEIRO AGRÔNOMO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

14. (FAURGS - 2022 - SES-RS - ASSISTENTE SOCIAL - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III- É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

15. (FAURGS - 2022 - SES-RS - ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III- É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares. IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

16. (FAURGS - 2022 - SES-RS - GESTOR FINANCEIRO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III- É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

17. (FAURGS - 2022 - SES-RS - MÉDICO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III- É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

18. (FAURGS - 2022 - SES-RS - ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

19. (FAURGS - 2022 - SES-RS - MÉDICO CLÍNICO GERAL - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

20. (FAURGS - 2022 - SES-RS - MÉDICO VETERINÁRIO - EDITAL Nº 15) Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - Compete exclusiva e isoladamente à União explorar e executar de forma direta os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - É competência comum da União e dos Estados, mediante regime de concessão recíproca aprovado por lei das duas Casas Legislativas, a pesquisa e a lavra de derivados de minérios nucleares.

IV - Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas III e IV.

21. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO) Suponha que a assembleia legislativa de determinado estado da Federação tenha editado lei tratando de desapropriação. Nesse caso, a atuação do ente estadual foi

(A) correta, se lei complementar ordinária federal autorizar o estado a legislar sobre questões específicas do respectivo tema.

(B) errada, pois a competência para legislar sobre o tema é exclusiva da União.

(C) correta, pois a competência para legislar sobre o tema é comum da União e dos estados.

(D) correta, pois a competência para legislar sobre o tema é concorrente entre União, estados e municípios.

(E) correta, se lei complementar federal autorizar o estado a legislar sobre questões específicas do respectivo tema.

22. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - TELEBRAS - TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Com base na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito da organização dos poderes e da organização do Estado.

A competência legislativa acerca de responsabilidade por danos ao consumidor é concorrente entre União, estados e Distrito Federal.

Alternativas

() CERTO

() ERRADO

23. (FEPESE - 2022 - IGP-SC - AUXILIAR MÉDICO-LEGAL) Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal.

(A) Os Territórios são unidades administrativas equiparadas a Municípios e integram o Estado com o qual fazem divisa.

(B) São direitos sociais a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente, o servidor público e o trabalhador avulso.

(C) A reposição salarial dos servidores públicos dependerá de lei ou de negociação por meio de acordo ou convenção coletiva.

(D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.

(E) É assegurada a eleição de um representante dos servidores públicos com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, quando órgão possuir mais de 100 colaboradores.

24. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MJSP - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO) O Brasil adotou a forma federativa de Estado. Com relação a esse assunto, julgue o seguinte item.

A União é o ente que simboliza a aglutinação dos demais entes da Federação; por isso, ao editar suas leis, vincula estados e municípios, impedindo que eles disponham de maneira diversa sobre matérias disciplinadas em lei federal.

() CERTO

() ERRADO

25. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MJSP - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO) O Brasil adotou a forma federativa de Estado. Com relação a esse assunto, julgue o seguinte item.

Os municípios são regidos por suas leis orgânicas, cuja aprovação depende de voto favorável de dois terços dos membros da respectiva câmara municipal, e possuem competência para regular, entre outras matérias, a organização do Poder Judiciário local.

() CERTO

() ERRADO

26. (AOCP - 2022 - PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO - RS - PROCURADOR) No que diz respeito à organização do Estado, assinale a alternativa correta.

(A) É inconstitucional norma da Constituição Estadual pela qual se prevê hipótese de intervenção estadual em municípios não contemplada no art. 35 da Constituição Federal.

(B) É constitucional dispositivo da Constituição Estadual que preveja que os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista sob controle acionário e administrativo, do Poder Público Estadual ou Municipal.

(C) É inconstitucional lei municipal que disponha sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais em edifícios e condomínios.

(D) Afronta a competência legislativa da União o dispositivo de constituição estadual que proíbe a caça em seu respectivo território.

(E) É constitucional legislação municipal que impeça as operadoras de planos de saúde de recusarem o atendimento ou a prestação de alguns serviços, no âmbito de seu território, aos usuários diagnosticados ou suspeitos de estarem com Covid-19, em razão de período de carência contratual vigente.

27. (VUNESP - 2022 - UNESP - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II - EDITAL Nº 55) De acordo com o que disciplina a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre

(A) juntas comerciais.

(B) custas dos serviços forenses.

(C) populações indígenas.

(D) produção e consumo.

(E) proteção ao meio ambiente.

28. (INSTITUTO AOCP - 2022 - IPE PREV - ANALISTA EM PREVIDÊNCIA - DIREITO - EDITAL Nº 002) De acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

(A) orçamento.

(B) proteção à infância e à juventude.

(C) procedimentos em matéria processual.

(D) juntas comerciais.

(E) propaganda comercial.

29. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - IBAMA - ANALISTA ADMINISTRATIVO) A respeito da competência constitucional dos entes federativos, julgue o item a seguir.

Mediante lei ordinária federal, poderão ser fixadas normas para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com o objetivo de promover o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

() CERTO

() ERRADO

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
DO ESTADO**

30. (PREFEITURA DE BOMBINHAS - SC - 2022 - PREFEITURA DE BOMBINHAS - SC - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE TEMPORADA - EDITAL Nº 13) Sobre as competências privativas ao Município assinale a alternativa incorreta:

- (A) Manter com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, ensino fundamental, ensino médio e cursos superiores.
- (B) Exercer o poder de polícia administrativa no âmbito de suas atribuições.
- (C) Fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos
- (D) Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros

GABARITO

1	C
2	C
3	D
4	A
5	B
6	D
7	B
8	B
9	B
10	E
11	B
12	B
13	B
14	B
15	B
16	B
17	B
18	B
19	B
20	B
21	E
22	CERTO
23	D
24	ERRADO
25	ERRADO
26	A
27	C
28	E
29	ERRADO
30	A

